

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO

Ana Carolina Dionésio de Almeida

**FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO SUL MINEIRO: NÚCLEOS  
URBANOS, FAZENDAS E CAMINHOS**

Orientadora: Prof. Dra. Renata Baesso  
Pereira

**PUC-CAMPINAS**

**2016**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO

**FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO SUL MINEIRO: NÚCLEOS URBANOS,  
FAZENDAS E CAMINHOS.**

Ana Carolina Dionésio de Almeida

Dissertação apresentada como exigência para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo do Programa de Pós-Graduação na área de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientadora: Prof. Dra. Renata Baesso Pereira

**CAMPINAS, DEZEMBRO DE 2016**

Ficha Catalográfica  
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e  
Informação - SBI - PUC-Campinas

t711.4091724 Almeida, Ana Carolina Dionésio de.  
A447f

Formação do território sul mineiro: núcleos urbanos, fazendas e caminhos / Ana Carolina Dionésio de Almeida. - Campinas: PUC-Campinas, 2016.  
168p.

Orientadora: Renata Baesso Pereira.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo.  
Inclui anexo e bibliografia.

1. Áreas subdesenvolvidas - Planejamento urbano. 2. Minas Gerais, Sul - História. 3. Cidades e vilas - História - Minas Gerais. 4. Campanha (MG). 5. Agricultura e desenvolvimento econômico. I. Pereira, Renata Baesso. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

22. ed. CDD – t711.4091724

**ANA CAROLINA DIONÉSIO DE ALMEIDA**

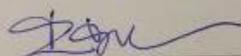
**“FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO SUL MINEIRO: NÚCLEOS  
URBANOS, FAZENDAS E CAMINHOS”**

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências  
Exatas, Ambientais e de Tecnologias da  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
como requisito para obtenção do título de  
Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Baesso  
Pereira

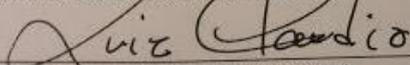
Dissertação defendida e aprovada em 07 de dezembro de 2016 pela Comissão  
Examinadora constituída dos seguintes professores:



Profa. Dra. Renata Baesso Pereira  
Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Ivone Salgado  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Luiz Claudio Bittencourt  
UNESP - Bauru

Para minha complexa e amada família.

## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é resultado da ajuda e esforço de muitas pessoas, dentre as quais familiares, professores, colegas de profissão, mestrado e amigos. Agradeço aqui a todos os que direta ou indiretamente fizeram essa pesquisa possível, meu sincero obrigada!

Agradeço em especial a minha orientadora Profa. Dra. Renata Baesso Pereira, que me acompanhou desde o início nesse novo caminho, cheios de altos e baixos em especial por sempre entender meus defeitos e reforçar minhas qualidades e fazendo acreditar que conseguiria aqui chegar. Não terei como agradecer o apoio que você me deu, tanto para a pesquisa como para a vida.

Agradeço também a professora Profa. Dra. Ivone Salgado, pela cuidadosa avaliação crítica, na banca de qualificação, que me fez uma pesquisadora melhor, não só na elaboração dessa dissertação, mas também nos meus primeiros passos para me direcionar para essa pesquisa, foi uma mudança e tanto de caminho, mas com certeza me fez muito mais feliz.

A CAPES, por ter financiado e apoiado a mim e esta pesquisa.

Aos meus pais, Lais e Luis pela imensa paciência, cuidado, dedicação e investimento. Em especial a minha vó Ana que esteve sempre ao meu lado proporcionando palavras de conforto e estímulo.

A minha colega de curso Carolina Nunes que tanto me ajudou na elaboração da pesquisa, como também nas palavras amigas para enfrentar o mundo caótico que estava lá fora.

Aos meus amigos: Mariana, Marina, André, Felipe, Eni e Guilherme, obrigada pelo incentivo, pelas brincadeiras nas horas difíceis, pelo interesse constante no desenvolvimento da pesquisa e por serem tão especiais na minha vida, vocês sabem o quanto os amo. Em homenagem ao Dan Shultz que foi tão cedo, e não pode ver esta pesquisa finalizada que ele tanto admirava e me incentivava.

E finalmente agradeço a vida, por todos os dias quando acordo nas montanhas e olho minha terra mineira, sinto-me viva e com chance de poder fazer diferente e melhor enquanto tiver um amanhecer.

## RESUMO

ALMEIDA, Ana Carolina D. de. Formação do território sul mineiro: núcleos urbanos, fazendas e caminhos. 2016, 160f. Dissertação (mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2016.

Este trabalho busca traçar uma análise da formação do território no sul de Minas Gerais, investigando a formação dos primeiros caminhos, partindo de diversas localidades da colônia e desbravando os sertões em busca de ouro e índios para escravidão. Analisamos a importante rede de núcleos urbanos na Comarca do Rio das Mortes e a elevação da Vila de Campanha da Princesa, detentora do espaço que se formou por diversos motivos na região do sul de Minas, desde as povoações que nasceram pelas jazidas encontradas até os núcleos que se estabeleceram em pontos de troca, comércio e das atividades agropastoris voltadas para o abastecimento interno e externo. Investigamos também a evolução desses núcleos e os conflitos que ocorreram em seus termos, até chegar à materialização deste território. Todo o estudo busca vincular essas transformações com o que estava acontecendo na economia da colônia e da metrópole, enfatizando a importância dos núcleos urbanos do sul de Minas, até chegar aos patrimônios rurais que temos como herança desta economia mista, e buscando entender que a história de Minas Gerais vai além do ouro e da mineração. O estudo tem como intenção, em suma, mostrar que Minas é um conjunto complexo de diversas atividades e fatores que contribuíram para a sua formação.

Termos de indexação: Minas Gerais, Comarca do Rio das Mortes, Campanha da Princesa, desmembramentos, sul de Minas, atividades agropastoris.

## ABSTRACT

ALMEIDA, Ana Carolina D. de. Formação do território sul mineiro: núcleos urbanos, fazendas e caminhos. 2016, 160f. Dissertação (mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2016.

This research aims to follow an analysis of Minas Gerais south territory formation, investigating the formation of the first ways starting from many locations of the colony and exploring the Brazilian sertão searching for gold and aborigines for slavery. It's analyzed the important urban nucleus at the Comarca Rio das Mortes and the elevation of the Campanha da Princesa vill which owns the espace that was formed by many reasons in the south Minas region, since the population that was born in the mineral deposit areas found as also nucleus that were established in exchange spots, commerce and farming activities focused on internal and external supply. It is investigated also the evolution of these nucleus and the conflicts that happened in their terms until the materialization of this territory. All of the study seeks to relate these transformations to what was happening in the economy of the colony and the metropole emphasizing the importance of the south Minas urban nucleus, until it comes to the rural patrimony that exist until theses days as inheritance of this mixed economy, aiming to understand that the history of Minas Gerais, goes beyond the gold and mining. The study has as its objective to show that Minas is a complex mixture of different activities and factors that contributed for its formation.

Key words: Termos de indexação: Minas Gerais, Comarca do Rio das Mortes, Campanha da Princesa, farming activities, Minas Gerais South.

## Sumário

<b>Lista de Figuras.....</b>	<b>10</b>
<b>Lista de Tabelas.....</b>	<b>13</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>14</b>
<b>Capítulo 1: Os primeiros processos de ocupação no Brasil Colonial. A Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, seus núcleos urbanos, caminhos e a rede urbana no Sul da Capitania de Minas Gerais .....</b>	<b>17</b>
<b>1.1 Da ocupação do litoral aos primeiros processos de interiorização da ocupação do território no Brasil Colonial. Do século XVI ao século XVIII. ....</b>	<b>18</b>
<b>    1.1.1 A capitania de São Paulo e Minas de Ouro.....</b>	<b>22</b>
<b>1.2 A formação de núcleos Urbanos na Capitania de Minas Gerais.....</b>	<b>30</b>
<b>    1.2.1 - A ocupação do Sertão.....</b>	<b>37</b>
<b>    1.2.2 Os Caminhos.....</b>	<b>41</b>
<b>    1.2.3 A rede urbana no sul da capitania de Minas Gerais.....</b>	<b>48</b>
<b>Capítulo 2: A divisão da Comarca do Rio das Mortes .....</b>	<b>57</b>
<b>2.1 Introdução: histórico, limites geográficos e aspectos físicos.....</b>	<b>58</b>
<b>2.2. Os conflitos na Comarca do Rio das Mortes.....</b>	<b>67</b>

<b>2.3. As Redes de Estruturação da Comarca do Rio das Mortes.....</b>	<b>74</b>
<b>2.4 A Vila de Campanha da Princesa e os desmembramentos de seu termo.....</b>	<b>78</b>
<b>2.5 Desmembramentos do Termo da Vila da Campanha da Princesa.....</b>	<b>90</b>
<b>Capítulo 3: O rural das Minas Gerais - meados XVIII até começo do século XX.....</b>	<b>95</b>
<b>3.1 Introdução à ruralidade no sul da capitania de Minas Gerais.....</b>	<b>95</b>
<b>3.2 O esgotamento das lavras e a inversão agrícola.....</b>	<b>103</b>
<b>3.3 O Caminho do Ouro Fino e a Família de Lucas Borges.....</b>	<b>112</b>
<b>3.4 O Recenseamento de Cabo Verde em 1831 .....</b>	<b>115</b>
<b>3.5 São José dos Botelhos.....</b>	<b>118</b>
<b>3.6 Fazenda Barreiro.....</b>	<b>121</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>124</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>126</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>131</b>

## Lista de Figuras

Figura 1: Imagem ilustrativa que divide o Brasil em capitânicas.....	24
Figura 2: Mapa produzido por Fonseca mostrando as comarcas e as Vilas, cabeças de comarca.....	29
Figura 3: Capa e segunda capa do livro das Constituições Primeiras.....	32
Figura 4: Cópia do Mapa da Capitania de Minas Gerais com as divisas de suas comarcas feito por José Joaquim da Rocha em 1778.....	36
Figura 5: Detalhe da legenda do Mapa da figura 4, que mostra a classificação das povoações.....	37
Figura 6: Um rancho de Minas Gerais.....	41
Figura 7: Recorte do Mapa do Termo da Vila da Campanha da Princesa.....	42
Figura 8: Mapa da Capitania de São Paulo feito por Francisco Tosi Columbina.....	45
Figura 9: Recorte do Mapa da Capitania de Minas Gerais com as divisas de suas Comarcas .....	46
Figura 10: Mapa produzido por Fonseca mostrando através de um banco de dados as povoações que surgiram com base nas atividades agropastorais.....	48
Figura 11: Mapa produzido por Fonseca mostrando os limites dos bispados e as freguesias existentes até 1745 após a criação do bispado de Minas Gerais.....	52
Figura 12: Época de fundação dos arraiais mineradores.....	56
Figura 13: Época de fundação dos arraiais agrícolas.....	56
Figura 14: Origem dos arraiais. Situação no início do século XIX.....	56

Figura 15: Mapa da Capitania de Minas Gerais, com a divisão das capitânicas e, em destaque, a comarca do Rio das Mortes e suas duas primeiras Vilas.....	63
Figura 16: Localização das Vilas instituídas até 1814, em destaque a área correspondente a Comarca do Rio das Mortes e nos pontos vermelhos as Vilas.....	64
Figura 17: Foto da fazenda do inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto em Conselheiro Lafaiete, caracterizada pela produção mista nos meados do século XVIII.....	66
Figura 18: Foto de 2015 da fazenda do inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto em Conselheiro Lafaiete, após algumas fazes de restauração.....	66
Figura 19: Parte do mapa da Capitania de Minas Gerais, de data provável de 1800.....	67
Figura 20: Demarcação em rosa dos limites entre as capitânicas de Minas e São Paulo pela Serra da Mantiqueira.....	72
Figura 21: Demarcação em laranja dos limites entre as capitânicas de Minas e São Paulo exigido pelo Morgado de Matheus.....	73
Figura 22: Desenho de morador da região, em dúvida sobre a divisa da capitania de São Paulo e Minas Gerais.....	74
Figura 23: Foto aérea da cidade de Campanha nos dias de hoje.....	81
Figura 24: Mapa do termo da Vila de Campanha da Princesa.....	86
Figura 25: Limites das Comarcas de Minas Gerais até 1833.....	90
Figura 26: Mapa do termo da Vila de Campanha da Princesa, em destaque os caminhos que em suas terras continham e os núcleos que esses conectavam. Em preto se vê a sede da Vila.....	97
Figura 27: Foto da serra da Mantiqueira extraída, mostrando grande acidente geográfico que divide os dois estados.....	102

Figura 28: Imagem de uma paisagem acidentada típica do Sul de Minas Gerais.....	103
Figura 29: Foto da roda d'água na Fazenda Barreiro.....	106
Figura 30: Foto da licença para a produção de água ardente no engenho da fazenda Barreiro, emitida em 1872.....	107
Figura 31: Foto dos alicerces da antiga casa do administrador da fazenda Barreiro.....	109
Figura 32: Foto dos alicerces da antiga casa do administrador da fazenda Barreiro.....	110
Figura 33: Foto do interior do casarão da Fazenda Barreiro, revelando a estrutura de madeira onde se fixavam as espigas nos frechais.....	111
Figura 34: Parte do Mapa da Capitania de Minas Gerais feito por José Joaquim da Rocha em 1778.....	113
Figura 35: Foto da Casa da Fazenda Barreiro.....	123
Figura 36: Foto interna da Casa da Fazenda Barreiro, revelando a técnica da taipa ou pau a pique.....	124
Figura 37: Foto dos tijolos produzidos na olaria da Fazenda Barreiro.....	124

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1: Número de Vilas criadas no período colonial (1532 -1820), por século e estado da federação em que se situam hoje.....	53
Tabela 2: Distribuição da população no Brasil.....	54
Tabela 3: Vilas na comarca do Rio das Mortes até o fim do período colonial.....	77
Tabela 4: Situação da comarca do Rio das mortes antes da divisão para a comarca de Sapucaí.....	87
Tabela 5: Divisão judiciária da província de Minas Gerais após 1833.....	90
Tabela 6: Inventário dos teares existentes em Minas Gerais – 1786.....	105
Tabela 7: Fazendas e povoados pertencentes ao município de Botelhos.....	120

## Introdução

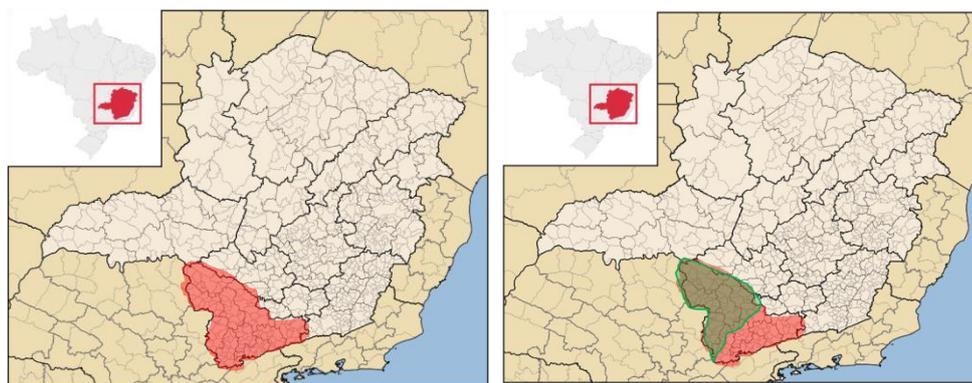
A evolução do homem sobre o território até os dias de hoje está vinculada diretamente à conformação da sociedade. Precisamos de um meio para expressar nossos convívios, nossas trocas, nossa produção, nossas crenças. Ao longo da história vimos que os núcleos urbanos são sedes de vários poderes, administrativos, religiosos, lugar de símbolos e mitos.

Os espaços urbanos se encarregam de contar sua própria história, muitas vezes através da sua arquitetura, a qual, mesmo perece, traz os vestígios da existência e das experiências humanas vividas. A cidade é um registro da nossa história evolutiva como seres sociais.

Nesta dissertação procuramos seguir a linha de estudos sobre a urbanização no Brasil. Nos pautamos em autores como Nestor Goulart, um dos pioneiros nos estudos de história do urbanismo, que busca descortinar fatos e lançar luz sobre as transformações dos sertões em territórios. Os estudos de Murilo Marx nos auxiliaram em relação aos processos de formação dos núcleos urbanos, em sua evolução e nas relações entre estado e igreja no período colonial brasileiro. Especificamente sobre Minas Gerais, Claudia Damasceno, que estuda a relação do espaço territorial e poder do estado nas minas do século XVIII, traz um estudo pautado na explicação do léxico e da importância da igreja na história de Minas Gerais. Cicero Cruz tem um estudo ligado à arquitetura das fazendas mineiras, porém também apresenta um conteúdo importante sobre a transformação desse território e sobre como as fazendas foram importantes nesse processo. Fernanda Moraes nos auxilia ao trazer em sua pesquisa as questões de rede urbana, e de dados geográficos de seu estudo. Muitos outros autores foram consultados para esclarecer sobre a formação urbana do Brasil e de Minas Gerais. É certo dizer que muito já foi estudado, porém existem ainda pontos sobre sombras, que procuramos trazer à luz neste estudo. Outros tantos pontos ainda ficam para próximos estudos.

A formação do Sul de Minas Gerais é muito mais que apenas ouro e mineração, é pautada principalmente por trocas, comércio, atividades agropastoris, criando um cenário urbano e rural que se entrelaça. Nossa intenção ao estudar a região não é apresentar sistematicamente a história urbana da região, mas sim descrever fenômenos e acontecimentos que refletem a formação e a transformação de uma rede urbana pulverizada em pequenos núcleos.

A área de estudo está situada geograficamente a oeste do sul de Minas Gerais. Essa região é delimitada ao Norte pelo Rio Grande, um dos rios mais importantes de Minas Gerais (foi em um de seus afluentes que se encontraram os primeiros registros de ouro da região das minas), a leste pelo rio Sapucaí e ao sul e oeste pela divisa do estado de Minas Gerais e São Paulo. Essa fronteira ao longo do tempo não se fixou tão facilmente, foi motivo de muitas disputas, das quais algumas trataremos nesse estudo.



Mapa 1 e 2: Estado de Minas Gerais em vermelho a região do sul de minas e em verde a região de estudo.

Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais, a qual, por sua vez, é subdividida em microrregiões. Assim sendo, nossa mesorregião de estudo é mostrada no mapa 1 e 2, sendo vermelha a mesorregião do Sul de Minas, e verde a microrregião do oeste do Sul de Minas.

A metodologia usada no estudo tem como primeira etapa uma revisão da bibliografia, aprofundando as leituras, criando fichamentos dos livros, artigos científicos e periódicos. Através das análises das pesquisas, comparamos os trabalhos dos autores a fim de obter conclusões e direções quanto a seus olhares sobre o tema do trabalho.

Procuramos analisar as fontes primárias, como cartografia histórica, registro de terras, cartas e documentos oficiais. Esse material pode ser encontrado no Arquivo Público Mineiro, museus, cartórios, igrejas e arquivos pessoais. Através desses mapas e documentos, pudemos criar novos mapas para melhor compreensão sobre a geografia, desmembramentos, limites e pontos rurais importantes.

A pesquisa de campo foi outro método usado para estudar a região, através do levantamento das fazendas que influenciaram no tema da pesquisa.

Buscou-se a partir deste método coletar fontes, analisá-las e, a partir

delas, buscar as direções para o trabalho. Em outras palavras, consultamos a cartografia histórica, analisamos, e geramos dados para entender a evolução da rede urbana formada no sul de Minas.

A primeira parte do trabalho visa entender os primeiros processos da ocupação do litoral e a interiorização da ocupação do território no Brasil Colonial, do século XVI ao século XVIII. Compreender a formação de núcleos urbanos no Brasil colonial e como se deu a ocupação do sertão, os caminhos utilizados para essa ocupação, e mais tarde a consolidação do território no sul da capitania de Minas Gerais.

A segunda parte do trabalho focará os núcleos urbanos na Comarca do Rio das Mortes, que era o nome dado à área do estudo em seus primórdios. Veremos a consolidação da rede urbana nela formada, com os arraiais e vilas, a elevação da Vila de Campanha da Princesa e seus desmembramentos, que posteriormente seriam compreendidos pela região do sul de Minas.

Finalmente, na terceira e última parte, analisaremos a economia e as relações entre o urbano e o rural, a importância das Fazendas que impulsionaram a economia mista das atividades agropastoris, gerando as trocas que movimentaram o comércio interno e externo da colônia. Como estudo de caso, temos a fazenda do Barreiro, um exemplar deste tipo de propriedade que produzia uma diversidade de produtos, desmistificando também a questão da monocultura cafeeira na região.

## Capítulo 1:

### Os primeiros processos de ocupação no Brasil Colonial. A Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, caminhos e rede urbana no Sul da Capitania de Minas Gerais

Seio de Minas:

Eu nasci no celeiro da arte  
No berço mineiro  
Sou do campo, da serra  
Onde impera o minério de ferro  
Eu carrego comigo no sangue um dom verdadeiro  
De cantar melodias de Minas  
No Brasil inteiro

Sou das Minas de ouro  
Das montanhas Gerais  
Eu sou filha dos montes  
E das estradas reais  
Meu caminho primeiro  
Vem brotar dessa fonte  
Sou do seio de Minas  
Nesse estado um diamante

Paula Fernandes

## **1.1 Da ocupação do litoral aos primeiros processos de interiorização da ocupação do território no Brasil Colonial. Do século XVI ao século XVIII.**

Segundo Nestor Goulart Reis Filho (REIS, 2000), um dos precursores dos estudos no campo da História da Urbanização no Brasil, nas primeiras décadas após o descobrimento, os portugueses se limitaram à exploração de recursos naturais, dando origem às primeiras feitorias e a alguns agrupamentos na faixa litorânea. Esta fase, chamada pré-colonial, foi marcada pelo extrativismo vegetal do pau-brasil, que utilizava a mão-de-obra indígena, pelo escambo, ou seja, troca de produtos por outros, pela criação de feitorias no litoral, envio de expedições exploradoras e também pela criação de algumas guarda-costeiras.

As invasões e disputas de países rivais pelas terras brasileiras levaram Portugal a implantar medidas que buscavam uma forma mais estável de ocupação, garantindo assim a posse da colônia. Nesse sentido, o governo português enviou ao Brasil em 1530 a primeira expedição colonizadora, comandada por Martim Afonso de Sousa. Essa expedição visava iniciar o povoamento da terra, defendê-la, organizar sua administração e sistematizar a exploração econômica, enfim, colonizá-la. Desse modo, no início da quarta década de colonização a Coroa implanta um novo sistema de organização do território colonial, criando as Capitânicas Hereditárias. Este foi o primeiro projeto político-administrativo para colonização do Brasil, reproduzindo com algumas diferenças, o sistema já experimentado pelo governo português em suas ilhas no Atlântico.

A criação das capitânicas tinha por objetivo promover a colonização por meio de capital privado, sem o envolvimento direto da Coroa. O litoral do Brasil foi dividido então em 15 capitânicas, também chamadas de donatárias. Estas faixas de terras se estendiam do litoral ao interior até a linha limite do tratado de Tordesilhas<sup>1</sup>.

A posse destes territórios foi dada a donatários, de alto prestígio junto ao Rei, que recebiam o título de Capitão Mor. Estes passavam a ser responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento econômico de suas capitânicas e detinham total liberdade no que se referia à urbanização destes territórios.

---

<sup>1</sup> O tratado foi assinado na povoação castelhana chamada Tordesilhas em 1494, e visava contemplar e organizar os interesses dos reinos de Portugal e Espanha, em relação às terras recém-descobertas na América. O tratado de Tordesilhas instituiu uma linha imaginária a 370 léguas da ilha de Cabo Verde e serviria de referência para a divisão das terras do novo continente entre Portugal e Espanha. As terras a oeste desta linha ficaram para a Espanha, enquanto as terras a leste eram de Portugal.

Os donatários tinham o compromisso de desenvolver suas terras com recursos próprios, apesar de não serem proprietários das mesmas, pois a donataria era um vínculo jurídico de posse concedido pelo Rei de Portugal a cada donatário. A posse oficial era conferida pelo Rei através de uma Carta de Doação e os direitos e deveres dos donatários eram discriminados em um documento chamado de Carta Foral, que também tratava dos tributos a serem pagos.

As capitâneas, estas imensas porções de terra, com cerca de 50 léguas de extensão, ficavam sob o comando de um único homem, que também tinha o direito de conceder (e não vender) terras de sesmaria<sup>2</sup> a colonos ou herdeiros em suas capitâneas. As dimensões dessas concessões eram fixadas, de acordo com cada Capitão-Mor, que eram os homens nomeados para gerir a capitania, não necessariamente sendo o próprio donatário. Segundo Roberta Marx Delson (DELSON, 1979), a prática das sesmarias institucionalizou o fenômeno dos latifúndios, mesmo depois com a tentativa bem sucedida da Coroa no século XVIII de recomprar essas terras e estabelecer um controle real.

Os processos de concessão de sesmarias serão abordados posteriormente no trabalho, mas, segundo Delson (1979), os conflitos se iniciam pela ausência de sanções por parte da Coroa que possibilitaram a ascensão de poderosas famílias interioranas, que possuíam grande influência e prestígio sobre seus vastos domínios. Contudo isso não impediu a penetração de aventureiros, atraídos pelas possibilidades de enriquecimento nas terras da colônia brasileira.

No período colonial, o sertão brasileiro foi ciclicamente penetrado por aventureiros. No primeiro ciclo temos os boiadeiros, seguidos pelos apresadores de índios, que eram vendidos como escravos, e, depois, por outros aventureiros em busca de metais preciosos.

Essa cíclica penetração se inicia no final do século XVI, quando decretos proibindo o pastoreio nas redondezas dos centros urbanos litorâneos obrigaram os boiadeiros a migrarem para a caatinga do Nordeste. As primeiras boiadas a penetrar o sertão seguiram o curso do rio São Francisco, que servia para matar a sede dos animais. As pequenas povoações que surgiram no interior, nos territórios que atualmente correspondem aos estados da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão, em geral seguiam o mesmo sistema das boiadas que realizaram a penetração inicial. Atrás delas vinham pequenos grupos de

---

<sup>2</sup> Sesmaria, segundo Delson (1979, p.10), era uma prática medieval através da qual senhores feudais buscavam voluntários para colonizar seus territórios no âmbito agrícola. No Brasil esse sistema foi amplamente difundido e usado pelos donatários das capitâneas, dando origem a grandes latifúndios agrícolas.

colonos que iam se estabelecendo. (ABREU, 1960, apud DELSON p. 11, 1979).

No Sul do Brasil a caça de escravos indígenas estimulava a penetração do sertão de São Paulo. Nesse segundo ciclo, os aventureiros capturavam índios e os vendiam nas povoações costeiras, porém as missões jesuítas, de certa forma, dificultaram as ações desses apresadores, que, aos poucos, foram dizimando as missões organizadas por esta ordem religiosa. Esse processo de dominação do gentio levou esses aventureiros a avançar e explorar o sertão, culminando nas primeiras descobertas de metais preciosos.

Essas rotas de penetração usadas por aqueles que se dispunham a avançar sertão adentro, em busca de índios e de metais preciosos, eram desenhadas de acordo com a geografia, especialmente levando em consideração o relevo e a hidrografia. Os caminhos milenares dos povos indígenas contribuíram para essa penetração do sertão. Os conhecimentos indígenas assimilados pelos colonizadores e o fator hidrográfico facilitaram a entrada no sertão das terras hoje paulistas, pois havia rios que ligavam o sertão ao litoral. Após vencer a serra do Mar, a poucos quilômetros do litoral, os portugueses penetraram no interior, seguindo o curso dos rios Tietê e Paraíba do Sul. (CRUZ, 2010, p. 16)

O sertão então foi paulatinamente ocupado pelos chamados bandeirantes, que tinham por objetivo capturar índios para serem escravos e, principalmente, buscar metais preciosos. As bandeiras eram expedições criadas por particulares, e foram responsáveis pela ocupação do sertão. As primeiras descobertas de metais preciosos se deram nas terras paulistas em fins do século XVI. Nesse período, a Vila de São Paulo do Piratininga - a primeira Cidade instituída no interior da colônia, ainda em 1558 - já havia se tornado o principal centro de organização de expedições terra adentro.

Por parte da Coroa, o estímulo à ocupação e ao povoamento de novas áreas no interior da colônia e a busca por metais preciosos teve razões muito específicas. Nesse período, segundo Beatriz Picolotto Bueno (BUENO, 2009), o açúcar passou a dominar o mercado mundial e assim permanecendo durante um século. Na segunda metade do século XVI, o império espanhol estava em seu auge, e a União das Coroas, a partir de 1580, estimulou a mudança da base econômica portuguesa do comércio das especiarias para a produção de açúcar, condicionando assim um aumento do número de engenhos no Nordeste do Brasil, no fim do século XVI.

Porém de 1595 a 1638 muitos conflitos aconteceram entre ibéricos e ingleses, mas principalmente com os holandeses que atacaram o nordeste, a mais importante região produtora de açúcar no território brasileiro. Os holandeses ainda atacaram Angola (que fazia então parte do império português) e apreenderam 547 navios carregados de açúcar. O resultado deste

enorme conflito foi a diminuição da área açucareira e tabaqueira no Brasil, a perda do ouro extraído da África, além de atingir o comércio de escravos que vinham da Angola, território extremamente comprometido por esse conflito.

Essa soma de fatores condicionou a política filipina, ou seja, a política do Rei Felipe que representava a União das Coroas Portuguesas e Espanholas, a estimular as duas formas de expedições com a finalidade de expandir o território: as “bandeiras” que eram organizadas por particulares e também as “entradas” organizadas pela Coroa. Ambas eram compostas por sertanistas em busca do ouro e de indígenas que seriam empregados como mão de obra escrava, pois o tráfico entre Brasil e África estava comprometido pelos conflitos já citados.

Como mencionado anteriormente, a Companhia de Jesus que assegurava a “liberdade” do índio, estava em constante conflito com os bandeirantes, gerando assim a destruição de algumas aldeias e reduções jesuíticas além de violentos motins, que culminaram na expulsão dos padres de São Paulo e Santos. A crise em todo o império hispânico-português agravou as tensões entre as coroas, e em 1640 os portugueses clamavam pela “Restauração do Trono”, já que naquele momento a União das Coroas não era mais tão vantajosa e sim um mau negócio. Os portugueses mataram os representantes de Felipe III em Portugal e então em 1º de dezembro de 1640 D. Miguel de Almeida tornou-se D. João IV, Duque de Bragança e Rei de Portugal. E assim começou a nova dinastia dos Bragança no trono português.

No entanto, a Restauração não deu fim à crise. A economia do açúcar continuava em declínio já que a Coroa pouco incentivou medidas para socorrer a economia açucareira. Durante o reinado do Rei D. Pedro II<sup>3</sup>, algumas medidas foram tomadas para estimular o desenvolvimento da colônia, entre elas o estímulo às descobertas de ouro, através da oferta de títulos de nobreza e diversas formas de recompensa aos sertanistas que descobrissem jazidas minerais. A descoberta de metais e pedras preciosas nas imediações de São Paulo, de Santana de Parnaíba, do vale do Ribeira e da Baía de Paranaguá, mantinha viva a esperança da existência de mais riquezas no interior.

A partir de 1668, a nova política metropolitana tratou de encorajar a descoberta de novas minas. A administração de Afonso Furtado Mendonça de Castro, então governador-geral do Brasil, marcou a época de estímulo à busca

---

<sup>3</sup> Rei Dom Pedro II (Lisboa, 26 de abril de 1648 — Alcântara, 9 de dezembro de 1706). Foi Rei de Portugal, de 1683 até sua morte, sucedendo ao irmão Afonso VI, e já exercendo as funções de regente do reino desde 1668, devido à instabilidade mental do irmão, Afonso VI. Não confundir com o Imperador Dom Pedro II (Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1825 – Paris, 5 de dezembro de 1891).

de metais e pedras preciosas, culminando com a descoberta das Minas de Cataguases, região que hoje conhecemos como Minas Gerais, em 1693/1695. Trataremos desse descoberto com mais detalhes ainda neste capítulo.

### **1.1.1 A capitania de São Paulo e Minas de Ouro**

Para organizar a administração colonial, uma primeira Repartição do Sul havia sido criada em 1574, poucos anos após a Fundação do Rio de Janeiro em 1567, mas foi extinta quatro anos depois. Em 1608 foi criada a segunda Repartição Sul para atender a sugestões de D. Francisco de Sousa, então governador-geral do Brasil, que havia estado na vila de São Paulo entre 1599 e 1603, atraído por notícias sobre a existência de minas de ouro e ferro. A Repartição do Sul era então formada pelas capitanias do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, de São Vicente, de Santo Amaro e de Sant'Ana.

Porém em 1612 a segunda Repartição Sul também foi extinta, após o falecimento de D. Francisco de Sousa (1611). Durante um breve período entre 1660 e 1662 foi reestabelecida a denominação de Repartição do Sul, quando esta voltou a ser governada por Salvador Correa de Sá e Benavides.

Segundo Reis (2013, p.26) a repartição do Sul era uma extensa faixa de terra que ia do litoral ao interior com cerca de 50 a 100 quilômetros de largura e cerca de mil quilômetros de comprimento. Na Repartição do Sul, os núcleos urbanos no interior do território se originaram, direta ou indiretamente, da exploração do ouro, ou seja, o território estava ligado às atividades de mineração de lavras. A maior parte do ouro desses locais era ouro chamado de "cata", isto é, locais de bateamento. Só mais tarde é que o ouro foi explorado com técnicas que incluíam remoção de terra, que chamamos de lavras.

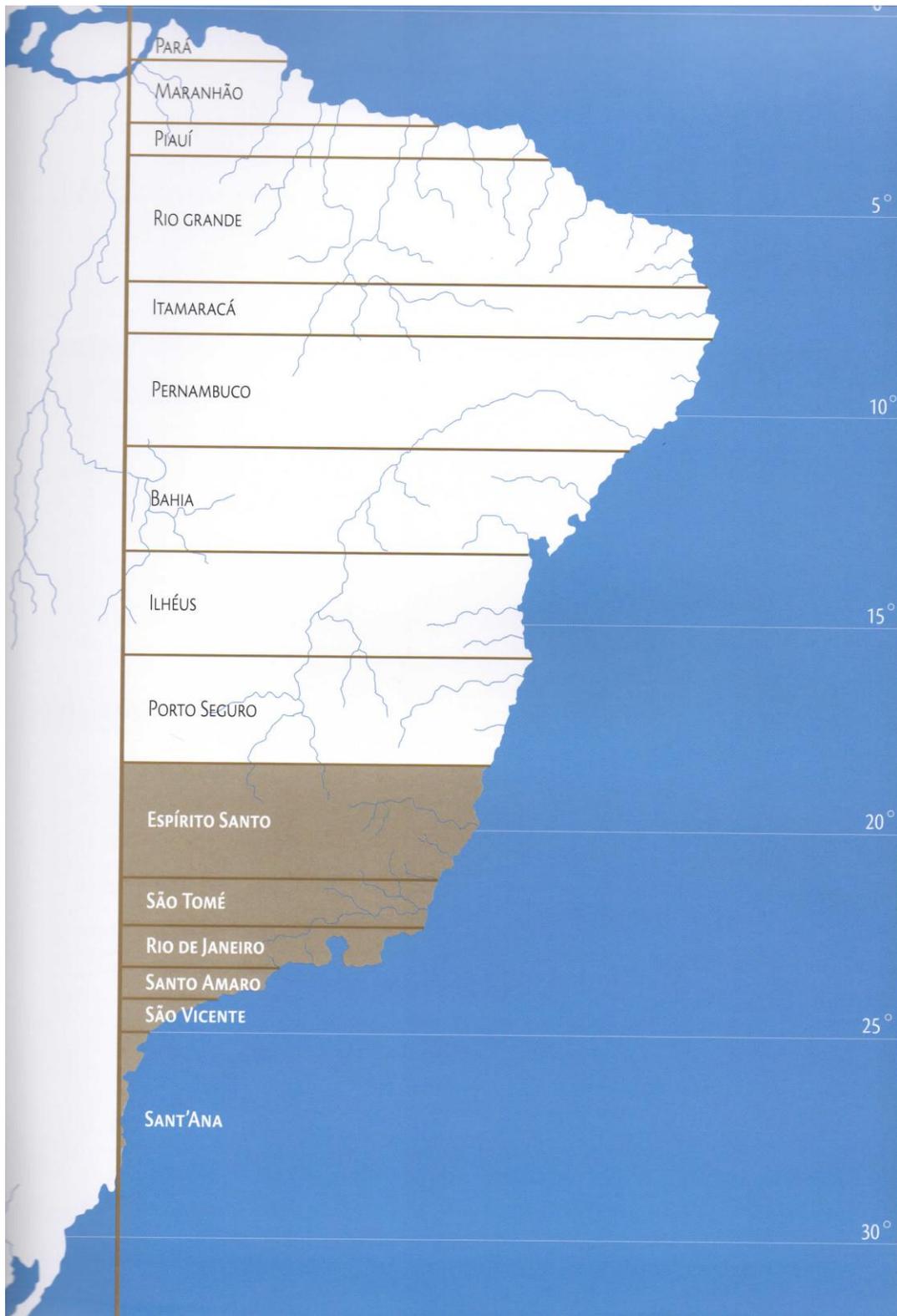


Figura 1: Imagem ilustrativa que divide o Brasil em capitânicas, e destaca o território da Repartição Sul que tinha início na Capitania do Espírito Santo, estendendo-se até a de Santana, no extremo sul.

Fonte: Nestor Goulart Reis, 2013, p. 27.

As primeiras notícias de ouro na Repartição Sul se deram por volta de 1592 na região de São Paulo e em 1640 nas regiões de Paranaguá, Curitiba, Iguape e Cananeia, as principais atividades das minas de ouro da Repartição Sul, no final do século XVI e ao longo dos séculos XVII e XVIII, eram nas lavras na Cantareira, na serra do Itaberaba, no complexo do Jaraguá (município hoje de Guarulhos e de São Paulo) no morro do Voturuna, entre Santana de Paranaíba e Araçariçuama e ainda nas cabeceiras do Rio Paranapanema e nas regiões de Apiaí e Campo Bonito.

Mais ao sul, as áreas de mineração se localizavam ao redor da baía de Paranaguá e no vale do Ribeira de Iguapé e também no alto Ribeira, no atual estado do Paraná. Ao redor do sítio onde se fundou Curitiba, existiam lavras em várias direções. Já no Estado de Santa Catarina, as minas foram as de São Francisco do Sul, que incluíam o Itajaí.

Este primeiro ciclo de mineração, que ocorreu na Repartição Sul, estimulou a abertura de vários caminhos terrestres e fluviais, o que possibilitou um domínio espacial da região sul. A ocupação deste território se caracteriza pela presença dos paulistas, grupo identificado pela ampla miscigenação com os indígenas. Durante esse primeiro ciclo de exploração formou-se na Repartição Sul um sistema urbano pouco denso, mas com grande número de aglomerações. Estas não estavam junto das lavras, mas nos caminhos de acesso a elas, servindo aos mineradores de vários pontos. A rede que se constitui nas Capitâneas do Sul difere completamente da que viria a ser implantada nas Minas Gerais a partir de 1705.

Segundo Fonseca (FONSECA, 2011, p.63), com a descoberta do ouro na região que hoje chamamos de Minas Gerais no fim do século XVII é que se tem um movimento maior de interiorização da ocupação do território colonial. A primeira denominação da região era “sertão dos Cataguases”, pois Ca-ata-guá eram os índios habitantes deste sertão, que viviam no vale do rio Grande, no sul do atual estado de Minas Gerais, uma das primeiras regiões de Minas a serem percorridas pelos paulistas. O destino dos índios da região, como o de outros grupos, foi o extermínio ou a expulsão para a periferia das zonas ocupadas pelos colonizadores.

Segundo Araújo (ARAUJO, 2008, p.74) as primeiras incursões pelo território que viria a ser o das Minas Gerais datam de 1553 e estão ligadas às expedições efetuadas por Francisco Bruzza de Spinozza, a partir de Porto Seguro na Bahia e chegando aos sertões do rio Jequitinhonha, parte norte do estado. O primeiro documento oficial que faz menção explícita ao descobrimento das “Minas dos Cataguás” data de 1664. A partir desse período é que se iniciam as expedições partindo de São Paulo. A ação bandeirante dos paulistas em busca de metais e de apresamento de índios permitiu que fossem

povoados não só os sertões mineiros, mas também os de Goiás e Mato Grosso.

Com o anúncio das descobertas auríferas, as bandeiras se multiplicaram e em 1693 Antônio Rodrigues Arzão informava sobre a descoberta do “ouro preto”. A ocupação desta área se deu de forma aleatória, à medida que foram feitos os achados. Mesmo com condições topográficas desfavoráveis a notícia dos descobertos chegou em todos os cantos da colônia e até mesmo na Europa, o que desencadeou a chegada de pessoas de diversos tipos e lugares em busca do “el dorado”. Além disso, aumentou também o número de africanos que chegaram ao Brasil. A população da colônia subiu de um milhão e meio em 1754 para dois milhões e meio em 1808.

Na primeira fase de ocupação do território, frente à ausência do Estado e da Igreja, as terras a serem desbravadas foram de certa forma consideradas “terras de ninguém” e a ocupação foi imprevidente e desordenada, segundo Araújo (ARAÚJO, 2008, p. 76). Com o grande fluxo de pessoas que estavam chegando para a região das Minas, logo se tornou necessária a instalação do poder régio, e estima-se que nos primeiros quinze anos de povoamento o fluxo migratório atingiu entre trinta e cinquenta mil “almas”.

Durante os primeiros decênios do século XVIII, a América Portuguesa foi sacudida por uma série de rebeliões fiscais e revoltas que desafiaram as autoridades coloniais em diferentes regiões da colônia: Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. Devido à importância econômica e demográfica da região das Minas Gerais, preocupou bastante as autoridades metropolitanas a chamada Guerra dos Emboabas, conflito travado pelo direito de exploração das recém-descobertas jazidas de ouro, uma guerra civil promovida por diferentes grupos sociais que se confrontaram no interior da região mineradora. O primeiro grupo, formado pelos bandeirantes paulistas, havia descoberto a região das minas e, por esta razão, reclamava a exclusividade de explorá-las. Já o segundo grupo, heterogêneo, era composto de portugueses provenientes da Europa e de migrantes das demais partes do Brasil, sobretudo da costa leste nordestina, liderado por Manuel Nunes Viana, era pejorativamente apelidado de “emboabas” pelos paulistas. A palavra emboaba quer dizer em tupi “aves de pés emplumados”, e o apelido se deveu ao fato de os portugueses usarem botas. O conflito durou dois anos, de 1707 a 1709, e obrigou a Coroa a intervir de modo efetivo na região.

Em 1709, a Coroa percebeu que, para conservar a sua mais nova e rica conquista, não bastava só proteger os portos das invasões francesas, e sim que o principal perigo e ameaça à soberania portuguesa estava no interior da própria colônia, a região aurífera.

Com estes conflitos internos o rei instituiu um “governo civil e militar” para a região. As capitanias de São Vicente e Santo Amaro se desmembraram do Rio de Janeiro e passam a compor a capitania geral de São Paulo e Minas do Ouro. Esta era a maior Capitania da Coroa portuguesa, abrangendo boa parte do Centro-Oeste, do Sul até a Colônia de Sacramento e do Sudeste. Não

estavam incluídas nessa capitania os territórios do Rio de Janeiro e a Vila de Santos.

Para a sede da Capitania foi escolhida a vila de São Paulo dos Campos de Piratininga, elevada a condição de cidade em 1711. A criação dessa Capitania marcou um período de centralização administrativa de Portugal em relação ao Brasil. Com a rede urbana ampliada em um território bastante explorado, a capitania passou da condição de periferia para grande polo de interesses econômicos da Coroa.

No começo do século XVIII, o centro econômico pulsante da colônia se desloca do nordeste para a zona mineradora, culminando com a mudança do eixo político para o sudeste e a transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763.

Segundo Sergio Buarque de Holanda, “para muitas nações conquistadoras a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram” (HOLANDA, 1945, p. 62). Na colonização espanhola o meio de assegurar um predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, era a criação de grandes núcleos e povoações.

No Brasil, a prática de fundar núcleos urbanos também era vista como forma de controle, na medida em que os vastos sertões se convertem em territórios ocupados, assegurando assim a jurisdição do espaço (BUENO, 2009, p.252). A concessão do título de Vila a alguns Arraiais foi portanto um dos principais dispositivos adotados para atingir os objetivos de controle do Estado sob a região das minas. As instâncias de poder se organizavam hierarquicamente, a partir das “cidades reais”, e as instâncias, administrativas, jurídicas e eclesiásticas sobrepunham o seus territórios no espaço. As Vilas tinham papéis hierarquicamente inferior às cidades, mas superior às freguesias e capelas. Todas igualmente eram tentáculos metropolitanos que cumpriam papéis distintos na lógica da rede urbana.

Outra providência foi a criação e normatização da arrecadação tributária, e a partir de 1700 se adota a cobrança do quinto. Além das sesmarias, que era o modo usual de distribuição de terras na América Portuguesa, procedeu-se também a doação de datas, que são terras de perscrutação mineral. Desta forma, também houve a preocupação do estabelecimento de núcleos urbanos com autoridades instaladas. Assim a organização dos espaços se deu logo nas primeiras décadas do século XVIII. Em 1711 foram criadas pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, as três primeiras e mais antigas Vilas do território mineiro: Ribeirão do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição (Sabará). Já em 1713 foi criada a Vila de São João del Rei, em 1714, a Vila Nova da Rainha (Caeté) e a Vila do Príncipe (Serro), em 1715, a Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui e,

em 1718, São José del Rei (Tiradentes). Uma década mais tarde, em 1730, surge Minas Novas, e somente no final do século seriam criadas novas vilas na Capitania: São Bento do Tamanduá (Itapecerica), em 1789, Queluz (Conselheiro Lafaiete), em 1790, Barbacena, em 1791, Campanha da Princesa e Paracatu do Príncipe (Paracatu), em 1798.

Para organizar a região das minas em relação ao poder civil foram criadas três comarcas: a Comarca do Rio das Velhas (1714), a Comarca do Rio das Mortes(1714,) e a Comarca de Ouro Preto (1714,), que tinham como sede, respectivamente, os Conselhos Municipais das Vilas de Sabará, São João del-Rey e Vila Rica.

Em Portugal, a comarca era o território de jurisdição do corregedor, magistrado que tinha atribuições jurídicas, políticas e de “policia”. As comarcas criadas em Minas Gerais tiveram funções ainda mais amplas, pois também funcionavam como circunscrições fiscais. Para controlar o território era preciso organizar a justiça e a cobrança de impostos no imenso território das “minas de ouro”. Com isso as comarcas, que eram as maiores circunscrições civis da capitania, se tornaram o primeiro projeto metropolitano a ser concretizado. (FONSECA, 2011, p.142)

Ainda no início de 1700 os ouvidores já haviam sido nomeados para cada uma das três maiores zonas mineradoras, as comarcas do Rio das Velhas, do Rio das Mortes e de Ouro Preto. Só em 1720, a comarca de Rio das Velhas foi desmembrada para se criar a quarta comarca, a do Serro Frio.

Em 6 de agosto de 1714 os limites das três primeiras comarcas foram estabelecidos pelo governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, D. Brás Baltazar. Definir limites em sertões desconhecidos não era possível, portanto foi estabelecida a condição de “fronteira aberta”, e os contornos das comarcas são definidos progressivamente, à medida que as terras iam sendo ocupadas. As Câmaras de Vila Rica, Vila Real e N. S. do Carmo (atual Mariana), fixaram as suas respectivas divisas com a vila de São João Del Rei, conformando assim a Comarca de Ouro Preto. Já a Comarca do Rio das Mortes teve seu limite demarcado ao norte pela vila de São João Del Rei e, ao sul, este limite estava situado vagamente na serra da Mantiqueira. Como eram imprecisos os limites acredita-se que a comarca era a maior da colônia, pois estendia seu território por onde hoje são os territórios do estado de São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro.

O território das três primeiras comarcas estava ligado diretamente às bacias hidrográficas, sendo a comarca de Ouro Preto vinculada à bacia do Rio Doce, a comarca do Rio das Velhas à bacia do São Francisco e a do Rio das Mortes, à bacia do Rio Grande e Paraná. Porém, como já dito, os limites das comarcas eram definidos à medida que a colonização avançava, estando então

mais ligados a questões políticas e humanas do que a questões geográficas. (FONSECA, 2011, p. 143).

O mapa produzido por Claudia Damasceno Fonseca nos ajuda a visualizar a divisão das 3 primeiras comarcas e suas fronteiras abertas.

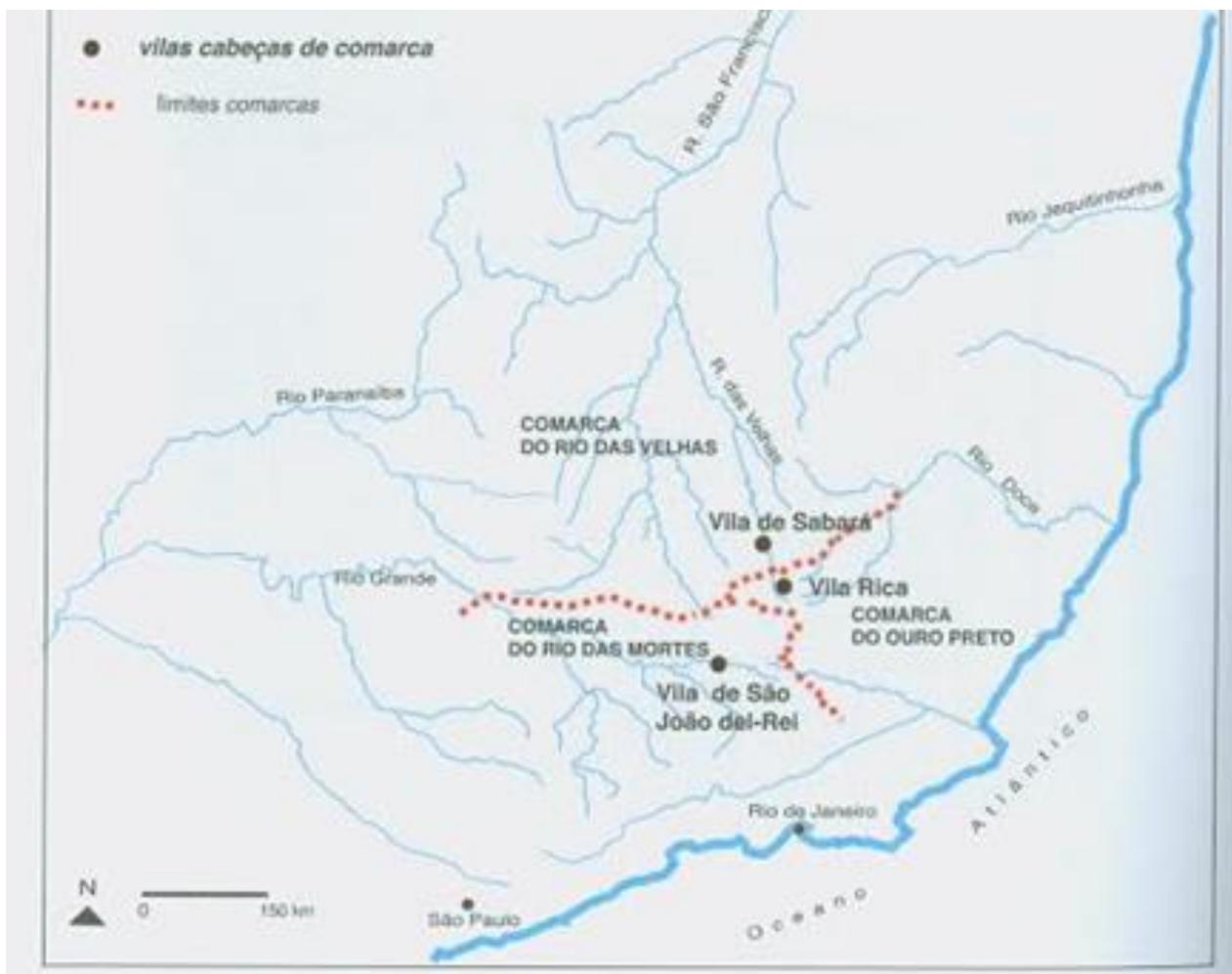


Figura 2: Mapa produzido por Fonseca mostrando as comarcas e as Vilas, cabeças de comarca.

FONTE: Fonseca, 2011, p. 252

A comarca do Rio das Mortes é onde nosso estudo se estabelece. O Arraial do Rio das Mortes, posteriormente elevado a Vila de São João Del Rei (1713), e sede da Comarca, foi o cenário do “Capão da Traição”, um dos episódios mais sangrentos da Guerra dos Emboabas. Os paulistas queriam exclusividade na exploração da região, pois afirmavam que tinham descoberto as minas. A guerra culminou na derrota dos paulistas e teve como uma de suas consequências a divisão da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, em 1720. A guerra demonstrou ainda mais a fragilidade do controle da coroa portuguesa em suas terras.

A partir de 1720, a dificuldade para controlar tão vasto território levou a Coroa a desligar da Capitania de São Paulo as minas e suas comarcas. Foram desmembradas de São Paulo, as regiões de Minas Gerais (1720), Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina (1738), Goiás (1744) e Mato Grosso (1748). Após a criação da capitania de Mato Grosso, última a ser desmembrada da Capitania de São Paulo, esta teve perda total de autonomia, deixando de ter governo autônomo e ficando como simples comarca, subordinada à Capitania do Rio de Janeiro. (BUENO, 2009, p.272 e 278)

Em 1763, a sede do Governo Geral foi transferida para a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, tendo, em seguida, ocorrido a restauração da Capitania de São Paulo, em 1765. São diversos os motivos para a restauração da autonomia da Capitania de São Paulo, além de econômicos e de complicações na gestão pela distância, havia os problemas militares de controle do território, já que a Capitania de São Paulo apresentava confrontos com territórios espanhóis.

## 1.2 A formação de núcleos Urbanos na Capitania de Minas Gerais.

Neste item da pesquisa, busca-se entender a formação dos núcleos urbanos na Capitania de Minas, no bojo dos processos de organização de uma rede urbana hierarquizada, fruto da sobreposição da rede do poder eclesiástico e da rede do poder civil no território. Tal processo avança à medida que novos caminhos são abertos e que os sertões são convertidos em território colonial.

Segundo Murillo Marx (1991), a formação dos núcleos urbanos no Brasil colonial está diretamente ligada à relação Estado/Igreja<sup>4</sup>. De acordo com o autor, quando uma aglomeração de pessoas surgia e uma comunidade começava a se formar, o processo de desenvolvimento do local era norteado inicialmente pela Igreja. Para explicar estes processos, é necessário entender a origem da simbiose entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica Romana.

Esta relação começa com o Regime de Padroado, acordo criado através de um tratado entre a Igreja Católica Romana e os Reinos de Portugal e Espanha, que funcionava da seguinte maneira: os monarcas dos reinos ibéricos detinham a administração e organização da estrutura da Igreja Católica nas terras conquistadas. Com base nesse acordo, o rei mandava construir igrejas, nomeava os padres e os bispos, sendo estes depois aprovados pelo Papa. Assim, a estrutura dos Reinos de Portugal e Espanha tinha não só uma dimensão político-administrativa, mas também religiosa. Com a criação do Padroado, muitas das atividades características da Igreja Católica eram, na verdade, funções do poder político monárquico (ROSADA, 2010, p. 24).

As *Consituições Primeyras do Arcebispado da Bahia*, publicadas em 1707, quando foi criada a primeira diocese da colônia, eram o corpo legislativo que regulamentava a organização da Igreja na América Portuguesa. O texto dava plenos poderes aos monarcas portugueses e removia da Santa Sé seus direitos sobre a administração do corpo eclesiástico, dentro dos domínios da colônia e da diocese recém criada. A Coroa portuguesa era então a mediadora de todas as informações que circulavam entre os clérigos brasileiros e Roma. (ROSADA, 2010, p. 25)

---

<sup>4</sup> O autor desenvolve esta tese na obra: MARX, Murilo. *Cidade no Brasil terra de quem*. São Paulo: EDUSP/ Nobel, 1991.



Figura 3: Capa e segunda capa do livro das Constituições Primeyras.

FONTE: ROSADA, 2010, p. 25

Entendida essa simbiose entre a Coroa portuguesa e a Igreja Católica, podemos então analisar como eram formados os núcleos urbanos no período colonial. Segundo Bueno (2009)<sup>5</sup>, as vilas tinham papel hierarquicamente inferior às cidades, mas superior às capelas e freguesias. Todas essas modalidades de núcleos urbanos eram igualmente partes da rede urbana submetida à metrópole, sendo que, em muitos casos, a rede eclesiástica precedia a rede civil e, em termos jurídicos, ficava submetida a ela. (BUENO, 2009, p. 252)

Segundo Cláudia Damasceno Fonseca (FONSECA, 2011, p. 63) as primeiras povoações fundadas em Minas Gerais pelos colonos eram chamadas de “arraial” e “rancho”. Esses termos em Portugal designavam acampamentos militares. O termo “arraial” significava alojamento de um exército na campanha, sendo sinônimo de “real”. Já a palavra “rancho” é de origem espanhola e podia significar uma reunião de soldados ou marinheiros “feita em algum lugar particular de um Real (arraial) ou do navio” (acrescentar a fonte), mas também a quer dizer pousada. Já na colônia a palavra era utilizada para uma espécie de galpão rustico, que servia para abrigar, durante as paradas, tanto os viajantes como as mercadorias.

<sup>5</sup> BUENO, Beatriz P.S. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 251-294. jul.- dez. 2009.

Para entender os primeiros processos de colonização é importante entender que o termo “arraial” tinha o mesmo significado de um pouso ou um ponto de parada nas trilhas. Após a descoberta das minas, estas trilhas transformaram-se em caminhos, onde circulavam viajantes e tropeiros, os quais, nos pousos existentes ao longo destas vias, encontravam um local de encontro com agricultores e comerciantes. Nesses pousos, que também se chamavam arraiais, logo surgia um povoado.

No século XVIII, quando o foco das bandeiras já não era mais o índio, e sim o ouro, o termo “arraial” tornou-se cada vez mais associado aos povos das zonas mineradoras, não só em Minas, mas também em Goiás e Mato Grosso. Ao longo do tempo o termo também passou a designar povoamentos sem origem mineradora.

Deve-se notar que na Província de Santa Catarina não se usa o termo arraial para designar seus povoados, como em Minas, e sim o termo freguesia, paróquia. A palavra arraial, no sentido estrito, significa um lugar de acampamento e, de fato, os primeiros mineradores só faziam acampar; porém, a grande quantidade de ouro que encontraram em certas regiões fez com que eles ali se fixassem, e a palavra arraial foi assim, pouco a pouco, perdendo sua significação primitiva. Nada de semelhante ocorreu em Santa Catarina, onde não havia minas a explorar. (SAINT-HILAIRE *apud* FONSECA, 2011, p. 64)

A promoção de um povoado ou arraial à categoria de vila ou cidade obedecia a processos de ordem eclesiástica e civil, com suas devidas implicações. A institucionalização dos povoados se dava, inicialmente, pela oficialização de sua ermida, ou seja, depois que uma capela era construída, de acordo com as regras impostas pelas *Consituições Primeyras do Arcebispado da Bahia*, esta devia ser curada, ou seja, receber a visita de um cura (pároco) para ser elevada ao *status* de capela curada. O patrimônio da capela é construído a partir de doações de terras por um morador ou um grupo de moradores que eram devotos de algum santo. (MARX, 1991).

A subsequente elevação desta Capela para o *status* de Freguesia garantia aos seus moradores o acesso aos sacramentos de batismo, casamento e aos registros de nascimento e óbito, enfim, todas as implicações civis e sociais. Na Freguesia, a ermida ganha a construção de uma sacristia anexa e passa a ser chamada de Matriz ao ser formada uma freguesia era definido também o seu termo, ou seja, a sua delimitação territorial dentro da Vila. A população dos arraiais vizinhos dirige-se à Matriz para obter seus registros, ou seja, a Igreja cumpria o papel não só religioso, mas também civil. No entanto, se necessitassem de auxílio jurídico, ambas as populações, dos arraiais e das freguesias, recorriam à Vila de cujo “termo” pertencia. A

solicitação de elevação ao estatuto de capela e de freguesia era feita pela população junto ao bispado.

A elevação de uma Freguesia ao estatuto de Vila estava condicionada a sua importância, desenvolvimento, número de habitantes e distribuição de terras, mas também, em algumas situações, havia questões estratégicas de interesse e proteção de território, como no caso da elevação da Vila de Campanha da Princesa (1798) que iremos detalhar no capítulo 2. A elevação de uma Vila era concedida pelo capitão-donatário ou por Ordem Régia. O status de Vila condiciona algumas transformações no espaço urbano, não só a edificação da Igreja ganha novas proporções, mas também há a construção ou a nomeação de algum edifício para se tornar Casa de Câmara e Cadeia, sede do Conselho da Vila. Em frente ao Paço do Conselho da Vila é erguido o pelourinho, marco simbólico de poder civil a partir do qual se faz a medição para criar o rocio ou rocio.

O rocio ou rocio representava a área de terra concedida para se formar os “logradouros públicos”, ele se dividida em uma parte para pastagens e plantações e a outra era parcelada em datas e concedida aos habitantes para edificação de suas casas, mediante o pagamento do foro à Câmara. No território mineiro essas delimitações nem sempre eram muito claras. A concessão e a homologação dos rocios na maioria dos casos ocorriam a partir de uma solicitação dos camaristas ao governador da capitania. Porém, para ser efetivada, era preciso que eles obtivessem uma carta régia confirmando a concessão. Essa confirmação do Rei era essencial para a cobrança dos foros. (FONSECA, 2011, p. 463).

Os conselheiros municipais, ou seja os senhores da Câmara, zelavam pelo patrimônio público e concediam os terrenos urbanos e rurais a particulares, ou seja, os conselhos geriam as terras. Já as câmaras municipais presentes nas Vilas criadas eram as instituições com funções legislativas, executivas e judiciárias, dotadas de juizes para administrar a justiça em primeira instância.

Já o Termo era o território de um concelho, sujeito a jurisdição da câmara na respectiva Vila. Pode-se entender como espaço rural, porém o Termo pode conter outros povoados ou arraiais, Freguesias e Capelas, sob a jurisdição do concelho e da câmara da Vila.

Em Minas Gerais, Fonseca (2011) explica que, na maioria dos casos, com o fortalecimento de um arraial aurífero e a chegada da jurisdição, a atividade de exploração era separada da atividade de habitação, pois a Coroa acreditava que as duas funções juntas prejudicavam o desenvolvimento e principalmente a fiscalização. Os moradores também reconheciam essas dificuldades diante dos conflitos nas áreas a serem exploradas.

Assim, em Minas Gerais, após a primeira etapa de ocupação desordenada, condicionada pelas descobertas de ouro, as autoridades iniciaram um processo de interferência para resolver os conflitos e desordens, escolhendo então os sítios onde seriam erguidas as capelas. Tais lugares deveriam ser salubres e providos de água.

As implantações de capelas nas zonas mineradoras foram rapidamente providas de padres colados, ou seja, remunerados e nomeados pelo Rei, pois foi através da Igreja que a Coroa portuguesa procurou manter o controle do processo de ocupação da região mineradora. (FONSECA, 2011, p. 83)

A conversão dos sertões mineiros em território colonial foi gradativa, pois acompanhava a construção das capelas pelos colonos e a expansão progressiva da rede de paróquias. A instituição de sedes paroquiais supunha a existência de um núcleo de povoamento estável e de certa prosperidade para ser incluída dentro de cada freguesia. Ao mesmo tempo a distância entre novas áreas e as sedes paroquiais geralmente tinham por consequência a criação de uma nova freguesia, para atender as necessidades da população.

Os critérios econômicos e demográficos foram importantes para a autorização de construção de capelas e na escolha daquelas que seriam promovidas a matrizes, porém, nas Minas Gerais, nem sempre paróquias eram criadas em lugares mais populosos e ricos, pois algumas localidades bem povoadas e prósperas não obtiveram as promoções eclesiásticas que mereciam. Isso se deve ao fato de a Coroa procurar ter o máximo de controle possível nas terras mineiras e de, nem sempre, a promoção de status de algum arraial ir de acordo com os interesses da Coroa, seja pela localização, pelo ouro produzido ou pelos impostos recolhidos, enfim. Este fato gerava diversos conflitos entre Coroa, Igreja e povo. No território das Minas Gerais, a rede eclesiástica, portanto, contribuiu para a definição de uma hierarquia das localidades, sempre orientada pelos interesses da Coroa.

A figura 4 foi um mapa produzido por José Joaquim da Rocha, português, engenheiro militar, que serviu no Brasil na última metade do século XVIII. O mapa, de 1778, mostra toda extensão das Minas Gerais, que já era então entendida como espaço unitário, e suas partes. Rocha produziu diversos mapas e, além de sua produção cartográfica, escreveu três importantes Memórias Históricas sobre a Capitania das Minas Gerais.



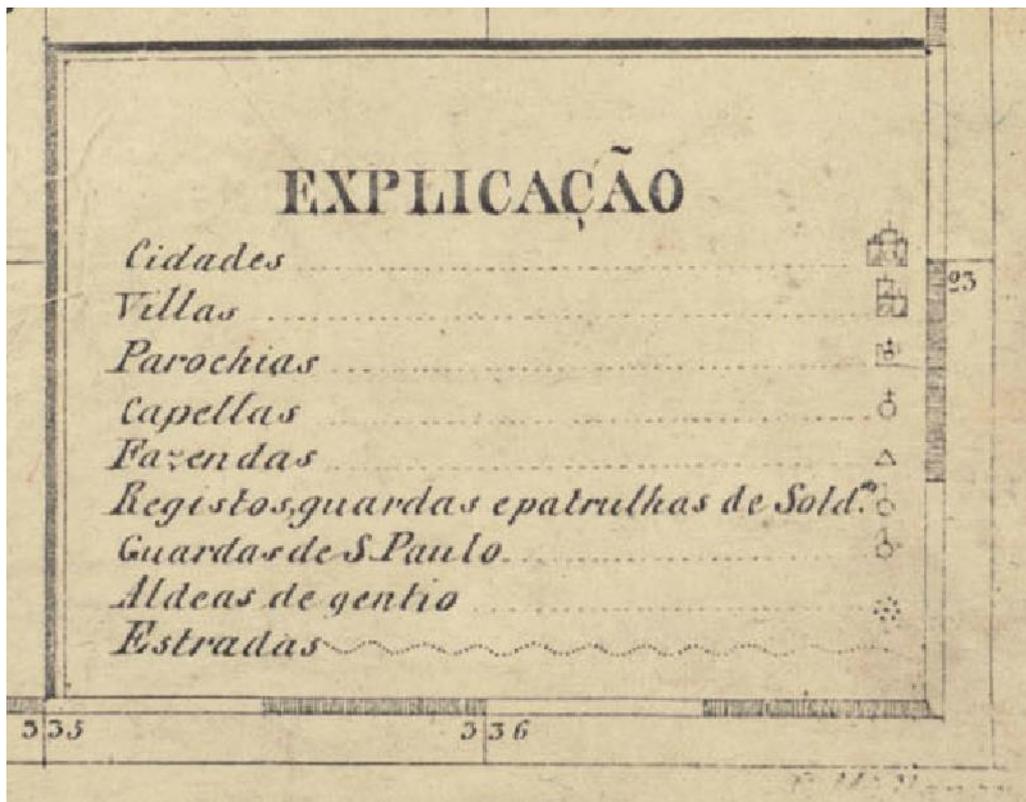


Figura 5: Detalhe da legenda do Mapa da figura 4, que mostra a classificação das povoações.

Na região do Sul de Minas a classificação das localidades tem ainda algumas particularidades. Analisando as legendas do mapa de José Joaquim da Rocha (figuras 3 e 4) podemos ver além das denominações *arraial*, *capela*, *freguesia*, *vila* e *cidade*, há também a designação de “*Registros, guardas e patrulhas de soldados*”. Isto acontece em algumas localidades onde foi encontrado ouro. Em alguns casos, como vamos ver em seguida, as guardas foram instaladas antes mesmo da capela, pois o controle de fiscalização e a proteção da localidade deveriam ser amparados com urgência, já que a fronteira com a capitania de São Paulo sempre estava em disputa e o perigo de contrabandistas era eminente.

Para entender todo o processo de formação dos núcleos urbanos na capitania de Minas precisamos entender a ocupação deste sertão e a transformação do mesmo em território.

### 1.2.1 - A ocupação do Sertão

As áreas chamadas então de Minas Gerais foram percorridas desde o primeiro século após o descobrimento do Brasil. Os bandeirantes paulistas foram os responsáveis pela descoberta do ouro e, portanto, os primeiros a se deslocarem para a região das lavras (CRUZ, 2010, p. 19).

Segundo Fonseca, os colonos instalados na região das Minas tinham como ofício, ou seja, deveres impostos pela Coroa, expulsar os índios, financiar os custos de povoar e explorar o sertão colonial. A autora descreve o entendimento do sertão como uma superfície de contornos imprecisos, continua e homogênea. A perspectiva do colonizador é a de que o sertão é uma folha em branco sobre o qual virão a se inscrever num interior desconhecido, selvagem e mítico da colônia, de que pode ser considerado como um dado preexistente à colonização, ou ainda como o negativo do processo de povoamento e urbanização (FONSECA, 2011, p. 51).

Segundo o dicionário de Bluteau<sup>6</sup> o sertão é uma “região apartada do mar, e por todas as partes metida entre terras” (BLUTEAU, 1728, v.8, p. 613). Essas definições não são unânimes, pois se procurarmos a origem da palavra “sertão” veremos que deriva do latim *desertus*, o que corresponde aos adjetivos: deserto, abandonado, descuidado, inculto, selvagem, desabitado ou pouco habitado (FONSECA, 2011, p. 52).

O dicionário francês Larousse define “sertão” da seguinte forma: nome dado, no Brasil, a certas partes do território de algumas províncias pouco povoadas ou incultas, entre outras, aos ermos do São Francisco, na Província de Minas Gerais. Os raros habitantes destes desertos são chamados de sertanejos. Segundo Fonseca, o sertão colonial é, ao contrário, um espaço em perpétuo vir a ser: sua conversão em território se faz à medida que o povoamento avança e se intensifica. (FONSECA, 2011, p. 52).

O sertão constitui o limite, em continuo movimento, do espaço povoado, cultivado, civilizado e territorializado que pouco a pouco o substitui. Então podemos definir simultaneamente como a realidade que preexiste ao território e como a fronteira indefinida e movente deste último. (Fonseca, 2011, p. 55).

As povoações fundadas em Minas Gerais pelos primeiros colonos brancos eram designadas principalmente pelas palavras “arraial” e “rancho”. Esses termos em Portugal designavam originalmente acampamentos militares. Segundo o dicionário de Bluteau, o termo “arraial” significa originalmente “o

---

<sup>6</sup> BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8

alojamento de um exercito em campanha” (BLUTEAU, 1712, v.1, p. 544). Já a palavra “rancho” no mesmo dicionário quer dizer pousada.

Os pousos e roças que os bandeirantes criavam ao longo das trilhas serviam para assegurar sua sobrevivência durante os deslocamentos pelos sertões, segundo Sylvio de Vasconcellos:

O racho era uma peça única e servia de abrigo coletivo. Nele moravam o chefe e seus servidores. Havia ranchos com cobertura de uma água ou de duas águas. Os de uma água, geralmente, tinham um de seus lados apoiados sobre barrancos altos e, o outro, sobre esteios rústicos, de forma cilíndrica. Os ranchos maiores eram de duas águas. Todo o madeiramento era roliço e tosco. A cobertura feita de fibras vegetais como o sapé, folhas palmeiras ou outros tipos de fibra. O piso era de terra batida; no centro, havia muitos ocupantes, esses se espalhavam pelo chão sobre esteiras e couros, pois em Minas não foi difundido o uso da rede. (VASCONCELLOS, 1977, p.121 apud CRUZ, 2010 p. 17.)

Após o descobrimento de minérios, essas trilhas formaram os caminhos que ofereceram suporte necessário para o primeiro movimento expressivo e definitivo de interiorização da população na América portuguesa, transformando assim o sertão em território colonial. O sul da capitania de Minas Gerais foi rota de penetração para as minas do ouro, por sua posição entre a região aurífera e o ponto de partida, que era a cidade de São Paulo. Iremos entender esses caminhos no item a seguir.

Toda essa ocupação do sertão gera uma conversão do espaço em território. O território tem contornos e limites definidos, é uma categoria histórica, composta socialmente, fisicamente e politicamente. O território a princípio se divide em vários sertões. À medida que o povoamento avança, o termo é substituído por outras palavras que representam diferentes escalas como, “campanha”, “paragem”, “sítio”, “continente”, “distrito” etc. Esses são alguns conceitos explicados por Claudia Damasceno Fonseca (FONSECA, 2011, p. 76)

Quando um agrupamento humano formava-se ao lado de um ribeirão aurífero, este “sertão” era designado como “descoberto” ou “descobrimento”. Na região que é objeto do presente estudo, a Comarca do Rio das Mortes, temos como exemplo o “descoberto do Sapucahy”. No caso dos descobertos, os nomes próprios referem-se aos rios onde o minério foi encontrado. Já nos povoamentos situados em campos, o termo “sertão” era substituído pela

palavra “campanha” (do francês *campagne*, “vasta extensão de planície”), como no caso de “Campanha do Rio Verde”, região também parte do nosso estudo, que se situava à margem direita do Rio Grande.

Já o termo “conquista” é empregado nos casos em que o colonizador toma posse de lugares onde já há uma população existente, como índios ou quilombolas. Outros termos remetem a lugares ou regiões que já contavam com uma população estável, como é o caso das “paragens”, situadas em torno de algum marco geográfico como rios, nascentes, serras etc. Neste caso se enquadra a paragem de Três Pontas, localizada no Sul de Minas. Já os termos “lugar”, “sítio” e “arraial” referem-se também a lugares ocupados de maneira estável. Arraiais, como já explicamos acima, eram resumidamente povoações estaveis que não tinham um título de “vila” ou “freguesia”, e o termo “lugar” funcionava como seu sinônimo. Já nas zonas predominantemente agrícolas, as populações estáveis se estabeleciam nos chamados “sítios”, os quais eram habitados por poucas pessoas e, quando se adensavam mais, tornavam-se arraiais.

Os termos “país”, “continente” e “distrito” também serviam para designar os sertões já povoados. Porém, tratava-se de espaços mais vastos que as “paragens” ou “sítios”, com a similaridade de ser pouco explorado. Eram conotações usadas para designar as vastas terras que estavam sendo ocupadas. A palavra “distrito” era mais empregada quando se referia a divisões administrativas, civis ou eclesiásticas, relacionadas a uma jurisdição.

Os sertões, portanto, antes considerados como desertos e virgens, foram sendo progressivamente ocupados, nomeados e subdivididos em unidades de diversos tamanhos, densidades e funções. Foi um processo de criação dos territórios e das palavras que os designavam. Certos termos parecem vagos hoje em dia, mas é porque eles remetiam a espaços em mutação.



Figura 6: Um rancho de Minas Gerais. Em torno desses pousos de viajantes e tropeiros é que surgiram muitos arraiais, deste modo simples e ao mesmo tempo dinâmico é que os sertões foram convertidos em território.

Fonte: Reprodução extraída de RUGENDAS. O Brasil de Rugendas. (FONSECA, 2011, p. 237)

## 1.2.2 Os Caminhos

Segundo Fernanda Borges Moraes (MORAES, 2005, p. 124), os colonizadores varreram o sertão ainda nos primeiros séculos de ocupação, criando rotas e vias de penetração. Essas rotas desenhavam o mapa da colônia já nos séculos XVI e XVII, muito antes da descoberta do ouro. Contudo, os caminhos abertos eram desconexos entre si, o que gerou uma ausência de ligações intermediárias entre o sertão e o litoral, fazendo com que a única forma de conectar esses pontos fosse por via marítima.

O desenho desses caminhos foi definido pelas condições físicas da geografia, especialmente pelo relevo e hidrografia. Os grandes rios como São Francisco, Amazonas e o complexo do Prata foram utilizados para a penetração desses sertões. Na região do nosso estudo, podemos ver a utilização do Rio Grande, do Rio Pardo e do Rio Sapucaí como elementos físicos que condicionaram a ocupação do território.



Figura 7: Recorte do Mapa do Termo da Vila da Campanha da Princesa em Vermelho e, em Amarelo, o termo da Vila de São João del Rei. Os traços azuis marcam os rios Grande, Sapucaí e Rio Pardo.

Fonte: Arquivo Público Mineiro SC – 003.

Outros fatores que contribuíram para se adentrar o sertão foram as rotas indígenas milenares. Os paulistas desenvolveram uma cultura bem mesclada com o indígena, e os conhecimentos foram transmitidos e associados, ajudando assim as entradas e bandeiras, que comentamos no início deste capítulo.

Na região do Sul de Minas existem relatos que mostram a passagem do bandeirante João Pereira Souza Botafogo, em 1596, que não deixou bem estabelecida a sua rota; de Jerônimo da Veiga, em 1643; de Sebastião Machado Fernandes Camacho, em 1645 e 1648, em busca das minas de prata; e de Fernão Dias Paes, em 1674. (SILVA, 1967, p. 51 *apud* CRUZ, 2010 p.17).

O caminho de Fernão Dias Paes é um dos mais importantes para este estudo, pois a maior parte dos núcleos urbanos que estudaremos nasce ao longo deste caminho. Fernão Dias Paes era descendente dos primeiros povoadores da capitania de São Vicente. Em 1671, recebeu ordens do governador Afonso Furtado de Castro para penetrar no sertão em busca das esmeraldas da serra de Sabarabuçu. A sua frente foram Bartolomeu da Cunha Gago e Matias Cardoso de Almeida, com a missão de plantar roças de mantimentos. A bandeira das esmeraldas partiu de São Paulo em 1674, quando Fernão Dias já estava com 66 anos. Durante sete anos, o bandeirante explorou o território das Minas Gerais, a partir das cabeceiras do rio das Velhas, seguindo rumo ao norte até a zona do Serro Frio, onde havia o ouro, logo depois descoberto pelos paulistas. Não descobriu as esmeraldas, pois as pedras verdes que encontrou eram turmalinas.

O caminho de Fernão Dias partia de São Paulo em direção a Atibaia, passava por Bragança Paulista e pelo registro de Jaguarí, na altura de Camanducaia, seguia ao norte passando pela serra de Araquamaíba (atual Canguava), rio do Peixe, pelo topônimo Três Irmãos, pelo povoado de Mandu (atual Pouso Alegre) e rio homônimo e seguia até o povoado de Santana do Sapucaí (atual Silvanópolis). Dalí, em direção nordeste, transpunha-se o rio Sapucaí em local chamado passagem do Sapucaí (antiga grafia) chegando-se a São Gonçalo e depois a Campanha do Rio Verde. De Campanha seguia-se novamente em direção nordeste passando pelos rios São Bento, Verde (em local denominado Ponte do Rio Verde), do Peixe, Angaí, e Capivari, chegando-se ao local denominado Currãozinho (não encontrada correspondência em mapas atuais), de onde se encontrava com o caminho Velho na passagem do Rio Grande. (CRUZ, 2010, p. 20)

Este caminho não era o trajeto mais usado para se chegar às minas, pois seu percurso apresentava diversos obstáculos, como montanhas, rios, matas fechadas e, no período das chuvas, algumas áreas se tornavam alagadas e, portanto, intransitáveis. O caminho mais usado para acessar as minas era o Caminho Velho, pelo Vale do Paraíba. O Caminho Velho era outra rota importante para os paulistas chegarem às minas. Porém, assim como o

caminho de Fernão Dias, ele não era um trajeto tranquilo, era penoso e com muitas adversidades.

Da vila de São Paulo de Piratininga até o porto de Guaipacaré (Lorena) – junto às roças de Bento Rodrigues, na travessia do rio Paraíba – o caminho era mais suave, passando por Nossa Senhora da Penha, pela aldeia de Itaquaquecetuba, pela vila de Mogi, por Laranjeiras, pelas vilas de Jacareí, de Taubaté, de Nossa Senhora da Conceição (Pindamonhangaba) e de Guaratinguetá, núcleos já bastante consolidados, numa rota aberta e frequentada há muitos anos, que passou então a receber fluxos intensos... (MORAES, 2005, p. 135)

O terceiro caminho, tão importante quanto o caminho de Fernão Dias, era denominado Caminho dos Guaianazes. Segundo Moraes (2005, p. 138), passava pelo Vale do Mogi-Guaçu e foi utilizado pelos sertanistas Mathias Cardozo, Domingos Jorge Velho, Manuel Alvares de Moraes Navarro e Francisco Dias Siqueira, em suas incursões ao nordeste. Este caminho desenvolvia variantes para as regiões de Jacuí e Cabo Verde.

No próximo mapa, elaborado por Francisco Tosi Columbina entre 1751 e 1755, vemos o mapa da capitania de São Paulo e o quarto caminho do nosso estudo que saía da Vila de São Paulo, sendo, segundo Reis, o caminho do Anhanguera ou caminho dos Goiazes.

O caminho percorrido pelos dois Anhangueras, pai e filho, que seguia a trilha indígena, partia de São Paulo, dirigia-se para Jundiáí, desse ponto seguia em direção ao norte, cruzando os rios Atibaia, Jaguari, Mogi, Pardo, Sapucaí e Gravataí das Velhas, Paranaíba, Corumbá, Meia Ponte e Claro. Como demonstra o mapa de Tosi Colombina (Figura 7), o caminho partia de São Paulo e Parnaíba indo para Jundiáí, de onde seguia uma curva a oeste para a região em que depois seria fundada a Vila de Campinas. Desse ponto seguia em direção ao norte, até cruzar o Rio Grande e daí ao local das minas de Goiás.



Os caminhos de mais importância neste estudo são o de Fernão Dias Paes, o caminho dos Goiazes ou do Anhanguera e o caminho que Fernanda Moraes chama de Guaianazes. Deste último, não é possível saber ainda, com precisão, se constitui uma só rota ou se é uma variante do caminho dos Goiazes, que se desmembra e se ramifica na região do nosso estudo, ao sul da capitania.

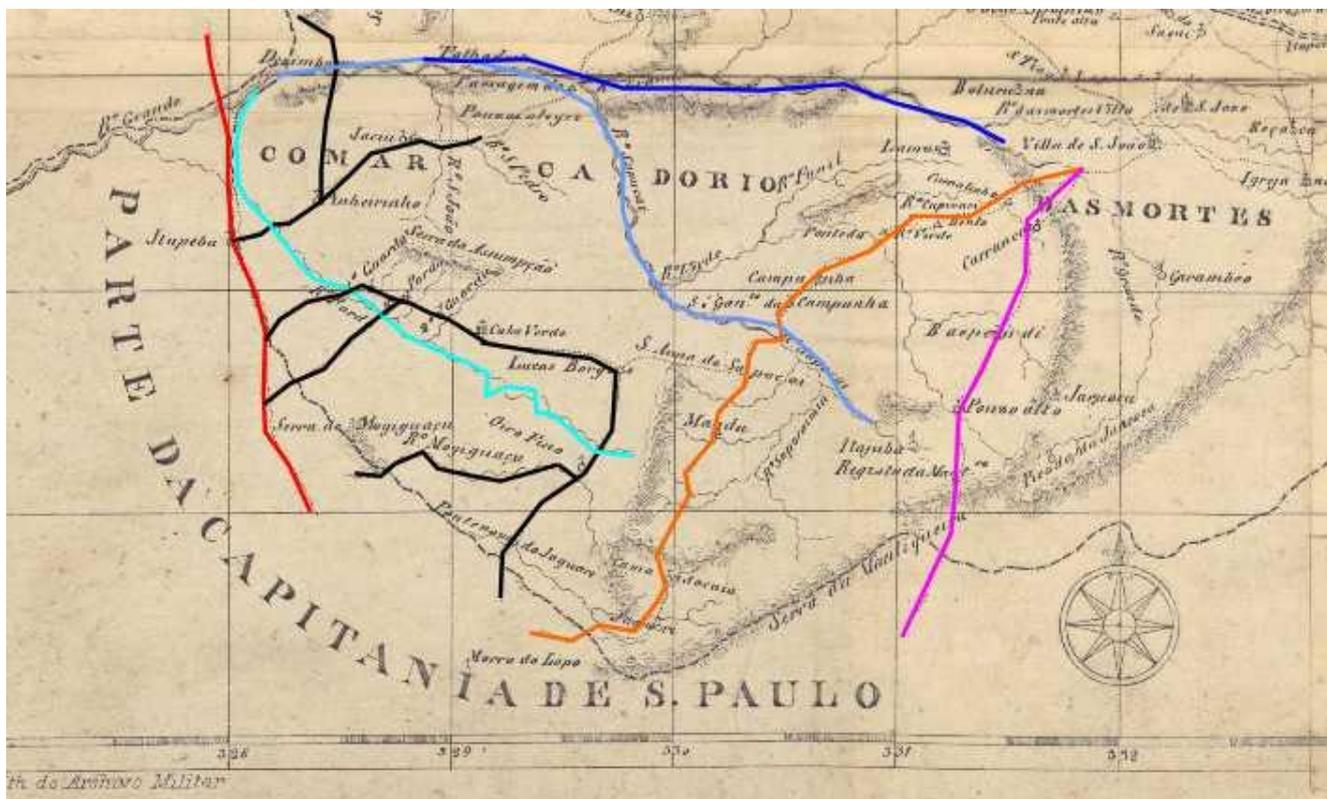


Figura 9: Recorte do Mapa da Capitania de Minas Gerais com as divisas de suas Comarcas, em vermelho parte do caminho do Anhanguera ou caminho dos Goiazes, em Laranja o caminho de Fernão Dias Paes, em rosa parte do caminho Velho e em preto o caminho em investigação e suas variantes, que Moraes chama de caminho dos Guaianazes. Os traços em tons azulados são o Rio Pardo, Rio Sapocaí e o Rio Grande.

Fonte: Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas Comarcas. Arquivo Público Mineiro. Cod. 085 (01).

As primeiras grandes jazidas de ouro em Minas Gerais foram encontradas não por bandeirantes oficialmente designados pelo Rei, mas por diversas pequenas expedições informais. Foi por volta de 1673 que os primeiros achados foram noticiados, pelos afluentes do Rio Doce e na serra do Ouro Preto. Próximo a essas zonas mineradoras surgiram dois povoados que, em 1711, se tornaram as primeiras vilas mineiras, Vila Rica (atual Ouro Preto) e Vila de Nossa Senhora do Carmo (atual Mariana). As minas na parte Sul do

estado, situadas num afluente do Rio Grande, o Rio das Mortes, tiveram grande destaque nos primeiros anos do século XVIII.

Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, os arraiais que tiveram origem a partir da atividade de mineração são minoritários em relação aos que tiveram ligação às atividades pecuárias. Os primeiros habitantes eram mineradores que obtiveram datas minerais, ou fazendeiros que se instalaram em terras de sesmaria. Não se deve esquecer também que muitos povoados tiveram uma origem mista (FONSECA, 2011, p. 69).

Desde o início da ocupação do território mineiro é possível se verificar que a mineração não era atividade única. Se a descoberta de ouro e pedras preciosas possibilitou um rápido povoamento, por outro lado, estimulou também o desenvolvimento de atividades mercantis indispensáveis ao abastecimento das áreas mineradoras. As atividades comerciais favoreceram a articulação entre as diferentes regiões da Capitania, bem como com outras Capitânicas e até com a Metrópole.

...dizem, que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar, outras em mandar catar nos ribeiros do ouro; e outras em negociar, vendendo, e comprando o que se há mister não são para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar. Cada ano vem nas frotas quantidade de Portugueses, e de estrangeiros, para passarem às minas. (ANTONIL apud ARAÚJO, 2008, p. 94)

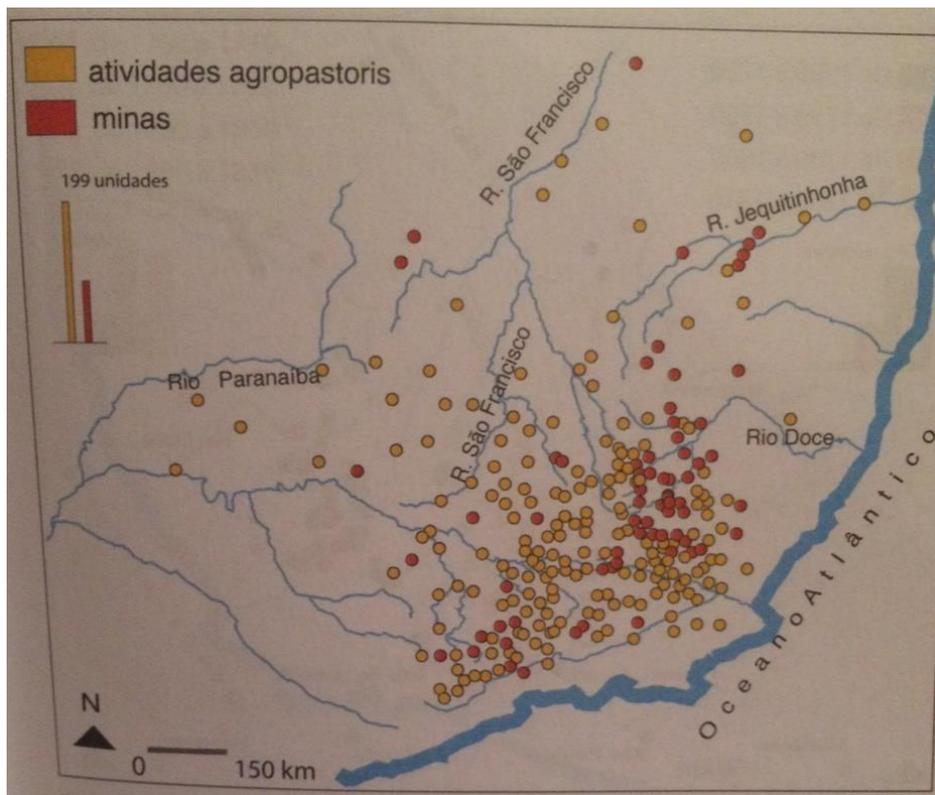


Figura 10: Mapa produzido por Fonseca mostrando através de um banco de dados as povoações que surgiram com base nas atividades agropastorais, em amarelo, e mineradoras, em vermelho, no período do século XIX.

Fonte: Fonseca, 2011, p. 239

Para a formação do território da capitania de Minas Gerais é importante enfatizar que a teia de relações sociais, políticas e econômicas não se estruturou exclusivamente em função das descobertas de ouro, mas também das relações dessa atividade com o povoamento, o abastecimento e o comércio. Em torno dos arraiais de mineração se formam muitos arraiais, que geram infra-estrutura de acolhimento e cultivo de alguns gêneros. Iremos desenvolver mais este item sobre as produções de gêneros que incentivaram o fortalecimento da rede urbana mineira no capítulo 3.

Atividades decisivas para o povoamento de Minas Gerais foram as atividades bandeirante, os mineiros, roceiros, comerciantes e boiadeiros. O povoamento de Minas Gerais acontece concomitantemente em diversas regiões, devido ao comércio, à circulação de ouro e ao fluxo de pessoas, viabilizados pelos caminhos.

### **1.2.3 A rede urbana no sul da capitania de Minas Gerais**

O conceito de rede urbana ao qual nos referimos neste trabalho é o de um conjunto formado pelos núcleos urbanos e suas zonas de influência, os fluxos e as ligações que são geradas entre eles, obedecendo a uma hierarquia, ou seja, a relações de domínio, subordinação e dependência em diversos níveis.

Segundo Fonseca (2011), vemos, no período colonial em Minas Gerais, uma série de articulações na organização dos espaços macro e microrregionais e nas relações de dependência, hierarquia, função e especialização de seus assentamentos humanos, os quais conformam um sistema de rede urbana, não se prendendo apenas em polos isolados.

A rede urbana mineira nasceu nesse plano de fundo de um imenso sertão, que foi se transformando em território, nas esferas política, religiosa e econômica. Os arraiais, freguesias e vilas se interligavam nessas esferas, os caminhos formavam as rotas de permeabilidade, e a rede humana, urbana e rural se interpunham.

Segundo Fernanda Borges de Moraes, a descoberta do ouro desencadeou o primeiro movimento migratório de grandes proporções na colônia, impulsionando a ocupação de um vasto sertão, no qual determinou a imediata implantação de uma complexa organização administrativa, judiciária, fiscal e militar e propiciou o desenvolvimento de uma sociedade já complexa e burocrática, do ponto de vista social e cultural. Estes aspectos fazem com que Minas já nasça urbana e reafirma o que Sylvio de Vasconcellos diz, que Minas não teve infância. (MORAES, 2005, p. 32)

Em contrapartida, apenas uma cidade (Mariana) e quinze Vilas foram erguidas nas Minas Gerais no período colonial, e todas ligadas à atividade mineradora. Porém, segundo Moraes, para compreender as especificidades da urbanização, temos que levar em conta não só as vilas e cidades, mas também os mais de 500 assentamentos humanos como as freguesias, arraiais, registros e fazendas. Outro fator que também deve ser lembrado é o de que, no período colonial, apenas doze cidades e 213 Vilas foram elevadas em todo o território da América Portuguesa.

Temos que lembrar um fator já explicado no texto, que é a questão dos Arraiais. Este termo, em Portugal, estava associado a acampamentos militares e também era empregado para os locais de quermesses e feiras, levando em conta o seu caráter provisório. Na colônia, o termo arraial passou a designar, genericamente, aglomerações não autônomas, porém de diversos tamanhos. Em Minas, os arraiais muitas vezes eram semelhantes às vilas existentes em outras localidades, com significativo número de famílias abastadas, elevado nível econômico, além de infraestrutura urbana e grande número de habitantes.

Porém, por razões de política interna e externa, não se concedia o título de vila a estes núcleos.

Podemos entender, com Claudia Damasceno Fonseca (2011), que nos momentos em que houve maior empenho no povoamento da capitania, a ereção de Vilas e Cidades fazia parte da estratégia de implantar uma estrutura de organização administrativa, jurídica, fiscal, militar e territorial que possibilitasse à Coroa portuguesa impor a ordem e garantir um maior controle fiscal sobre as riquezas produzidas. Por outro lado, ceder maior autonomia e poder a determinadas localidades e, conseqüentemente, às elites locais poderia não ser a melhor estratégia em momentos de crises e rebeliões. Portanto, esse jogo de interesses demonstra a estratégia da Coroa ao negar diversas solicitações de emancipação a vários arraiais e vilas mineiros, mesmo estes tendo, como dissemos antes, prosperidade.

Outro fator determinante para a formação da rede urbana são os caminhos de abastecimento e circulação de mercadorias, tanto da capitania quanto das regiões abastecedoras, como as regiões portuárias. Porém, os caminhos clandestinos de ouro e diamante também contribuíram para o avanço do povoamento. Estes “descaminhos” tinham o intuito de evitar os registros e as guardas. Os registros eram os postos de arrecadação de impostos e dos direitos de entrada e as guardas e patrulhas, a forma de policiamento que fiscalizava as picadas clandestinas.

A conversão do sertão, como já citamos, passou a constituir um espaço onde a ordem político-administrativa ainda não havia se instalado ou era precária. Estes sertões estavam longe de ser desabitados. Por ele perambulavam quilombolas, bandidos e contrabandistas e, à medida que essas pessoas iam se fixando e formando os arraiais, passavam a constituir parte da rede urbana.

No fim do período colonial a rede urbana mineira já apresentava fortes articulações internas e com as capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Goiás, mesmo com a decadência da mineração. Fernanda Borges de Moraes (2005) afirma que Minas já nasceu urbana e que o desenvolvimento de atividades diversificadas presentes desde o início dos setecentos foram fundamentais para garantir a estabilidade econômica mineira, mesmo com a crise da mineração. Essas atividades, principalmente as agropastoris, foram estimuladas pela crise mineradora, o que gerou em Minas uma posição importante de centro exportador, gerando uma reestruturação da rede urbana constituída.

Outra questão importante é discutir a rede eclesiástica. Como já citado, durante o Antigo Regime, a existência do direito régio do padroado fazia com que os poderes temporal e espiritual fossem ligados às monarquias ibéricas.

Durante o momento em que a Coroa portuguesa decidiu cuidar dos processos de ocupação nas zonas mineradoras, foi através da Igreja que ela se fez atuar.

De fato, diversos relatos históricos demonstram que, de modo geral, o momento da consagração – ou seja, da oficialização - das pequenas capelas construídas pelos habitantes ao lado de suas lavras ou de suas roças, coincidia com o início da formação de uma aglomeração humana mais estável. Em seguida, a promoção destas ermidas à condição de capelas filiais e, mais tarde, de igrejas matrizes era, frequentemente, uma das consequências do crescimento e da prosperidade dos arraiais em que se situavam, mas também dos espaços rurais circundantes. (FONSECA, 2011, p. 83)

As paróquias ou freguesias constituíam as células de base da organização eclesiástica da colônia. Não só no território brasileiro, mas também em outros lugares do império português e também na Europa. As freguesias eram responsáveis por todas as atividades da vida religiosa, mas também servia de administração civil e de recolhimento de Fisco como, por exemplo, o Dizimo.

As “paróquias”, segundo Fonseca, se referem ao termo que representa o templo de uma circunscrição territorial e ao conjunto de habitantes desse termo, ou seja, os fregueses que eram submetidos a um padre.

Na segunda metade do século XVIII há uma grande multiplicação do número de capelas filiais. Este fato está diretamente associado à expansão agrícola, pois em cada nova zona ocupada por um grupo de fazendeiros surgia uma pequena capela e, no entorno desses templos, outros arraiais.

Pela lei, as capelas não poderiam ser instaladas em propriedade privada. Era necessário que o templo tivesse uma propriedade fundiária própria. Para isso, vários fazendeiros cediam uma porção de terra para abrigar o edifício. Os fazendeiros doadores eram os padroeiros da capela e tinham direito a diversas honrarias. Essas doações a médio e longo prazo gerava uma estrutura fundiária possível de se transformar em uma concentração de pessoas.

Outra importante questão sobre a rede eclesiástica formada em Minas foi a dos limites dos bispados. Em 1745 o papa havia concedido ao rei Dom João V o poder de fixar uma diocese em Minas Gerais, cuja sede seria Mariana. Porém, a criação dessa nova diocese tornou ainda mais conflituosa a questão dos limites entre as capitânicas, já que parte do território mineiro

pertencia a diversas dioceses paulistas e isso era prejudicial para os interesses políticos.

O governador Gomes Freire de Andrade, em 1745, pede para o rei estabelecer com precisão os limites dos bispados de Minas Gerais e São Paulo. Pode se ver na figura a seguir que os mineiros tinham as “almas” pertencentes ao bispado paulista, sendo moradores de territórios mineiros, ou seja, pés mineiros e almas paulistas.

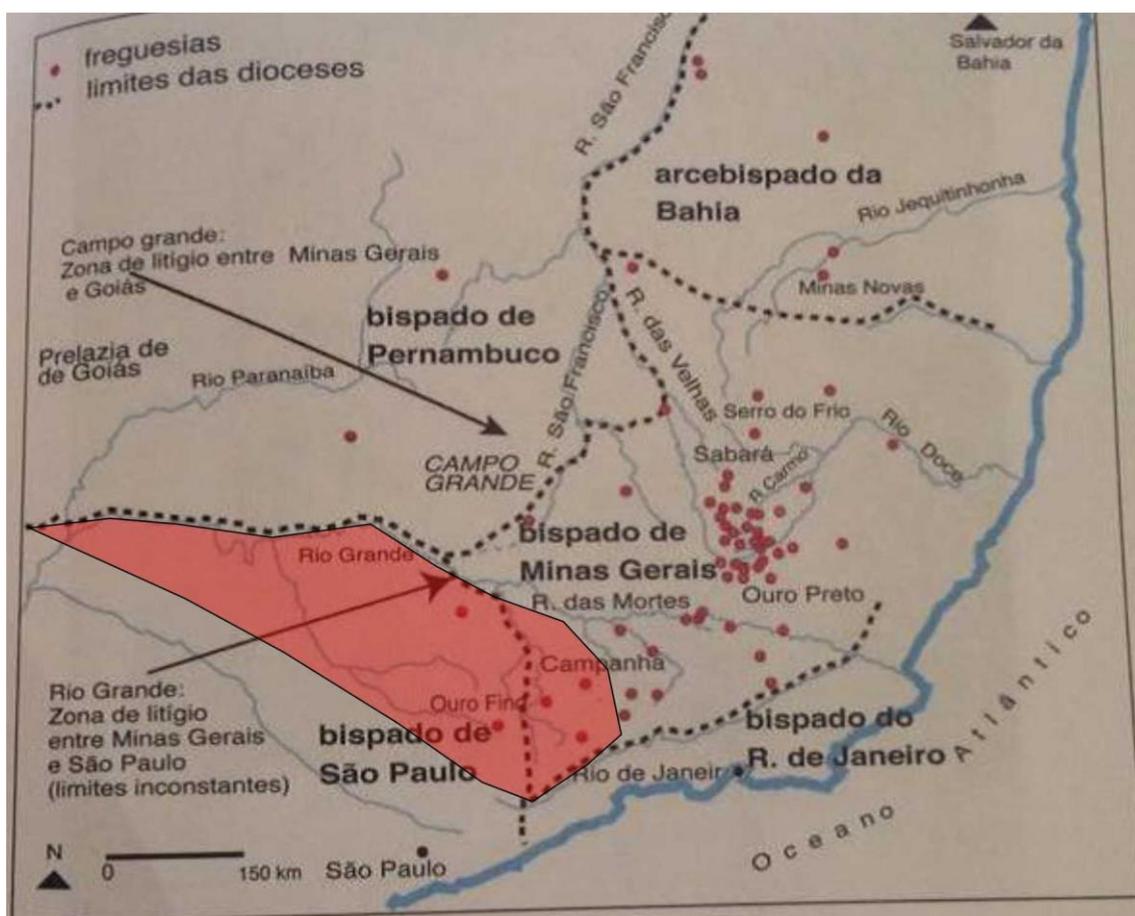


Figura 11: Mapa produzido por Fonseca mostrando os limites dos bispados e as freguesias existentes até 1745 após a criação do bispado de Minas Gerais, em vermelho nossa área de estudo, que fica no litígio dos bispados de Minas Gerais e São Paulo

Fonte: Fonseca, 2011, p. 249

Há na formação do território Mineiro dois pontos importantes, a grande extensão do território e a indefinição dos seus limites. Os limites só se constituíam à medida que o povoamento se intensificava, e essa indefinição gerou diversos conflitos entre as capitânicas de São Paulo e Minas. É o que vamos procurar entender no próximo capítulo, mas, antes, vamos entender algumas tabelas e mapas que Fernanda Borges Moraes e Claudia Damasceno

Fonseca respectivamente montaram em seus trabalhos, mostrando a rápida expansão da rede urbana em Minas Gerais e os fatores econômicos que a fizeram progredir.

ESTADO	NÚMERO DE VILAS CRIADAS POR PERÍODO				
	XVI	XVII	XVIII	XIX	TOTAL
Alagoas	0	3	2	3	8
Amapá	0	0	1	0	1
Amazonas	0	0	8	0	8
Bahia	3	5	27	5	40
Ceará	0	1	13	4	18
Espírito Santo	2	1	2	1	6
Goiás	0	0	1	0	1
Maranhão	0	1	3	3	7
Mato Grosso	0	0	4	1	5
Minas Gerais	0	0	14	2	16
Pará	0	3	8	0	11
Paraíba	0	0	4	1	5
Paraná	0	2	3	1	6
Pernambuco	2	1	1	6	10
Piauí	0	0	2	0	2
Rio de Janeiro	0	6	2	9	17
Rio Grande do Norte	1	0	3	0	4
Rio Grande do Sul	0	0	1	5	6
Santa Catarina	0	1	3	0	4
São Paulo	5	11	13	2	31
Sergipe	1	2	3	0	6
Tocantins	0	0	0	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>37</b>	<b>118</b>	<b>44</b>	<b>213</b>

Tabela 1: Número de Vilas criadas no período colonial (1532 -1820), por século e estado da federação em que se situam hoje.

Fonte: Fernanda Borges de Moraes, 2005, p. 160.

A partir desta tabela podemos fazer diversas constatações. Uma delas é a do salto populacional das Vilas criadas no período do século XVIII, comparada à inexistência nos dois séculos antecedentes, sendo que a descoberta do ouro acontece no final do século XVII. Uma das explicações para a falta de criação de Vilas no período de XVII e até no XVIII é, segundo Moraes, a existência de um jogo de interesses diversos, na qual figuravam tanto aspectos de estratégia político-administrativa, como disputas e concorrências locais. Vários núcleos urbanos mineiros tiveram negadas suas solicitações de emancipação.

Como já dissemos anteriormente, não só a mineração desenvolveu a rede urbana mineira, o ouro, as pedras, desencadearam o rápido povoamento das Minas Gerais, e essa atividade estimulou o desenvolvimento de atividades mercantis necessárias para o abastecimento das áreas mineradoras, favorecendo a articulação não só entre regiões da capitania, mas também com outras capitanias.

Segundo Fernanda Borges de Moraes (2005, p. 164), em menos de oitenta anos, a população duplicou, chegando a 319.769 (tabela 2) habitantes em 1776, o que destacava a Capitania de Minas Gerais como a mais populosa da colônia, apesar de na tabela 1 observarmos que tínhamos apenas 14 Vilas instauradas em Minas e, na Bahia, 27. Ao final do período colonial, ou seja, no começo do século XIX, estimava-se que a sua população chegava a mais de 500 mil habitantes, mesmo com a atividade mineradora já em decadência.

LOCAL	TOTAL	PERCENTAGEM (%)
Bahia	288.848	18,5
Ceará	61.408	3,9
Goiás	55.514	3,5
Maranhão	47.410	3,0
Mato Grosso	20.966	1,3
<b>Minas Gerais</b>	<b>319.769</b>	<b>20,5</b>
Pará	55.315	3,5
Paraíba	52.468	3,4
Pernambuco	239.713	15,4
Piauí	26.410	1,7
Rio de Janeiro	215.678	13,8
Rio Grande de São Pedro	20.309	1,3
Rio Grande do Norte	23.812	1,5
Rio Negro	10.386	0,6
Santa Catarina	10.000	0,6
São Paulo	116.975	7,5
<b>TOTAL</b>	<b>1.564.981</b>	<b>100,00</b>

Tabela 2: Distribuição da população no Brasil (ca. 1772-1782).

Fonte: Fernanda Borges de Moraes, 2005, p. 165.

Este rápido processo de urbanização impactou a estrutura econômica e territorial da colônia, com um deslocamento do eixo econômico-administrativo para o centro-sul e o desenvolvimento de articulações com regiões distantes, integrando os mercados e ampliando as fronteiras. No interior da capitania, esse rápido processo de ocupação do vasto território contribuiu para que as aglomerações criadas tivessem características diversificadas.

Os estudos atuais sobre a economia e a história de Minas Gerais estão revendo as análises até então tradicionais na historiografia, que estigmatizaram que a economia colonial de Minas Gerais era apenas a mineração. Moraes (2005, p. 166) questiona a historiografia tradicional: se em 1764, a cota de cem arrobas anuais de ouro foi completada pela última vez, antecedendo a crise da

mineração, como explicar um crescimento demográfico, entre 1776 e 1821, de 60,8% da população da capitania, inclusive da população escrava?

A explicação de Moraes a essa questão é a de que o desenvolvimento de atividades diversificadas, presentes desde o início da ocupação das minas, foi fundamental para garantir a estabilidade e a dinâmica do mercado interno mineiro. Estudos recentes, a partir de pesquisas empíricas com fontes primárias e quantificação de dados, têm apontado que a crise da mineração não chegou a representar o declínio das atividades econômicas da Capitania de Minas Gerais, mas estimulou atividades diversas, que se voltaram cada vez mais para a produção interna e se articularam para além de suas fronteiras e até mesmo com a metrópole, em Portugal. A rapidez com que os caminhos se estendiam e iam se multiplicando e se consolidando ampliaram as fronteiras do povoamento.

Interessante cruzar os dados das tabelas com os três mapas criados por Fonseca. No primeiro mapa, observamos uma queda ao longo do século XVIII de fundação de arraiais ligados à mineração. Em compensação, no segundo mapa vemos um aumento na fundação de arraiais ligados a atividades agropastoris. No último mapa vemos todos os arraiais criados até o início do século XIX e a qual atividade sua fundação está ligada. É interessante notar que a maioria esmagadora das unidades está ligada às atividades agropastoris. Entendemos então que a população de Minas continuou crescendo e a rede urbana se desenvolvendo, mesmo com o declínio da atividade que fez Minas nascer.

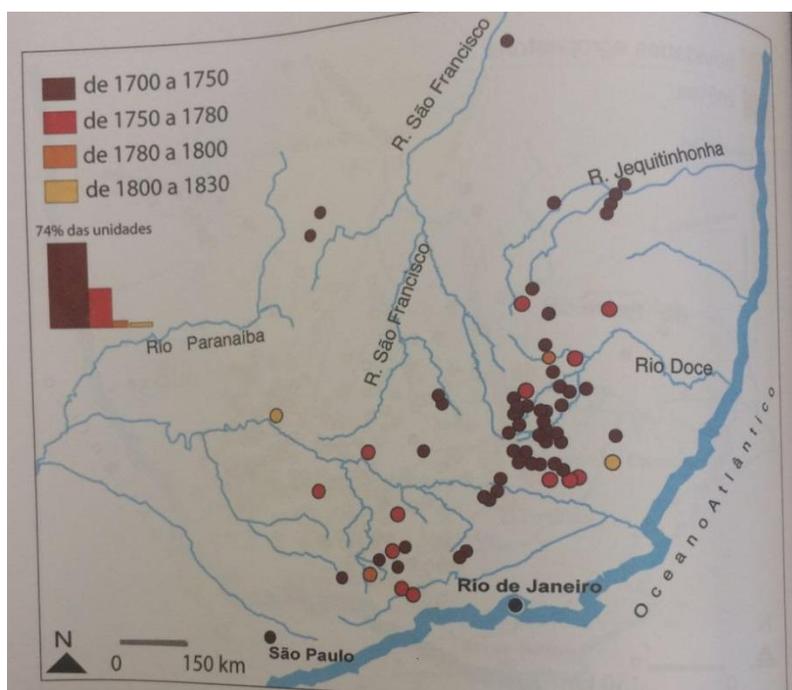


Figura 12: Época de fundação dos arraiais mineradores.

Fonte: Claudia Damasceno Fonseca, 2011, p. 240.

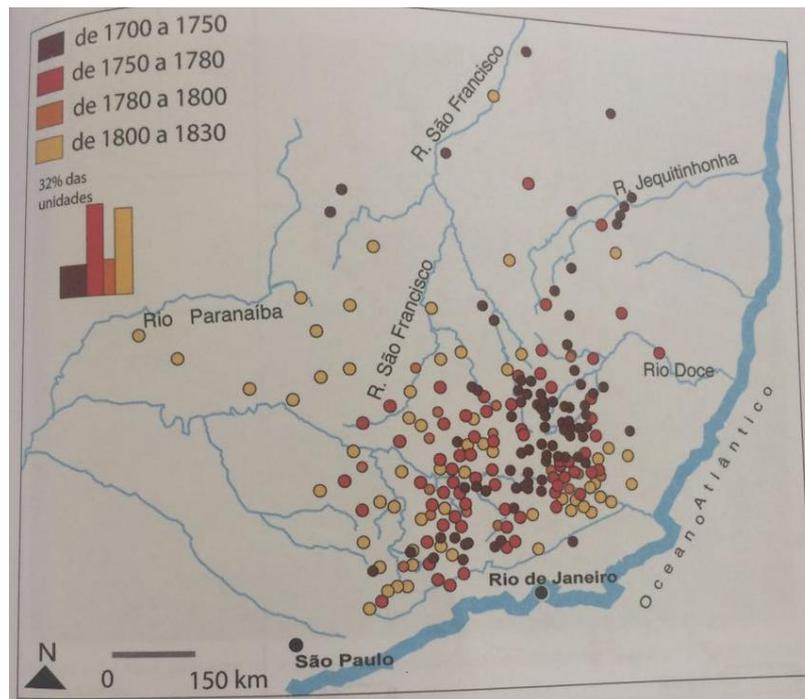


Figura 13: Época de fundação dos arraiais agrícolas.

Fonte: Claudia Damasceno Fonseca, 2011, p. 241.

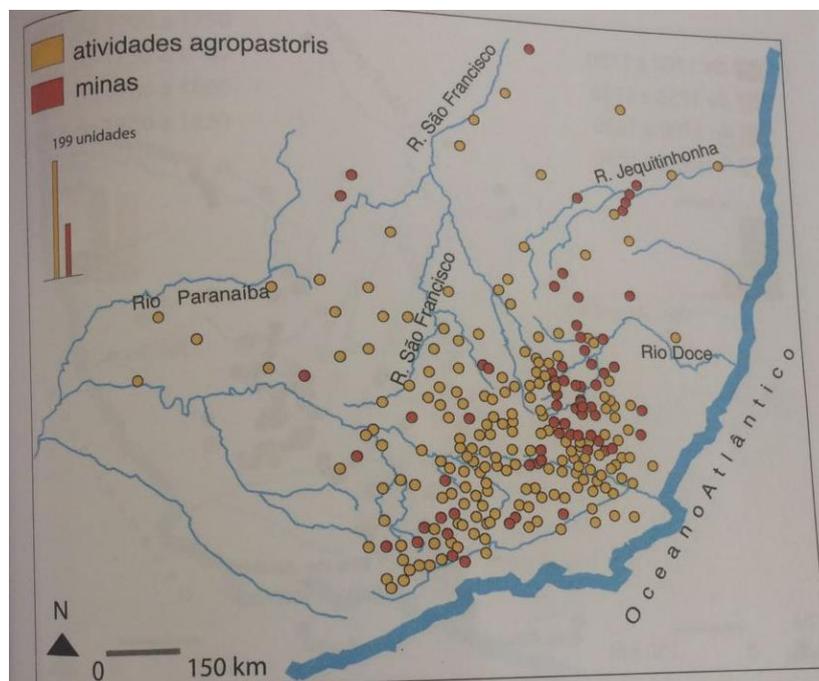


Figura 14: Origem dos arraiais. Situação no início do século XIX.

Fonte: Claudia Damasceno Fonseca, 2011, p. 239.

Segundo Fonseca (2011, p. 557), os núcleos de povoamento de Minas Gerais, quando abordados na escala da capitania, aparecem inicialmente como constelação, que, segundo a autora, seria como uma distribuição mais ou menos regular de pontos sobre uma superfície. Essa superfície, que serviu de pano de fundo para a primeira constelação de arraiais mineiros, era um imenso sertão, que foi paulatinamente se transformando em território, à medida que alguns desses pontos se diferenciam dos demais e tornaram-se centros irradiadores do poder civil e religioso. Essa constelação, constituída de forma homogênea, tomou, pouco a pouco, a forma de uma “armadura urbana”, ou seja, de uma rede urbana composta por nódulos hierarquizados, como vimos, cidades, vilas, freguesias e diversos arraiais, que continham apenas uma capelinha.

Os diversos papéis que essas povoações desempenhavam produziam diversas trajetórias em suas particulares histórias urbanas, que, por estarem ligadas a várias camadas de poderes, se confundem com histórias religiosas, econômicas e políticas.

## Capítulo 2: A divisão da Comarca do Rio das Mortes

Ser mineiro:

Ser Mineiro é não dizer o que faz, nem o que vai fazer,  
é fingir que não sabe aquilo que sabe,  
é falar pouco e escutar muito,  
é passar por bobo e ser inteligente,  
é vender queijos e possuir bancos.

Um bom Mineiro não laça boi com imbira,  
não dá rasteira no vento,  
não pisa no escuro,  
não anda no molhado,  
não estica conversa com estranho,  
só acredita na fumaça quando vê o fogo,  
só arrisca quando tem certeza,  
não troca um pássaro na mão por dois voando.

Ser Mineiro é dizer "uai", é ser diferente,  
é ter marca registrada,  
é ter história.

Ser Mineiro é ter simplicidade e pureza,  
humildade e modéstia,  
coragem e bravura,  
fidalguia e elegância.

Ser Mineiro é ver o nascer do Sol

e o brilhar da Lua,  
é ouvir o canto dos pássaros  
e o mugir do gado,  
é sentir o despertar do tempo  
e o amanhecer da vida.

Ser Mineiro é ser religioso e conservador,  
é cultivar as letras e artes,  
é ser poeta e literato,  
é gostar de política e amar a liberdade,  
é viver nas montanhas,  
é ter vida interior,  
é ser gente.

Carlos Drummond de Andrade

## **2.1 Introdução: histórico, limites geográficos e aspectos físicos.**

Neste capítulo, procuramos investigar ainda os processos de ocupação no território mineiro, avaliando agora como, ao longo dos séculos XVIII e XIX, a Comarca do Rio das Mortes se destaca, ganhando projeção e tornando-se uma região significativa no eixo de poder político-econômico da Capitania de Minas Gerais. Ao longo dessa investigação dirigiremos nosso olhar para a Vila da Campanha da Princesa, na porção sul desse território, procurando entender os processos de desmembramentos territoriais, até a divisão da comarca, chegando aos estudos de caso no próximo capítulo.

Como explicamos no capítulo anterior, em 1709 foi criada a capitania de São Paulo e Minas de Ouro. Para administrar a justiça no território das Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX, a Coroa instituiu comarcas compostas por um ou mais termos, que tinham como sede a vila mais importante da região. O motivo principal da divisão das comarcas foi a necessidade de disciplinar e assegurar a arrecadação do Imposto dos Quintos do Ouro. Sabe-se, também,

que a mais alta autoridade de cada jurisdição, o ouvidor, exercia igualmente as atribuições de Provedor da Fazenda Real e Juiz dos Feitos da Coroa. Desde a criação das primeiras comarcas, seus nomes quase sempre traziam referências ao rio mais importante na região, como o Rio das Mortes, o Rio das Velhas, entre outros.

As primeiras Vilas criadas no território Mineiro são a Vila Real de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque (atual Mariana)<sup>7</sup> - criada em 8 de abril de 1711; Vila Rica d'Albuquerque (atual Ouro Preto) - criada em 8 de julho de 1711; e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará (atual Sabará) - criada em 17 de julho de 1711. A data de criação das primeiras comarcas remonta ao Alvará de 1714, que regulava a divisão da capitania em três comarcas: Vila Rica (sede em Ouro Preto), Rio das Velhas (sede em Sabará) e Rio das Mortes (sede em São João del-Rei), para as quais o governo metropolitano já havia nomeado e enviado ouvidores. Posteriormente, seriam criadas, em 1720, a Comarca de Serro Frio (sede em Vila do Príncipe) e, em 1815, a Comarca de Paracatu. A Carta Régia de 21 de fevereiro de 1720 separou Minas da Capitania de São Paulo, e, pelo alvará de 2 de dezembro, D. João V criava as Minas Gerais. (Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a. 65, n° 208, p. 13-26, jan./mar. 2014)

Originalmente, a Comarca do Rio das Mortes era um vasto sertão denominado em seus primórdios de sertão do Rio Verde. Ele começou a ser percorrido quando os bandeirantes paulistas organizaram expedições para o apresamento de índios e também em busca de ouro, atravessando a serra da Mantiqueira pela garganta do Embaú e atingindo as cabeceiras do Rio Verde. As notícias de ouro nas terras banhadas por esse rio e pelo rio Sapucaí chegaram a São Paulo, o que desencadeou o deslocamento de vários homens para essa região. Em 1692, esse sertão já havia sido percorrido por três sertanistas de Taubaté, Antônio Delgado da Veiga, João Veiga e Miguel Garcia, o Velho, os quais lideravam uma bandeira que tinha como finalidade apresar índios. Nomearam Pouso Alto e chegaram a um afluente do Rio Verde que denominam de Baependi. (ARAUJO, 2008, p.104)

Com a exploração aurífera, a necessidade de moradia e comércio de bens de consumo para os mineradores proporcionou o surgimento do Arraial Velho do Rio das Mortes (atual Tiradentes) e do Arraial Novo do Rio das Mortes (atual São João del-Rei) em 1699. A ocupação da localidade que posteriormente ficou conhecida como São João del-Rei foi marcada pelo estabelecimento de Tomé Portes nesta área, em fins do século XVII, dada sua iniciativa de produzir mantimentos que seriam vendidos aos transeuntes que seguiam em direção às regiões auríferas. Com a descoberta de ouro no local, entre 1704 e 1705, houve a formação do núcleo urbano denominado Arraial

---

<sup>7</sup> Mariana: No arraial do Ribeirão do Carmo foi criada a primeira vila de Minas, em Carta régia de 23 de abril de 1745 determinou-se “atendendo a que a vila do Ribeirão do Carmo é a mais antiga das Minas Gerais e que fica em sítio mais cômodo para a ereção de uma das duas catedrais que tenho determinado pedia a Sua Santidade, no território da Diocese do Rio de Janeiro, fui servido criar cidade a dita vila do Ribeirão do Carmo, que ficará chamando-se Mariana”. (BARBOSA, 1995, p. 278)

Novo de Nossa Senhora do Pilar<sup>8</sup>. Em 1713 o arraial foi elevado a Vila de São João del-Rei. Contudo, a apropriação da região das Minas não se deu pacificamente. Os anos de 1707 e 1709 foram marcados pela chamada Guerra dos Emboabas, já citada no capítulo anterior. Para desatar o conflito, a metrópole cria órgãos administrativos para assegurar a Justiça e a fiscalização. Uma das primeiras medidas é a oficialização de sesmarias, distribuindo os territórios e definindo seus proprietários. Outra forma de controle do território mineiro foi a criação das comarcas. (COSTA, 2013, p.36)

Com a criação da Comarca do Rio das Mortes inicia-se a discussão sobre quais seriam os limites entre a região das Minas e São Paulo. Em princípio, ficou decidido que o limite seria a Serra da Mantiqueira, ao sul e o sertão desconhecido a oeste. Como consequência, o termo da Vila de São João del Rei foi ampliado, estendendo-se até a Mantiqueira, fazendo com que sua Câmara se tornasse responsável pela administração de toda a vasta região sul do território.

Nos primórdios de 1718, cria-se a segunda vila da comarca, com o nome de São José del-Rei (Tiradentes), em homenagem ao Príncipe D. José, então com quatro anos de idade, filho de D. João V. E durante quase todo o século XVIII, o imenso território da Comarca do Rio das Mortes estava subordinado às únicas duas vilas: a Vila de São João del-Rei e a Vila de São José del-Rei.

A Comarca do Rio das Mortes se estendia no sentido centro-sul da Capitania e, ao longo da segunda metade do século XVIII, foi tornando-se uma das regiões de maior destaque, responsável pelo abastecimento de gêneros alimentícios para as Minas Gerais e também para outras regiões. (ARAÚJO, 2008, p. 99)

Com o declínio do ouro e as mudanças da economia na segunda metade do século XVIII, houve um deslocamento populacional em direção à Comarca do Rio das Mortes. Segundo ARAÚJO (2008, p. 94), entre 1776 e 1788, houve um aumento de 29% da população na capitania, representando um movimento migratório de cerca de vinte e cinco mil pessoas. Ao longo de pouco mais de uma década a população passou de 82.781 habitantes em 1776, para 154.869 em 1808 e 213.617 em 1821. Porém, mesmo a Comarca do Rio das Mortes se destacando em relação a atividades econômicas e crescimento populacional, ela se encontrava ainda mal representada politicamente, pois contava com apenas duas Vilas, São João del Rei e São José del Rei (atual Tiradentes), ambas elevadas a Vila no início do século XVIII, em 1713 e 1718 respectivamente.

---

<sup>8</sup> São João del Rei: Pela narração de Matol, sabe-se que, imediatamente após o descobrimento do ouro, repetiu-se o “rush” que antes se verificara nas minas gerais; e formou-se o arraial, ao pé do morro, “pela paragem que está da matriz até o mesmo morro, com uma capela dedicada a Nossa Senhora do Pilar”. Explica ainda Matol que o arraial ficou com o nome de “Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar”, em razão do “arraial de Santo Antônio ser primeiro, pelo que ficou sendo arraial velho”. (BARBOSA, 1995, p. 459)

A fundação da Comarca do Rio das Mortes deveu-se principalmente à descoberta de veios auríferos na região, mas desde os primórdios destacou-se também por sua vocação nas atividades agrícolas e pastoris, voltadas para o abastecimento da capitania. Essa aptidão foi acentuada com o tempo e, em 1782, o desembargador José João Teixeira Coelho escreveu:

A comarca do Rio das Mortes é a mais vistosa e a mais abundante de toda a capitania em produção de grãos, hortaliças e frutos ordinários do país, de forma que, além da própria sustentação, provê toda a capitania de queijos, gados, carnes de porco etc. (COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994, p. 79, *apud* COSTA, 2013 p. 35)

As atividades agrícolas e pastoris se intensificaram a partir de 1808, com a chegada da Família Real ao Brasil. A transferência da Corte portuguesa incentivou o mercado interno na colônia, e a localização da Comarca do Rio das Mortes foi crucial para seu maior desenvolvimento, por conta de ela fazer divisa com as comarcas de São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse contexto dinâmico, a vila de São João del-Rei teve um papel central no comércio da comarca.

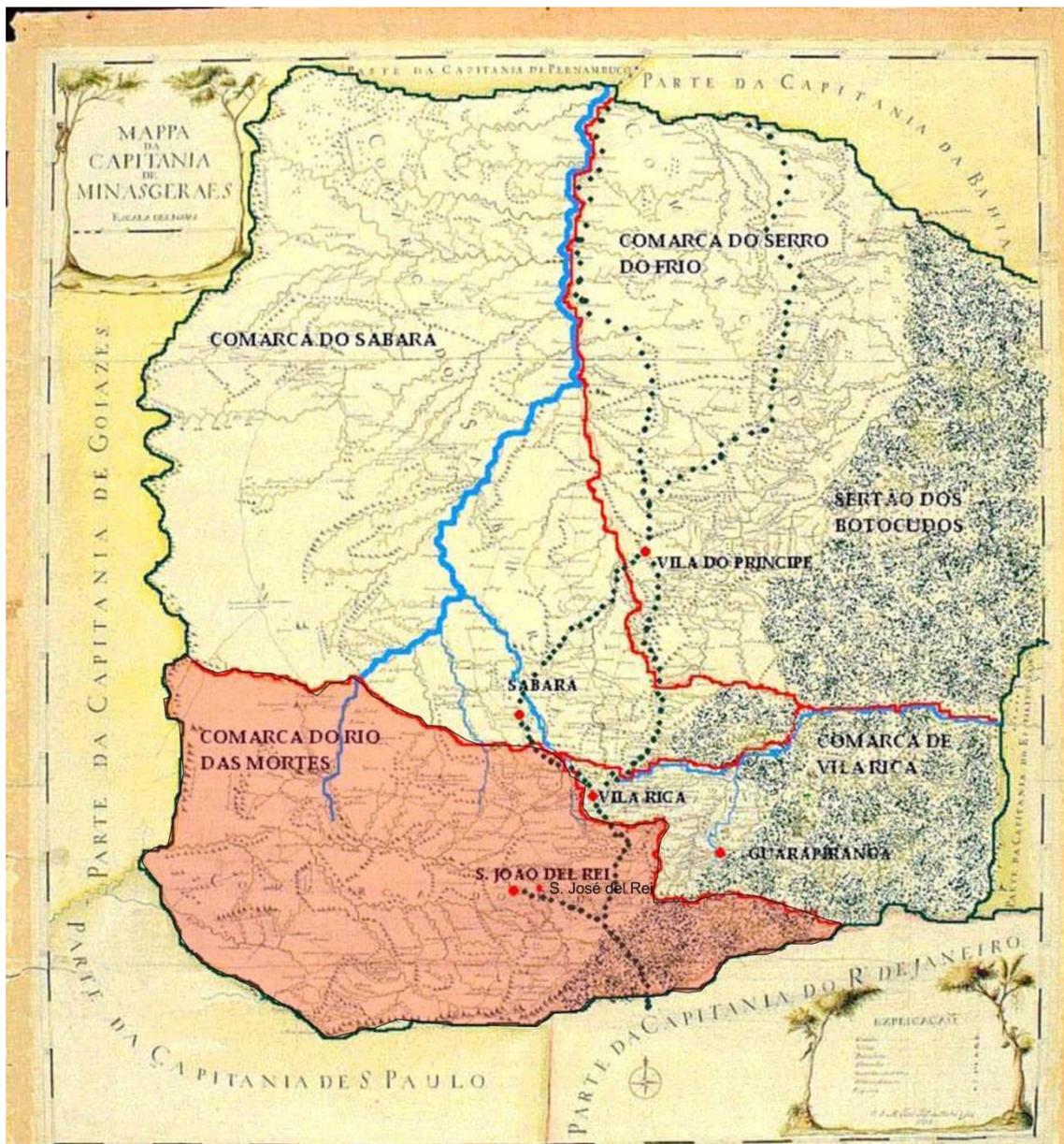


Figura 15: Mapa da Capitania de Minas Geraes, com a divisão das capitancias e, em destaque, a comarca do Rio das Mortes e suas duas primeiras Vilas.

Fonte: (ARAÚJO, 2008, p. 101) Originalmente encontrado no Arquivo Histórico do Exército, RJ. Manipulado pela Autora.

A importância geográfica e demográfica, bem como a vastidão da Comarca do Rio das Mortes por volta de 1820, podem ser avaliadas pelos relatos de Auguste de Saint-Hilaire, que percorreu seu território. A Comarca do Rio das Mortes tinha como limites, segundo Saint-Hilaire, a leste, a Comarca de Vila Rica; ao norte, as de Sabará e Paracatu; a oeste, as Províncias de Goiás e São Paulo; ao sul, as Províncias de São Paulo e Rio de Janeiro; e subdividia-se em oito termos de vilas: os de Barbacena, Queluz (atual

Conselheiro Lafaiete), São José (atual Tiradentes), São João del-Rei, Santa Maria de Baependi, Campanha da Princesa, Tamanduá (atual Itapeçerica) e São Carlos do Jacuí. De acordo com Saint Hilaire, em 1820:

A Comarca do Rio das Mortes compreende cerca de 200.000 almas, sendo, por conseguinte, a mais populosa das cinco que formam a Província de Minas Gerais (incluídas as do Serro e de Paracatu), apesar de ser inferior em extensão a duas delas: às de Sabará e Paracatu. (SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937, *apud*, Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a. 65, n° 208, p. 13-26, jan./mar. 2014)



Figura 16: Localização das Vilas instituídas até 1814, em destaque a área correspondente a Comarca do Rio das Mortes e nos pontos vermelhos as Vilas.

Fonte: Arquivo Público Mineiro, APM – 020, TÍTULO ORIGINAL "MAPPA TOPOGRAFICO E HIDROGRAFICO DA CAPITANIA DE MINAS GERAES." Manipulado pela autora.

A economia da Comarca do Rio das Mortes se desenvolvia de forma equilibrada e diversificada. Sua população era composta pela maioria de homens brancos e por quase metade do número total de mulheres brancas de toda Minas Gerais. A mudança da população para esta comarca, após a década de 1760, vem do declínio de Vila Rica, que refletia a queda do papel dominante da mineração e a crescente importância das atividades agrícolas e pastoris na capitania de Minas Gerais. (ARAUJO, 2008, p. 94)

A transformação de uma economia predominantemente mineira para agrícola não significava a extinção total de uma ou de outra. Tais formas de produção estavam sobrepostas, o empreendimento minerador criou um mercado para produtos como cachaça e açúcar, até então exportados. Logo os mineiros começaram a também produzir localmente alguns gêneros básicos, mas fundamentais ao abastecimento das áreas de mineração. O tempo de cultivo para a produção do açúcar era mais lento em terras mineiras do que no litoral, mesmo assim, verifica-se um aumento do número de engenhos para a produção de açúcar e cachaça para consumo local. (ARAUJO, 2008, p. 95)

O governo metropolitano tentou impedir a criação dos engenhos, no entanto, a lei não foi implementada. Em Minas Gerais, a fazenda muitas vezes combinava o engenho de açúcar com a mina, ou ainda, a mina com a pecuária. Combinavam então a lavra aurífera, a lavoura e os engenhos de açúcar e farinha. As grandes propriedades de Alvarenga Peixoto<sup>9</sup> (posteriormente inconfidente) na Vila Real de Queluz, comarca do Rio das Mortes, constituem um exemplo dessa economia mista, integrando grandes lavras de ouro, engenho de açúcar, canaviais, cafezais e pecuária.

---

<sup>9</sup> O imóvel está sendo restaurado por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em 2011 pela mineradora Ferrous no âmbito do Ministério Público de Minas Gerais. A prefeitura de Conselheiro Lafaiete, também participante do TAC, executou a desapropriação da fazenda por meio de decreto, declarando o imóvel e seu entorno como utilidade pública para fins de pesquisa, recuperação e preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural. As obras são acompanhadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA. A Fazenda possui arquitetura remanescente do período estudado, esta arquitetura rural será tratada no capítulo 3, no estudo de caso das fazendas do extremo sul de Minas.



Figura 17: Foto da fazenda do inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto em Conselheiro Lafaiete, caracterizada pela produção mista nos meados do século XVIII.

Fonte: Google imagens (data 04/11/2016).



Figura 18: Foto de 2015 da fazenda do inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto em Conselheiro Lafaiete, após algumas fases de restauração.

Fonte: Google imagens (data 04/11/2016)

A produção dessas fazendas abasteciam o comércio tanto do interior da capitania quanto de outras regiões. Os tropeiros comerciantes, tanto de São Paulo como do Rio de Janeiro, traziam e levavam produtos. Os produzidos na região eram principalmente o algodão, tecidos e açúcar, além do expressivo comércio interno de cachaça, doces e queijos.

Nesse processo de diversificação produtiva ocorrido em Minas Gerais, a partir das décadas de 1750-1760, houve também o deslocamento do eixo econômico para a Comarca do Rio das Mortes, antes concentrado, predominantemente na Comarca de Vila Rica. A melhor qualidade de terras agricultáveis e pastoris da Comarca do Rio das Mortes desencadeou um movimento que fez surgir uma elite local ligada à terra e aos negócios agropastoris.

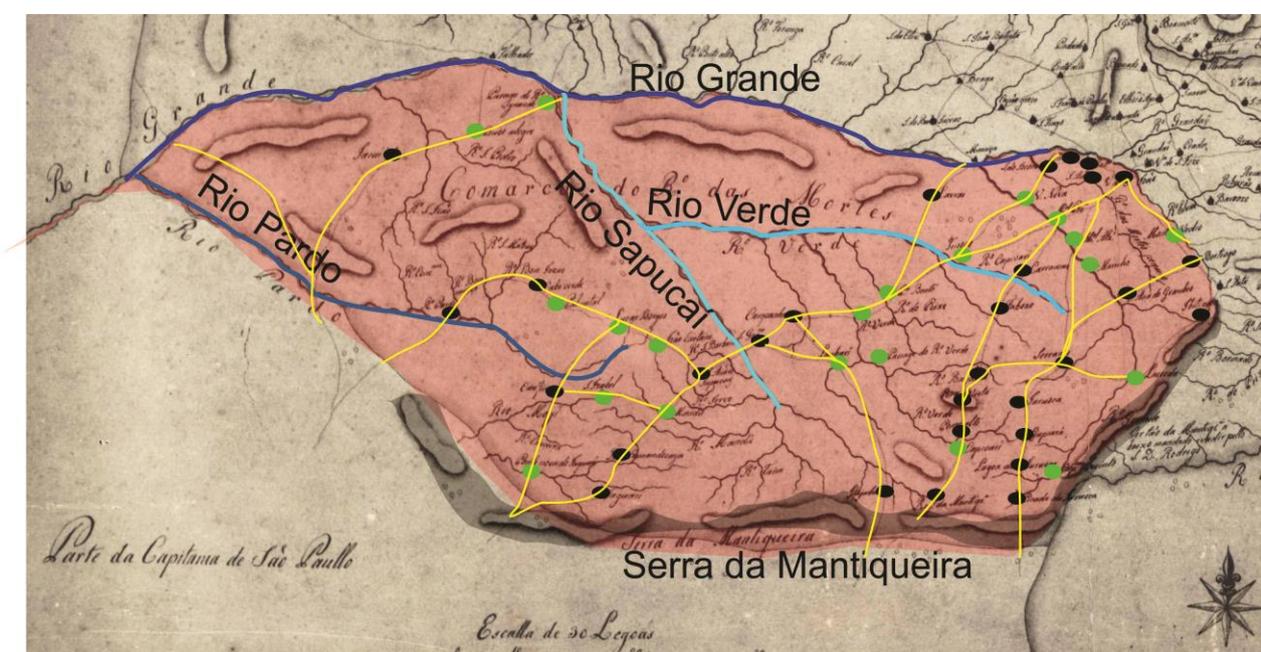


Figura 19: Parte do mapa da Capitania de Minas Gerais, de data provável de 1800, mostrando em azul os principais rios, em pontos pretos, os arraiais e vilas, em pontos verdes, as fazendas, em amarelo, os caminhos.

Mapa base - Fonte: Arquivo Público Mineiro, APM – 020, TÍTULO ORIGINAL "MAPPA TOPOGRAFICO E HIDROGRAFICO DA CAPITANIA DE MINAS GERAES." Manipulado pela autora.

O mapa mostra a pulverização de fazendas, a maioria situada perto dos caminhos, que escoavam a produção. Dos 51 pontos assinalados no mapa, 21 são fazendas, entre os 30 demais pontos estão identificados arraiais, freguesias, vilas e registros. Estudaremos mais a questão das fazendas na Comarca do Rio das Mortes no próximo capítulo.

Mesmo com o desenvolvimento da região da comarca do Rio das Mortes, os conflitos internos por posse de terras, e as disputas pelos estabelecimentos de limites na região não cessaram, apesar da elevação das vilas e a criação da comarca. É o que veremos no próximo item.

## **2.2. Os conflitos na Comarca do Rio das Mortes.**

As fronteiras do período colonial não se restringiam a simples marcos geográficos, mas correspondiam aos limites fixados pela movimentação dos homens no território. A fronteira sempre se caracterizou como um lugar de conflito e foi no período colonial que ocorreram as maiores disputas entre as Capitanias de São Paulo e Minas Gerais. (BUENO, 2009, p.253)

Um dos primeiros conflitos entre as capitanias ocorreu em 1731, quando o governador paulista Antônio da Silva Caldeira Pimentel demonstrou seu descontentamento diante da postura do governador de Minas Gerais, que alterou os marcos divisórios sem grandes explicações. Porém em 1738 iniciam-se as concessões de sesmarias na região do Morro do Lopo, território pertencente ainda a São Paulo, nas imediações do rio Atibaia e do rio Jaguari. No mesmo ano e no decorrer do restante do século, algumas sesmarias foram doadas na região. Nesta época, o que valorizava o território era a presença de ouro, o que gerou muitos conflitos na região, pois os governadores de São Paulo e Minas Gerais apostavam nas chances de encontrar riquezas na área da fronteira.

A primeira ação da Coroa foi designar as regiões limítrofes da capitania de Minas Gerais como áreas proibidas, a partir de um mandato de 1736, que impedia “lançar posse de terras situadas nas extremidades não povoadas da capitania sem expressa presença do governador” (FONSECA, 2011, p. 153)

A Câmara Municipal de Guaratinguetá (SP) ambicionava o território até o Morro do Caxambu e, em 1731, obteve, por meio de uma representação de Caldeira Pimentel, parcial satisfação dos seus desejos, com a expedição da provisão régia de 23 de fevereiro desse ano, que repartia com mais igualdade o território entre as duas vilas e dizia que o governador da Capitania de São Paulo “se alargasse para os montes que ficavam entre a vila de Guaratinguetá e Rio das Mortes”. Esta provisão ordenava ao governador de Minas Gerais entender-se com o de São Paulo, ajustando os “limites que por esta devem ter um e outro governo e me dareis conta para aprovar se me parecer, declarando a distância de uma e outra parte: se acha alguma serra ou rio que possa servir

de demarcação entre os dois governos”. (provisão<sup>10</sup> *apud* CAMPANHOLE, 1979, p.2)

Os autos de posses efetuados por Minas Gerais demonstraram que os mineiros consideravam os limites sendo demarcados pelo rio Sapucaí. Os paulistas também consideravam as divisas pelo Sapucaí, nos seus afluentes ou em suas margens, o que significava que as mesmas se definiam pelo fio da corrente e não pela margem direita somente. A bula “*Condor Lucis Aeternae*”, mais conhecida como “*Motu Proprio*” do Papa Benedito XIV, estabeleceu as divisas entre os bispados de São Paulo e Mariana, independentemente do Rio de Janeiro e fixou as divisas eclesiásticas tal como estavam firmadas as das Câmaras Seculares, ficando as mesmas também definidas pelo Rio Sapucaí.

Em 12 de fevereiro de 1739 toma posse do governo de São Paulo D. Luís de Mascarenhas. Foi em sua gestão que se ratificou a posse das minas de ouro na região de Campanha do Rio Verde pertencente a Vila de São João del Rei (tema do próximo item). A região foi ratificada novamente em 4 de maio de 1743 pela Câmara da Vila de São João del Rei. Nessa ocasião era sabida a existência de ouro ao sul do mesmo rio, o qual foi escolhido pela Câmara de São João del Rei como limite de suas pretensões. O território ficava à direita do Rio Sapucaí, já então parte da Freguesia de Campanha.

Francisco Martins Lustosa descobriu ouro em dois córregos do rio Sapucaí, então, em 30 de outubro de 1746, a Câmara de Mogi das Cruzes toma posse do descoberto, que foi ratificado por Minas no dia seguinte. Em 13 de julho de 1748 a Câmara de Mogi das Cruzes voltou a ratificar a posse novamente, o que fez com que o governo mineiro expulsasse a força Francisco Martins Lustosa das minas de Santana do Sapucaí (atual Silvanópolis).

Sobre esse fato Waldemar de Almeida Barbosa escreve:

O descoberto de Santana do Sapucaí foi denunciado ao governador de São Paulo, D. Luis de Mascarenhas, em 1745, pelo português Francisco Martins de Lustosa. No ano seguinte, estava Lustosa investido das funções de guarda-mor das minas de Santana do Sapucaí e Ouro Fino. A câmara de São

---

<sup>10</sup> Docs. Ints., XI, pág. 7.

- Pedro Taques, em sua “Nobiliarquia Paulistana”, assim descreve Caldeira Pimentel: “Homem mal procedido e gatuno, o capitão-general abria as cartas particulares pelo interesse que tinha em saber o que diziam do seu governo e dos seus hábitos. Evitava também acusações contra si dirigidas ao governo da Metrópole e vingava-se dos denunciantes sem ciência do rei; chegou a assassinar o famoso João da Silva Ortiz, que ia a Lisboa, pelo receio de que viva voz fizesse conhecer suas ladroerias ao governo português. Por isso em resolução de 16 de novembro de 1731, D. João proibiu que os governadores abrissem a correspondência de particulares, classificando esse crime de torpe”.

João del Rei pretendeu reagir. Mas, com o apoio do governo de São Paulo, Lustosa conseguiu repelir os enviados de São João del Rei. Uma segunda tentativa de gente do Rio das Mortes resultou também infrutífera. Investido das funções de guardamora e Regente das minas de Santana do Sapucaí, delas Lustosa tomou posse para o governo de São Paulo, conforme auto lavrado a 30 de outubro de 1746. Na realidade, a posse acima referida, segundo se vê pelo próprio auto, foi feita pela Câmara de Santana das Cruzes do Moji. Criados os Bispados de Mariana e de São Paulo, apressou-se o bispo de São Paulo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira, logo após sua posse, a criar a paróquia de Santana do Sapucaí. (BARBOSA, 1995, p. 500)

Esses acontecimentos e a atitude do governador de São Paulo desagradaram o governador de Minas, Gomes Freire de Andrade, que se queixou à Corte. Esta, pela provisão régia 30 de abril de 1747, determinou que o sítio questionado tivesse por limite o alto da Serra da Mantiqueira, e, como o alto desta serra fica ao norte do Rio Sapucaí, esta ficou servindo como divisa das Capitanias. (CAMPANHOLE, 1976, p.4)

No desdobramento dessa questão resolveu então o Rei D. João V, pelo Aviso Régio de 9 de maio de 1748, criar os dois governos gerais de Mato Grosso e Goiás, antes todo pertencente à Capitania de São Paulo. Para o Rei então pareceu que esta Capitania não precisaria mais ter governador nem capitão geral e, assim, mandou recolher para a corte D. Luis de Mascarenhas, extinguindo o governo da Capitania de São Paulo, que passou a ser regida pelo governador de Santos, sujeito ao Rio de Janeiro. (CAMPANHOLE, 1979, p.4)

O Governador Gomes Freire de Andrade envia ao local do Sapucaí o ouvidor da comarca do Rio das Mortes, e o bispo de Mariana manda representante para tomar posse civil e eclesiástica do arraial do Sapucaí. Em 1761 o Governador institui o julgado de Itajubá e Aiuruoca para coibir as autoridades civis e eclesiásticas paulistas.

Para a Metrópole, convinha que as minas descobertas nas divisas das duas capitanias ficassem sob jurisdição da Capitania de Minas Gerais, por suas fronteiras serem fechadas por guardas e registros. Outra questão que Ottoni levanta é o fato de as Minas não possuírem acesso direto aos portos, o que garantia o maior controle do ouro. (OTTONI, 1960, p.24)

O Rei manda em provisão régia de 9 de maio de 1748 que os limites entre São Paulo e Minas Gerais fossem feitos pelos rios Sapucaí e Grande ou, como diz o documento, “por onde vos parecer”. A expressão “por onde vos parecer” era recorrente na época. A corte distante, sem conhecer a geografia não tinha outra escolha a não ser confiar nos seus representantes. Segundo os paulistas, essa provisão régia indicava a divisão pelo rio Sapucaí e rio Grande, anulando assim a divisão pelo alto da Serra da Mantiqueira. Essa interpretação gerou um conflito que durou duzentos anos. (CAMPANHOLE, 1979, p.5)

O governador então incumbiu o Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, Doutor Tomaz Rubby de Barros Barreto do Rêgo, para fixar as divisas. O mesmo deslocou-se para Santa Ana do Sapucaí, acompanhado de 18 pessoas, das quais 13 eram da Vila de São João del Rei, e expediu o auto de demarcação das divisas em 19 de setembro de 1749. As divisas então foram marcadas como um alinhamento desde o Morro do Lopo, passando pela Serra de Caldas, até encontrar o Caminho dos Goyases. (OTTONI, 1960, p.26)

O ouvidor Geral e Corregedor da comarca do Rio das Mortes Doutor Tomaz Rubby escreve:

“...foi servido mandar dividir as Capitânicas de Minas Gerais e de São Paulo, pelo Ilmo. E Exmo. Sr. General Gomes Freire de Andrade, cuja divisão foi concedida a Vmcê., como Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca do Rio das Mortes e como a divisa se estendesse da Serra da Mantiqueira até o Morro do Lopo e daqui correndo a encontrar com o rio Grande, o que melhor consta da certidão do auto da divisão, e como *Motu-Proprio* de S. Santidade declara que a divisão dos Bispados de Mariana e de São Paulo seja pelos limites dos governos seculares, estando a divisão feita como está de posse tomada ...” (BARBOSA, 1995, p. 501, APUD Revista do Arquivo Publico Mineiro., XI, 437)

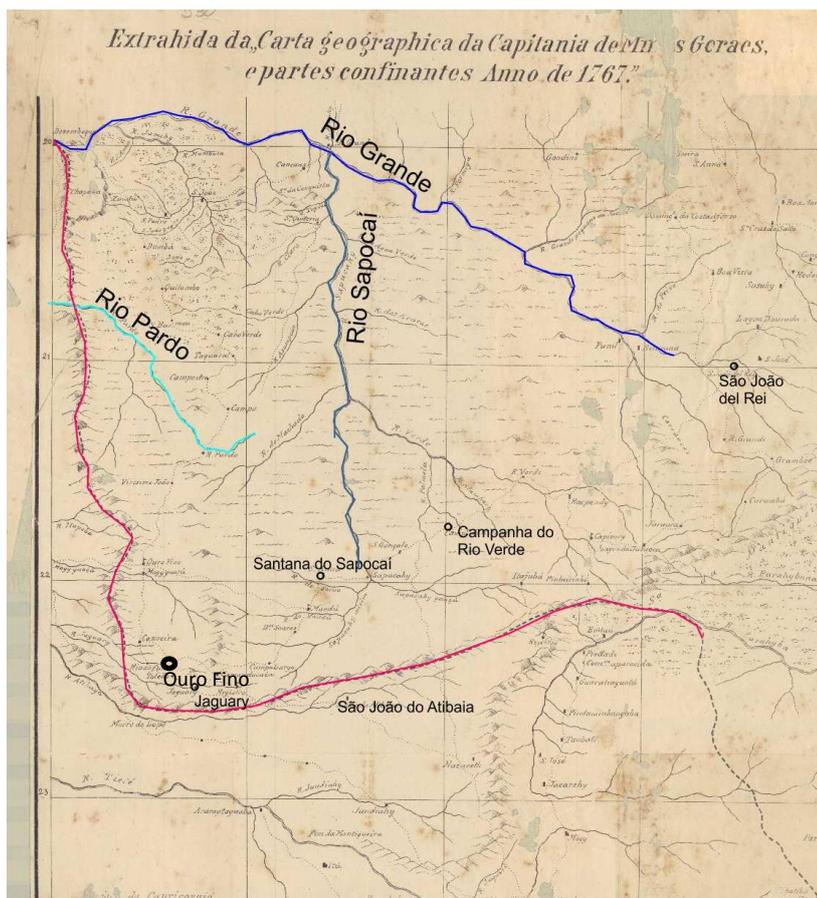


Figura 20: Demarcação em rosa dos limites entre as capitânicas de Minas e São Paulo pela Serra da Mantiqueira. Em azul os rios Grande, Sapucaí e Pardo.

Mapa base - Fonte: "Carta geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes anno de 1767" Fonte: Arquivo Público Mineiro SI -003 (08). Manipulado pela autora.

Como a Bula *Motu Proprio* determinava que as divisas eclesiásticas dos bispados deveriam seguir os limites dos governos seculares, um requerimento do bispo de Mariana, dirigido a Tomaz Rubby, se refere à divisão dos bispados de São Paulo e Mariana, devendo ficar para este último os distritos de Santana do Sapucaí e Ouro Fino. A partir de então a freguesia de Santana do Sapucaí e a Capela São Francisco de Paula de Ouro Fino, que pertenciam à Capitania e à Diocese de São Paulo, passam a pertencer às autoridades civil e eclesiástica de Minas.

Apesar da demarcação do território das duas capitânicas por Tomaz Rubby, o capitão Pedro Franco Quaresma, oficial da Câmara de Jundiá, desbravou, no ano de 1755, os sertões do Rio Grande. Descobriu os rios da região do Desemboque, chegou ao Rio Pardo, fundou o Arraial de São Pedro de Alcântara e Almas de Jacuí e deu à região o nome de Cabeceiras do Rio

Pardo, atual região de Caconde (SP). Em 7 de outubro de 1755, a posse deste sertão descoberto é instituída por Franco Quaresma na presença de autoridades paulistas: o procurador do Conselho da Vila de Jundiá, a cujo termo a região ficou pertencendo, e o representante da Comarca de São Paulo.( PEREIRA, SALGADO, 2016)

Com a restauração da Capitania de São Paulo, em 1765, o governador D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Matheus, inicia seu protesto contra a demarcação de Tomás Ruby, comunica a corte, e consegue devolver à capitania de São Paulo a área do Morro do Lopo.

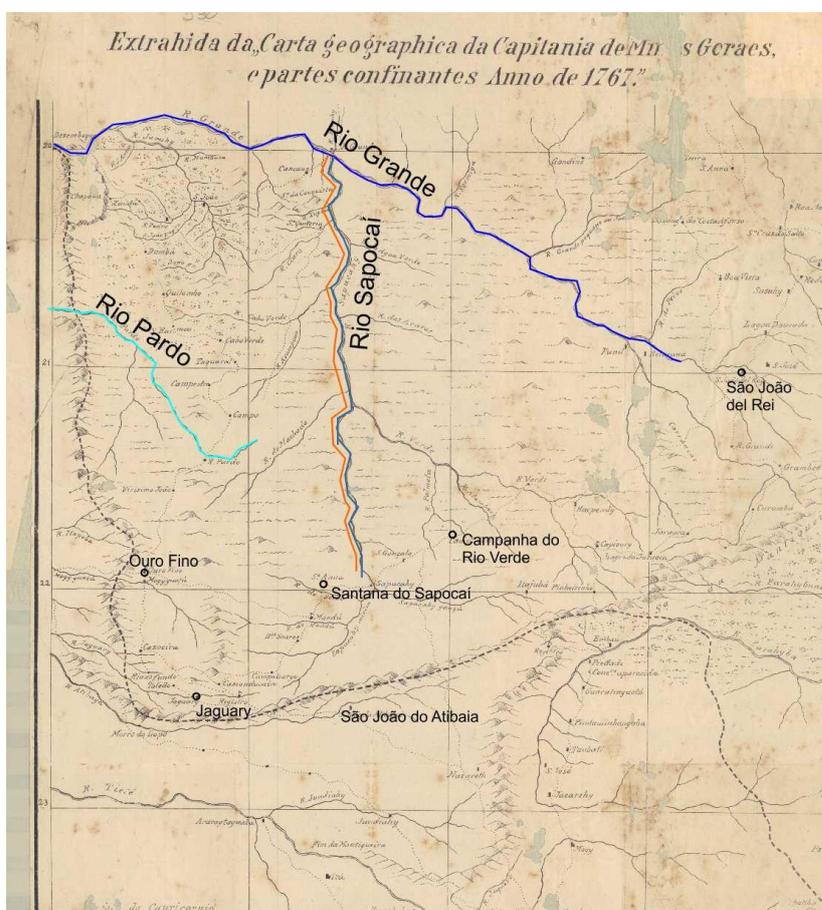


Figura 21: Demarcação em laranja dos limites entre as capitanias de Minas e São Paulo exigido pelo Morgado de Matheus. Em azul os rios Grande, Sapucaí e Pardo.

Fonte: "Carta geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes anno de 1767". Arquivo Público Mineiro SI -003 (08).

Nesta época, os moradores das divisas ainda tinham dúvidas sobre a qual capitania pertencia suas terras e, principalmente, a quem deveriam responder civil e juridicamente. Exemplo disso é uma ilustração que Fonseca

traz em seu livro, onde um morador produz um mapa, a mão, da região onde mora, listando lugares vizinhos e referências, solicitando a autoridades esclarecimentos a quem ele deveria responder, pois, com os conflitos, ele não sabia mais se pertencia à Capitania de São Paulo ou à de Minas Gerais.

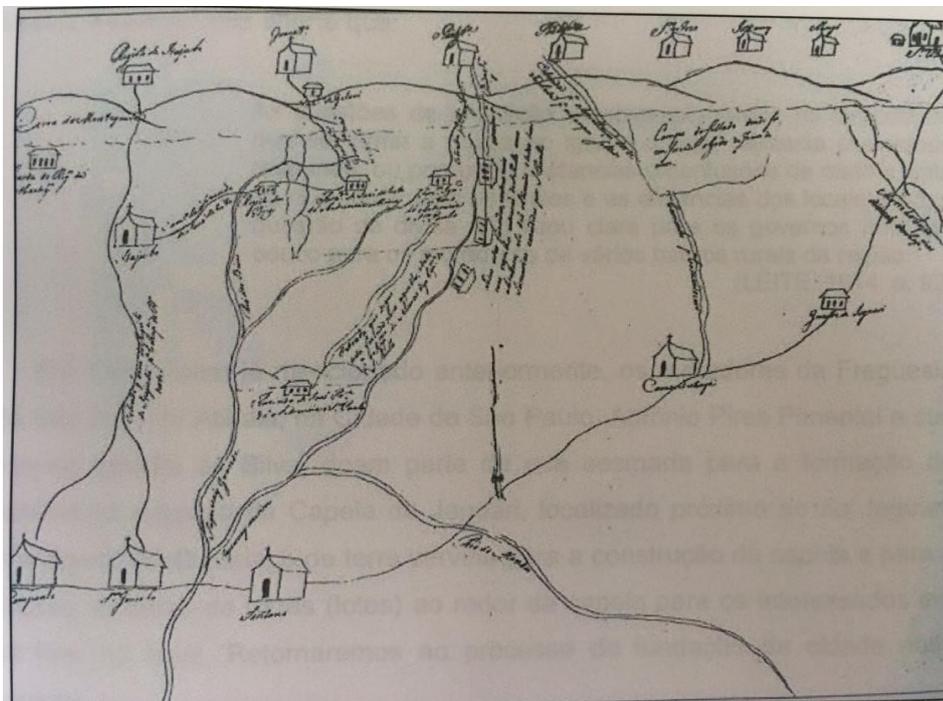


Figura 22: Desenho de morador da região, em dúvida sobre a divisa da capitania de São Paulo e Minas Gerais. No fim do século XVIII os limites eram tão confusos que um morador do julgado de Itajubá escreveu ao governador de Minas solicitando esclarecimentos sobre a quem ele estava submetido, pois tinham muitas fazendas vizinhas que respondiam a São Paulo.

Fonte: Fonseca, 2011, p.262.

Com a divisão da capitania, um grande problema para o governo de Minas se resolvia: aliviar seus povos da derrama. Os mineiros, em 1751 se ofereceram a pagar a sua Majestade, em lugar dos quintos, cem arrobas anuais de ouro (1.468 quilos e 800 gramas). Com o declínio da mineração, as cem arrobas eram completadas por imposto devido por toda a população, essa era a chamada “derrama”. Assim, se Minas Gerais tivesse mais ouro proveniente de novos descobertos, de que tomasse posse, o imposto seria menor. Com a conquista de novos territórios a população seria maior e em caso de ter que se efetuar a derrama, esta seria diluída e agravaria menos cada habitante, gerando assim menos descontentamentos e rebeliões. Porém, mesmo assim, veio a ocorrer a Inconfidência Mineira. (OTTONI, 1960, p. 26)

A escassez das minas e a ameaça das derramas marcaram o início da atividade agropastoril e, assim, a busca de novas terras de qualidade para o plantio e criações, o que determinou o êxodo dos habitantes das regiões auríferas para a região da comarca do Rio das Mortes. Toda a zona limítrofe de

São Paulo foi praticamente povoada pelos mineiros em princípios do século XIX. Em 1792 Minas tinha mais de trezentas mil almas. (CAMPANHOLE, 1979, p.7)

A ocupação desses territórios gerou uma ação política que se deu de modo a constituir uma rede urbana, a partir de vilas criadas em locais estratégicos para controle do território. Tanto no interior como no litoral, essas vilas e povoados interligavam-se judicialmente e estabeleciam um certo controle. A ereção de vilas e cidades durante o reinado de D. Maria I (1777-1799) e a regência de D. João (1799-1816) estavam ligadas à necessidade de estabelecimento de controle mais eficaz na Colônia. Esta ideia era pautada pela teoria de que a soberania nacional se associava ao domínio do território.

### **2.3 As Redes de Estruturação da Comarca do Rio das Mortes**

Após a criação da comarca do Rio das Mortes e o surgimento dos conflitos, percebia-se que faltava à Comarca do Rio das Mortes estruturas administrativas que permitissem o atendimento da demanda de seus habitantes. A elevação a Vila de alguns arraiais era uma forma de afirmar no plano político o controle e a força econômica.

Porém a elevação dessas vilas demorou a ocorrer. No governo de Gomes Freire de Andrade, que teve seu mandato entre os anos de 1735 e 1763, ou seja, 28 anos, não se fundou nenhuma vila, devido aos interesses da Coroa de coibir a corrupção e assegurar os fiscos. Apesar de várias solicitações por parte dos arraiais, a Coroa julgava as justificativas muitas vezes mentirosas. Os governadores, com o intuito de melhorar o controle dessas localidades, onde não convinha criar Vilas, criaram então os julgados.

Os julgados, segundo FONSECA (2011, eram territórios de jurisdição de um juiz ordinário, ou seja, um juiz leigo, sem título ou estudo. As atribuições de um juiz ordinário eram de uma autonomia parcial. Apesar da pouca autonomia, a criação dos julgados em certas zonas mineiras foi considerada uma medida capaz de atenuar problemas. A maior parte das vilas e dos julgados criados na segunda metade do século XVIII e no início do século seguinte situava-se em duas regiões principais na comarca do Rio das Mortes. Durante muitas décadas, a povoação de Campanha da Princesa, local do primeiro julgado, só pode contar com um único juiz ordinário na comarca, até que, em 1746, Gomes Freire cria mais um julgado na comarca, o do Sapucaí, e outro juiz ordinário é nomeado para a região. No fim do seu mandato, Gomes Freire instituiu diversos julgados na capitania. Muitos deles na comarca do Rio das Mortes, que correspondiam aos territórios paroquiais preexistentes, como Itajubá, Aiuruoca e Jacuí. (FONSECA, 2011, p.193)

Em meados de 1788, ao assumir o governo da capitania, o Visconde de Barbacena não considera a criação das Vilas de Campanha da Princesa e de Paracatu como prioritárias, preferindo elevar São Bento do Tamanduá, Carijós (Vila de Queluz) e Igreja Nova (promovida a vila de Barbacena). Só no final do século XVIII é que são criadas a Vila de Campanha da Princesa e Paracatu do Príncipe, já no reinado de Dona Maria I.

De acordo com Fonseca (2011), em 1790, durante o reinado de Dona Maria, o esforço de racionalização do espaço administrativo se intensifica e, neste ano, a “Lei de reforma das Comarcas” cria uma reestruturação mais ampla da organização político-administrativa do espaço português. Com o objetivo de fazer chegar aos súditos uma justiça mais uniforme, mais rápida e menos onerosa, além de tornar mais eficaz a administração do Reino, esta política buscava a multiplicação do número de juízes de fora, substituindo os juízes ordinários. A reforma previa atribuir juízes de fora ao maior número possível de concelhos. Mais do que instrumentos de centralização, os juízes de fora eram os agentes efetivos do direito régio na resolução de conflitos. A má justiça administrada pelos juízes ordinários era informal e muitas vezes movida a interesses.

Apenas no final da década de 1790 é que o privilégio da nova lei foi concedido, somente a duas localidades, Campanha da Princesa e Paracatu, no mesmo momento em que recebiam o título de Vila. Os arraiais elevados à condição de Vila não eram só grandes centros mineradores, mas também zonas agrícolas de grande importância comercial. Além disso, eles também faziam parte da estratégia de conquista e defesa das fronteiras da capitania. Assunto este que iremos ver no próximo item.

Após a criação das últimas vilas do século XVIII, Campanha da Princesa e Paracatu, durante o governo de Bernardo José de Lorena, são criadas as duas últimas Vilas do período colonial, por ordem do Príncipe Regente Dom João VI, São Carlos do Jacuí e Santa Maria de Baependi, em 1814, ambas situadas na Comarca do Rio das Mortes.

A Comarca do Rio das Mortes no final do período colonial se estabelecia da seguinte forma:

Vila	Capela - Arraial	Elevação a Freguesia	Elevação a Vila	desmembramento	Nome anterior à elevação	Nome Atual
Vila de São João del Rei	1702	1708 e 1711	1713	Vila Rica	Arraial Novo Rio das Mortes	São João del Rei
Vila de São José del Rei	1702		1718	Vila de São João Del Rei	Arraial Velho de Santo Antônio	Tiradentes
Vila de Tamanduá	1739	1757	1790	Vila de São José Del Rei	Arraial de São Bento	Itapecerica
Vila Real de Queluz	1691	1709	1791	Vila de São João del Rei	Arraial de Nossa Senhora dos Carijós	Conselheiro Lafaiete
Vila de Barbacena	1753	1764	1791	Vila de São José del Rei e São João del Rei	Arraial da Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo	Barbacena
Vila de Campanha da Princesa	1737	1739/1752	1798	Vila de São João del Rei	Santo Antônio do Vale da Piedade do Rio Verde ou Campanha do Rio Verde	Campanha
Vila de Santa Maria de Baependi	1692	1752	1814	Vila de Campanha da Princesa	Arraial de Santa Maria de Baependy	Baependi
Vila de São Carlos do Jacuí	1764		1814	Vila de Campanha da Princesa	São Pedro de Alcântara do Jacuhy	Jacuí

Tabela 3: Vilas na comarca do Rio das Mortes até o fim do período colonial. Importante assinalar que a criação de freguesias se deu oficialmente na comarca do Rio das Mortes a partir da criação do Bispado de Mariana em 1745.

Fonte: IBGE e Waldemar de Almeida Barbosa (1995).

Na tabela 3 podemos observar que não houve elevações na Comarca do Rio das Mortes entre 1718 e 1790, ou seja, durante 72 anos. O responsável pelas elevações a partir de 1790 foi o então Governador Luiz Antônio Furtado de Mendonça. O Visconde de Barbacena chegou a Minas em 1788 com a função de regularizar a situação da capitania. Como vimos, neste período, a

capitania vivia uma grande crise (diminuição da produção aurífera, queda na arrecadação de impostos, redirecionamentos econômicos) e, além disso, foi durante esse período que eclodiu a Inconfidência Mineira.

Mesmo depois de contido o movimento dos Inconfidentes, Barbacena manteve sua preocupação em relação à possibilidade dos povos estarem ainda tendenciosos à ideia de separação do império português, e, para manter a autoridade, tomou algumas medidas para que o povo se mantivesse fiel à autoridade. Entre as medidas tomadas estava a que dizia a respeito à administração da justiça, visto que a população das Minas tinha grandes despesas para terem acesso a tal direito. Para sanar essa situação, o Governador fundou Vilas onde julgava que havia essa necessidade de administração da justiça. Barbacena então erigiu em Vila os arraiais de São Bento do Tamanduá, Nossa senhora dos Carijós e Borda do Campo.

Os argumentos para a elevação dessas localidades eram principalmente os relacionados à distância em que a população se encontrava das Vilas de São João del Rei e São José del Rei. Porém, há outro argumento muito importante de ser estudado, o de que a criação de Julgados poderia sanar de forma relevante a administração da justiça. No entanto, o argumento que Araújo (2008) reforça é o da necessidade de se reafirmar a soberania da Cora Portuguesa e de se reestabelecer os vínculos entre o soberano e seus súditos.

Os símbolos que a condição de Vila trazia a tais povos eram o Pelourinho e a Casa de Câmara e Cadeia, instância de atuação política tradicionalmente reconhecida no mundo português. Pelourinho e Câmara figuravam como símbolos de autonomia e justiça. A instalação da Câmara permitia ainda estabelecer a ordem, determinar regras de convívio e de comportamento, estabelecer normas quanto à arquitetura e estética, legislar sobre o comércio, abastecimento e também dar possibilidade de acesso aos “homens bons a certos privilégios como honrarias e acesso a cargos de governança”. (ARAÚJO, 2008, p.118)

Após a saída de Barbacena do governo da Capitania seria elevado a Vila o arraial de Campanha do Rio Verde, com a denominação de Campanha da Princesa e, na mesma data, a Vila de Paracatu do Príncipe, esta última não pertencente à Comarca do Rio das Mortes. A justificativa apresentada pela rainha eram as mesmas do Visconde de Barbacena.

O que mais chama a atenção nas elevações deste período é que, das cinco novas Vilas criadas entre 1789 e 1798, apenas Paracatu do Príncipe não pertencia à Comarca do Rio das Mortes e sim à Comarca do Rio das Velhas. Esse fato reforça a importância da Comarca do Rio das Mortes para a reorganização da estrutura administrativa dessa região e confirma sua importância nas esferas política e econômica no fim do século XVIII e XIX.

Na virada do século, a Vila de Campanha da Princesa assumiria um destaque econômico e político, já no período imperial. O comércio e a produção agrícola atraíam gente de todas as partes e, segundo Araújo (2008), os dados do ano de 1821 mostram que a população deste termo representava 41% (231.617) da população total da Capitania. Em 1836, de acordo com o relatório do fiscal da província, Campanha da Princesa possuía o maior número de pequenos comércios (471 vendas) e era uma das mais importantes para a atividade açucareira (84 engenhos).

Passaremos agora para o próximo item, no qual entenderemos melhor a importância da Vila de Campanha da Princesa, sua origem, seu apogeu e os seus desmembramentos.

## **2.4 A Vila de Campanha da Princesa e os desmembramentos de seu termo.**

No século XVIII, a fundação de vilas e cidades no Brasil, segundo ARAUJO, desempenhava importante papel no processo de colonização. O projeto urbanizador era um componente fundamental do projeto de ocupação efetiva do território. A ação urbanizadora setecentista foi decisiva para a delimitação de fronteiras e uma forma eficaz de demonstrar soberania e garantir a defesa. As descobertas auríferas na região das Minas Gerais significaram uma mudança no panorama colonial, quanto a ocupação do território e organização de uma sociedade urbana, o que exigiu a rápida ação da coroa para o estabelecimento do aparato administrativo. Minas logo se caracterizou pela sua urbanidade. Diferentemente do que ocorria em outras localidades, onde a coroa fornecia extensas sesmarias, em Minas as sesmarias e as datas mineradoras eram pequenas, fazendo florescer diversos pontos de povoamentos distintos. (ARAUJO, 2008, p. 72)

Neste sentido, a autora ressalta que a sociedade mineira nasce com fortes traços urbanos, com o ordenamento do espaço, a instalação do poder régio, a prescrição de normas de comportamento e a preocupação com a urbanidade e a civilidade. Estes pontos eram partes dos discursos das autoridades desde o começo da ocupação do território mineiro. Pode-se dizer que havia uma preocupação com a regularidade das vilas e sua aparência, até mesmo com a arquitetura das casas e a regularidade das ruas. Por isso, nesta parte do texto, lançamos nosso olhar para a parte mais ao sul da capitania e a Vila de Campanha da Princesa, uma vila que nasce com este esforço de se fazer traços urbanos bem estruturados. Além deste importante fator, o termo desta Vila é onde aprofundaremos ainda mais nosso estudo no próximo capítulo.

A história de Campanha está diretamente ligada aos conflitos entre paulistas e mineiros citados anteriormente. Os rumores de exploradores

paulistas em territórios considerados mineiros fez com que o Governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença ordenasse ao Ouvidor de São João del Rei, Cipriano José da Rocha, verificar o que estava acontecendo. Este, então, convidou para acompanhá-lo quem quisesse para verificar os rumores e notícias das “minas do Rio Verde”, no sul da Capitania de Minas Gerais, na região entre o Rio Verde e o Rio Sapucaí. Cipriano então fez abrir um caminho a partir de São João Del Rei, com o objetivo de dar posse a tal região, e partiu com seus acompanhantes, prometendo datas minerais a eles. A entrada nas “minas do Rio Verde” ocorre em 2 de outubro de 1737, onde já se providenciou a fundação de um arraial, denominado inicialmente de São Cipriano.

Segundo Barbosa (1995), os que exploravam clandestinamente as minas, sem manifestar seu descoberto ao Governo, evadiram-se. E em carta de 9 de dezembro de 1737, Cipriano escreve que “não houve descobridor”. Isso quer dizer que não houve um descobridor oficial. A tradição oral sustenta que as minas da região foram descobertas pelo padre João de Faria Fialho, vindo de Taubaté entre os anos de 1692 e 1693. Porém, só com a visita e a carta do Ouvidor é que se torna de fato oficial a fundação do povoado.

Na mesma carta, o Ouvidor informava que fundou um arraial em forma de Vila, com praças e ruas em boa ordem e com muitas boas casas, além da grande intenção de se fazer uma Igreja. O ouvidor permaneceu cerca de dois meses no arraial, tomando todas as providencias necessárias para que o arraial se tornasse prospero, e, como havia prometido, distribui as datas minerais aos de confiança que o acompanharam.

“Cheguei a este descobrimento a 2 do corrente... Escolhi a beneplácito de todos, sitio para o Arraial, adonde mandei fazer um rancho pra mim á minha custa, e ordenei que todos fizessem pra si no mesmo sitio, com ordem de ruas, praça e egreja...e que em breves tempos será preciso mandar Sua Magestade fazer villa, e por isso dei forma ao arraial, para que não sucedesse irregularidade que se acha nas villas de Minas” (VALLADÃO, 1937, p. 34)

Nesta passagem da carta, Cipriano, enquanto agente da Coroa portuguesa, revela sua preocupação com o decoro urbano, planejando um traçado para o arraial, futura Vila, que até hoje se mantém. Cipriano também ressalta que essa preocupação com o traçado urbano pouco se encontra nas outras Vilas de Minas Gerais. Além do traçado da própria Vila, Cipriano, em

outra passagem, ressalta que o caminho que abriu para chegar até o local dos rumores foi pensado para ser uma larga estrada, que para toda pessoa, a pé ou a cavalo, e até tropas carregadas passassem tranquilamente. Isso demonstra a preocupação com o fluxo para que a Vila se desenvolvesse com mais facilidade.



Figura 23: Foto aérea da cidade de Campanha nos dias de hoje.

Fonte: Google imagens (acesso 04/11/2016).

O arraial que muda de nome para Campanha do Rio Verde, de fato se torna próspero e fica pertencente ao termo da Vila de São João Del Rei. Em carta ao Governador, Cipriano escreve “...vão entrando muitas gentes: tem mantimentos em abundância e bom cômodo...”. Não demora muito para que o arraial seja elevado a freguesia, o que ocorre em 1741, e, em 1752, a freguesia se torna colativa pelo bispado do Rio de Janeiro, já que o bispado de Minas só fora criado em 1745.

O nome Campanha do Rio Verde vem do fato de que “campanha” significar qualquer terreno plano e inexplorado. Sobre as terras onde se formou o povoado, diz a carta do Ouvidor, “estão estas minas situadas em uns bem dilatados campos que os findam vários córregos e ribeiros com muitos mattos proveitosos”. Em um auto da Câmara de Campanha, em 1800, quando já se tinha elevado a Vila, ainda se dizia, “a villa estava toda assentada sobre campos, e rodeada quase toda dos mesmos”. O sinônimo para campanha, segundo Valadão, é terras planas, campo ou campina. (VALLADÃO, 1937, p. 53)

Os conflitos entre paulistas e representantes legais da Comarca do Rio das Mortes, pelo controle e posse da região das minas do Rio Verde, não

cessaram mesmo a criação do arraial. O governo da Capitania de São Paulo disputava com a Câmara da Vila de São João Del Rei o controle deste território. Os conflitos levaram a câmara mineira a reafirmar em 1743 o auto de ocupação de posse da região, que estava sendo reivindicado pelos governantes paulistas. O auto de posse emitido pela Câmara da Vila de São João Del Rei dizia:

“porquanto estamos de posse deste arraial, e seus distritos, desde o tempo do primeiro descobridor dela, que a muitos anos não só deste arraial e seus distritos, mas ainda de todos os sertões até o Rio Sapucaí, e há muitos anos sem contradição alguma e pela estrada geral que vai deste distrito para a cidade de São Paulo até o alto da Serra chamada a Mantiqueira, e por assim estarmos conservados na nossa antiga posse, como fica dito, fazendo sempre todos os atos possessórios, regendo os povos dos ditos distritos, e administrando-lhes justiça, e por tais dos mesmos povos reconhecidos, e obedecendo-nos, não só pelo que respeita a este Senado, senão as mais justiças desta comarca, e para que d’aqui em diante nos fiquem reconhecendo, como até o presente o tem feito, e para que entendam e fiquem certos que estes ditos distritos nos pertencem, e não a outra comarca alguma, nos retificamos por assim nos ser lícito e permitido por direito, e de novamente nos retificamos na nossa antiga posse que tínhamos, como consta no livro de nota aonde se acham os autos que já se tomaram pelos camaristas nossos antepassados, para o que o dito juiz e mais oficiais da Câmara andaram por todo este arraial e seus distritos fazendo todos os atos necessários em direito ao presente ato de ratificação de nossa antiga posse, a qual ratificação, sem impedimento nem contradição de pessoa alguma, a fizemos em presença e com assistência do dito Ouvidor Geral e Superintendente Geral da Comarca, e do se Escrivão de Correição Manoel Corrêa Pereira (...)”

(Auto de posse do Arraial de Santo Antônio da Campanha do Rio Verde, 1743. Memórias Municipais — V.Campanha. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. 1: 457-647, 1896, p. 457-458. *apud* ARAÚJO, 2008, p.108)

As medidas tomadas pela Câmara de São João Del Rei com relação à ratificação de posse da região vêm como meio de defesa e para assegurar a posse da área, já que a região era estratégica, tinha fácil acesso tanto para o Rio de Janeiro como para São Paulo. Com isso pretendia-se coibir o extravio do ouro para outras localidades. Além de evitar a derrama, já citada no item anterior.

Os moradores, no final do século XVIII, consideravam como relevante a criação da Vila de Campanha, pois consideravam para a elevação o crescimento de sua população, que já ultrapassava os oito mil habitantes, e também o desenvolvimento econômico da região. Os moradores também reclamavam que a distância da Vila de São João Del Rei era de 35 léguas e isso os causava diversos incômodos e problemas.

Em resposta à petição dos moradores de Campanha do Rio Verde, a rainha solicitou informações por escrito da Câmara de São João Del Rei. Esta atendeu ao pedido, mas se posicionou contrariamente à reivindicação, argumentando que, como era antigo o desejo dos moradores, eles estariam usando de pretextos para conseguir a elevação. A Vila ainda salientou que a rainha já havia conferido toda a jurisdição para o julgado criado em tal freguesia, e ainda adverte que, caso seja feita uma câmara, esta seria ocupada por uma péssima qualidade de moradores, justificando que “*os moradores daquele lugar [eram] a maior parte mulatos, escravos e mestiços*” e não seriam “*homens de nascimento e conceito*” para atingir um cargo de juiz ou vereador. Além de reclamar da estrutura civil, ainda expuseram que lá não havia igreja decente. (VALLADÃO 1937, p 152)

“Eles são dignos mais de castigo do que de graças: a vizinhança em que estão da Capitania de São Paulo, a facilidade da passagem, ou para a cidade do Rio de Janeiro, ou para a Praça de Santos, a comunicação de tantas estradas, e a multidão de tantos atalhos, são as causas que ajudam o extravio: São aqueles moradores pérfidos, vingativos, e malfeitores: Uma Câmara composta destes espíritos senão todos de alguns ao menos, não pode fazer boa governança; porque ainda que as Leis sejam as mesmas, contudo a sua boa ou má execução pende muito da mão que as maneja e dirige, e ordinariamente os homens pervertem pelas suas paixões, o bom uso que devem fazer das coisas mais úteis e necessárias.” (VALLADÃO, 1737, p. 152)

A recusa da Vila de São João del Rei tinha como principal motivo a perda de um vasto território, já que o requerimento para compor o Termo de Campanha abrangeria dez freguesias, os arraiais de Lavras do Funil, Baependi, Pouso Alto, Santana do Sapucaí, Camanducaia, Ouro Fino, Itajubá, Cabo Verde e Jacuí. A Vila de São João del Rei estava ainda sofrendo as perdas que tivera com a constituição das Vilas de Queluz, Tamanduá e Barbacena. Dona Maria I quis ouvir não só a Câmara de São João del Rei, mas também o ouvidor. Este, por sua vez, se posicionou a favor da criação da Vila, argumentando que a Freguesia reunia as condições necessárias para ser elevada. No entanto, considerava abusivo o pedido quanto à definição de seus limites. (VALLADÃO, 1937, p. 153)

De qualquer, não houve como contornar a situação e, por alvará de 20 de outubro de 1798, a rainha D. Maria I concede o título de vila ao arraial, mesmo sob protestos da Câmara de São João del Rei, nomeando-a de Vila da Campanha da Princesa. O auto de declaração da criação da vila ocorreria um ano mais tarde, a 26 de dezembro de 1799.

“Eu, a rainha: faço saber aos que este Meu Alvará virem: Que sendo ME presente em Consulta do Conselho Ultramarino o muito que se tem argumentado o Arraial da Campanha do Rio Verde, Comarca do Rio das Mortes, que pelo crescido numero de seus habitantes e de outros mais lugares, que povoão a vasta extensão do seu Districto, se tem feito tão considerável que lhe huma das Povoações mais importantes da Capitania de Minas Gerais, e que por estar situada em longa distancia da Villa de São João Del Rei, Cabeça da dita Comarca, compreendo alguns Lugares distantes da mesma mais de cem léguas, padecião aos seus moradores gravíssimos prejuízos, e incômodos na decisão de seus pleitos, pela dificuldade do recurso ao Ouvidor da referida comarca” (...) (VALLADÃO, 1937, p. 157)

No alvará, a Rainha atende pela ereção da vila, os moradores de Campanha foram precisos em relação à sua delimitação, contudo o Alvará que a criou foi impreciso em relação aos limites do termo. A demarcação deveria ser feita com a aprovação do Governador e “em benefício público compreender os lugares que ficam mais próximos à mesma Vila, do que as outras confinantes, que para este fim serão ouvidas”. (VALLADÃO, 1937, p. 188)

Para os moradores de Campanha, o seu termo seria descrito nesta passagem:

“...suplicantes mercê de lhes crear em Villa a dita Povoação, ou Arraial da Campanha do Rio Verde, assignando-lhe seu respectivo termo pelo Rio de Capivary, onde este faz barra no Rio Grande, correndo Rio acima até onde o dito Capivary avizinha á serra os Carrancas, e d’ahi á ponte desta, onde lhe chamão Saco, e d’ahi pelo Cume da dita Serra, até onde esta mais se avizinha do Rio Juruoca, seguindo este Rio até a Serra da Mantiqueira, e da Barra do Capivary correndo Rio Grande de abaixo, até entrar no Rio Sapocahy, e por este ate onde faz divisão com a Capinatia, e Comarca de São Paulo, por ser este o termo, e a

divisão do Termo das Vilas de São João, e São José, cujo terreno e termo assim confinando compreende muito considerável extensão, visando a ficar a respectiva Villa (...)" (VALLADÃO, 1937, p.149)

Esta delimitação do termo continua em disputa com a Câmara de São João del Rei, por esta não concordar com a perda das freguesias de Lavras do Funil, Baependi e Pouso Alto. O então Governador da Capitania, Bernardo José de Lorena, foi sensível aos argumentos da Câmara de São João Del Rei e considerou que a mesma estava perdendo território e ficaria em extrema pobreza, e defende que a Freguesia de Lavras do Funil permanecesse ao termo da Vila de São João del Rei.

O fato é que os moradores de Campanha tiveram a iniciativa de enviar um terço dos impostos arrecadados na Vila para o Erário Régio, o que despertou a simpatia do Príncipe Regente, que ordenou, em 1801, que se suspendesse "toda a divisão do território que Vossas Mercês se queixão e que pusesse logo tudo no seu anterior estado". Isto passou a significar, para a Vila de Campanha, a posse do vasto território que hoje denominamos Sul de Minas. (ARAÚJO, 2008, p.137-8)

Não podia falhar o argumento dos "Alfinetes da Princeza". E não tardou que fosse expedida para a Câmara da Campanha a seguinte Real Carta de Aviso:

"Levei á Real Presença do Principe Nosso Senhor a Representação que Vossas Mercês fizeram com data de 7 de Junho do ano próximo passado, e ao mesmo Senhor tendo presente o generoso oferecimento que esta Camara fez da terça parte das suas rendas para o cofre de sua alteza Real a Princeza Nossa Senhora merecendo Vossas Mercês por esse motivo um justa e particular contemplação por parte do Príncipe Regente Nosso Senhor. Foi Sua Alteza Real servido Ordenar ao Governador Capitão General dessa Capitania, por Aviso de 8 de janeiro próximo passado, que suspendesse toda a divisão do território de que Vossas Mêrces se queixam e que puzesse logo tudo no seu anterior Estado. Deus Guarde Vossas Mercês..." (VALLADÃO, 1937, p. 196-197)



Figura 24: Mapa do termo da Vila de Campanha da Princesa. Em amarelo o termo da Freguesia de Lavras do Funil que estava em disputa entre as vilas de Campanha da Princesa e de São João del Rei. Em azul os rios Pardo, Sapucaí e Grande. Em marrom a Serra da Mantiqueira.<sup>11</sup>

Fonte: Arquivo Público Mineiro, com o título de SC-003, manipulado pela autora.

O Juiz de fora da Vila de Campanha da Princesa, uma década após a determinação do termo da Vila, solicita a criação de uma nova comarca, circunscrevendo o termo da Vila de Campanha da Princesa. Ele utilizava quase que os mesmos argumentos para a criação desta, como o crescimento da população e a ânsia de uma melhor administração da justiça, devido à distância de mais de trinta léguas da vila de São João del Rei. Considerava justa a criação de uma comarca, devido à perda de território com a elevação,

<sup>11</sup> A hipótese que levantamos sobre esse mapa é a de que ele talvez tenha sido confeccionado para estudar o território da freguesia de Lavras do Funil, que estava em disputa entre as Vilas de Campanha e de São João del Rei.

em 1814, de Santa Maria de Baependi e São Carlos do Jacuí. E com a criação da comarca, o Juiz poderia preservar a vila e o termo sem prejuízo.

Por fim, no ano de 1833, a Vila de Campanha, que pertencia à Comarca do Rio das Mortes, passou a pertencer à Comarca do Sapucaí, junto com mais oito termos: Aiuruoca, Baependi, Barbacena, Queluz, São José del Rei, São João del Rei, São Bento do Tamanduá e São Carlos do Jacuí. Em 30 de junho deste mesmo ano seriam criadas as Comarcas do Rio Paraibuna, que agrupava as vilas de Barbacena e Baependi. A Comarca do Sapucaí tinha, segundo a vontade do Juiz, a Vila de Campanha da Princesa como cabeça e os termos das vilas de Jacuí e Pouso Alegre.

Vila	Elevação à Vila	Desmembramento	Nome anterior a elevação	Nome Atual
Vila de São João del Rei	1713	Vila Rica	Arraial Novo Rio das Mortes	São João del Rei
Vila de São José del Rei	1718	Vila de São João Del Rei	Arraial Velho de Santo Antônio	Tiradentes
Vila de Tamanduá	1790	Vila de São José Del Rei	Arraial de São Bento	Itapecerica
Vila Real de Queluz	1791	Vila de São João del Rei	Arraial de Nossa Senhora dos Carijós	Conselheiro Lafaiete
Vila de Barbacena	1791	Vila de São José del Rei e São João del Rei	Arraial da Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo	Barbacena
Vila de Campanha da Princesa	1798	Vila de São João del Rei	Santo Antônio do Vale da Piedade do Rio Verde ou Campanha do Rio Verde	Campanha
Vila de Santa Maria de Baependi	1814	Vila de Campanha da Princesa	Arraial de Santa Maria de Baependy	Baependi
Vila de São Carlos do Jacuí	1814	Vila de Campanha da Princesa	São Pedro de Alcântara do Jacuhy	Jacuí

Aiuruoca	1834	Vila de Santa Maria de Baependi	Aiuruoca	Aiuruoca
----------	------	---------------------------------	----------	----------

Tabela 4: Situação da comarca do Rio das mortes antes da divisão para a comarca de Sapucaí.

Fonte: IBGE.

O início do século XIX começa para o Brasil com grandes mudanças. Entre elas, a de maior destaque foi certamente a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em finais de 1807, modificando sensivelmente a vida da sociedade colonial brasileira, impondo novos hábitos e comportamentos, bem como implicando mudanças políticas e econômicas profundas. Grande foi também o impacto desta notícia sobre os povos do Brasil. (ARAÚJO, 2008, p. 140)

Em Campanha, a notícia foi recebida com grande demonstração de alegria pública. Divulgada a notícia, “e com ela estavam todos os moradores tão alvoroçados de alegria que senão ouviram nas casas e nas ruas senão estas vozes — Graças a Deus que já temos no Brasil o Real Príncipe Nosso Senhor e Pai que será sempre o Nosso Augusto Imperador”. Segundo Valladão (1937), não se mediram ofertas da Campanha pela chegada de D. João VI, tropas desciam para o Rio de Janeiro para ver a chegada da corte.

Valladão reescreve uma representação da Câmara dizendo:

“Dizem os Nobres Cidadãos da Villa da Campanha da Princesa que nesta ocasião em que se faz publica a Notícia da imensa felicidade e gloria nunca esperada, que tem o Estado do Brasil com a ditosa Vinda de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor o Melhor dos Soberanos do Mundo, e o Primeiro que vem honrar este Mundo da America, e que todos desta Villa até o mais pequenos com a maior alegria estão já aclamando, Augusto Imperador do Occidente de todo o Brasil...” (VALLADÃO, 1937, p. 205)

Os moradores se organizaram de modo que, em fevereiro de 1808, já haviam conseguido reunir 730 cabeças de gado, 250 capados e outros gêneros. O toucinho era levado no lombo de burros, como era hábito neste tipo de comércio, encaminharam também 200 cabeças de gado a cada viagem. A tropa, formada por 30 bestas muares e 50 cavalos ferrados, seria conduzida pelo Tenente de Milícias Joaquim Inácio Vilas Boas da Gama e dois soldados do destacamento, acompanhados de um ferrador e vários pedestres. (ARAÚJO, 2008, p. 141)

Essas generosas contribuições ofertadas pela vila de Campanha da Princesa são mostra da potencialidade do sul de Minas no século XIX. A região configurava-se como uma região economicamente diversificada, contando com uma emergente elite econômica, procedente principalmente do sul de Minas e ligada às atividades mercantis de subsistência. Isso permitiu que se tornassem, a partir de então, o principal grupo abastecedor do mercado do Rio de Janeiro, cujos interesses econômicos progressivamente permitiram também a reconfiguração de interesses políticos. (ARAÚJO, 2008, p. 149)

Para entender a criação da comarca do Sapucaí é preciso entender que o Estado brasileiro, a partir da Independência em 1822, levou muito tempo para colocar em pleno funcionamento a máquina burocrática. Uma importante engrenagem dessa máquina foi o Poder Judiciário. As complexas e diversas funções atribuídas aos juizes de paz, a inserção do Júri, a indicação de magistrados pelas Câmaras são características que acabaram fortalecendo a justiça leiga e eletiva, visto que esse grupo ficou, praticamente, inacessível à administração central. Além disso, para levar a justiça ao sertão, a Coroa teve de lutar com a poderosa combinação entre a distância das sedes tradicionais do poder judiciário e os altos estímulos à corrupção oferecidos aos magistrados, além das grandes distancias das povoações até as sedes das comarcas. (SODRÉ, 2015, p. 2)

“...ao chegar o século XIX, a capitania de Minas estava composta por quatro comarcas. Antes da Independência, foram criadas mais duas: em 1815, a de Paracatu e, em 1820, a do Rio São Francisco. Essa configuração seria alterada com a execução do Código do Processo que determinava que a divisão dos distritos fosse competência das Câmaras Municipais (Art. 2) e os Conselhos Gerais de Província fariam “a nova divisão de Termos, e Comarcas proporcionada, quanto for possível, a concentração, dispersão, e necessidade dos habitantes, pondo logo em execução essa divisão” (Art. 3). Em Minas Gerais, a execução desse dispositivo começou na sessão do Conselho Geral de 18 de março de 1833. Naquela ocasião, a divisão judiciária foi redefinida, bem como foram nomeados juizes de direito para as comarcas que passaram a ser nove, visto que três novas foram criadas naquela sessão: Rio Sapucaí, Rio Paraibuna e Rio Jequitinhonha a província passou a ter a seguinte configuração:”

<b>Comarcas</b>	<b>Termos</b>
Ouro Preto	Ouro Preto, Mariana e Queluz
Rio das Mortes	S. João; S. José, Lavras e Tamanduá
Rio das Velhas	Sabará, Caeté e Pitangui
Serro Frio	Vila do Príncipe, Tejuco e Curvelo
Rio Paracatu	Paracatu, Araxá e Desemboque
Rio São Francisco	Formigas, São Romão do Salgado e Barra do Rio das Velhas
Rio Sapucaí	Campanha, Jacuí e Pouso Alegre
Rio Paraibuna	Barbacena, Baependi e Pomba
Rio Jequitinhonha	Minas Novas e Rio Pardo

Fonte: Arquivo Nacional. IJ<sup>1</sup>763, 31/3/1833<sup>3</sup>

Tabela 5: Divisão judiciária da província de Minas Gerais após 1833.

Fonte: Elaine Leonara de Vargas Sodré (2015).

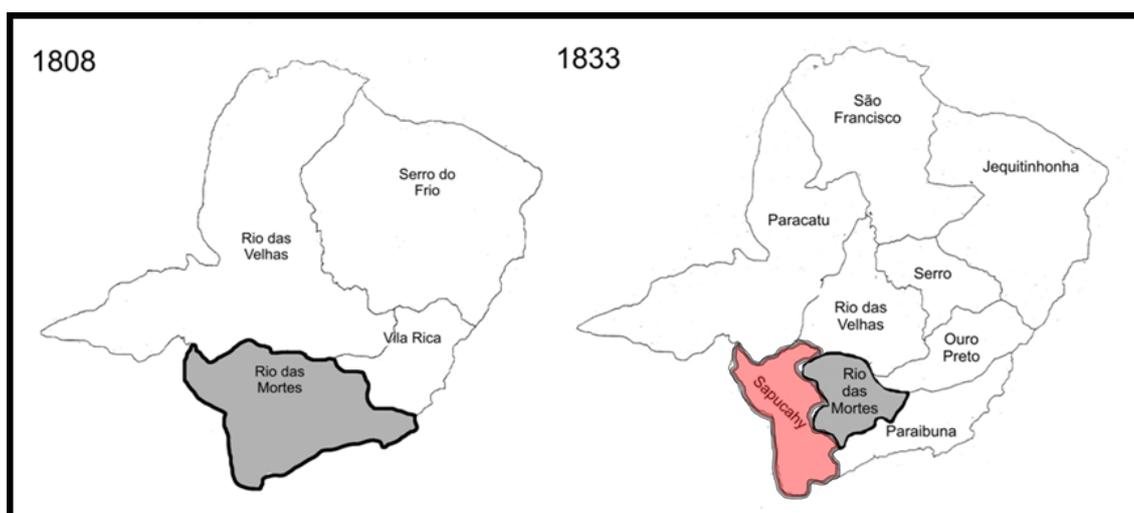


Figura 25: Limites das Comarcas de Minas Gerais até 1833.

Fonte: COSTA, 2013, p. 35 APUD BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru (SP), EDUSC, 2004, p.37 e p.39.

## 2.5 Desmembramentos do Termo da Vila da Campanha da Princesa

“Ficaria, afinal, a Villa de Campanha, graças á competência, e argucia, do Juiz de Fóra, secundado pelos Vereadores, com aquelle Termo vastíssimo limitado por todo o Rio Grande, maior do que o primitivamente em vista, na Supplica dirigida á Rainha, cujas lindes começavam pelo Rio Capivary. Território de um Estado, o desse Termo, dentro do qual se apresentam, hoje os sessenta e seis (66) municípios Mineiros...E constituídos, para a gloria da Campanha, todos esses municípios florescentes, de ella foi a verdadeira Alma Mater.” (VALLADÃO,1937, p. 197-198)

Até o presente livro de Alfredo Valadão, de 1936, o termo da Vila de Campanha se dividiu em 66 municípios, que hoje são parte da região chamada Sul de Minas. Na tabela a seguir, através dos dados do Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais, de Waldemar de Almeida Barbosa, montamos de forma esquemática e mais compreensível as datas de elevação de capela, registro, freguesia, vila e cidade.

Na tabela (ver Anexo 1) montada através de dados cruzados dos estudos de Waldemar de Almeida Barbosa (1995) e os dados do IBGE sobre o histórico dos municípios mineiros, podemos observar que não é tão simples e sistemático o processo de elevações dos municípios. Cada um apresenta uma particularidade histórica que demandaria um olhar cuidadoso para cada etapa de sua história. Procuramos, da forma mais simples e objetiva possível, através dessa tabela, entender o gatilho que impulsionou a criação de cada povoado. Podemos ver que a maioria nasce de uma doação de fazendeiros para elevação de uma capela, porém, tantos outros nascem da exploração de mineiros ou das guardas e registros. Outros ainda nascem de quilombos e até mesmo pelas águas termais. Essa tabela demandaria um estudo mais aprofundado que, infelizmente, deixamos para um próximo trabalho.

Alguns dados que Valladão (1937) traz são interessantes para a presente pesquisa. Depois de 1814, com a perda do termo da Vila da Campanha da Princesa para a Vila de Jacuí, trabalhavam na época 424 escravos, produzindo 10.980 oitavas (note-se que esta importância representa,

com pequena diferença, a vigésima parte da produção total da Capitania, que montava a 220.449 oitavas). A maior produção era dos subúrbios da própria Vila, 3910 oitavas, seguindo-se a do Arraial de São Gonçalo, 1946 oitavas, a de Santa Luzia, 1706, Santana do Sapucaí, 1612, Ouro Falla, 1248, Rio Verde, 451, Ouro Fino, 68 e Itajubá, 53.

Nesta época (1814) trabalhavam nas minas de toda a Capitania de Minas Gerais 6.496 escravos. Em ofício do Ouvidor Cipriano que mencionamos no começo desse item, havia em 1737 quase sete mil escravos. Podendo-se imaginar, assim, a riqueza com que foi erguida a Vila.

Quando o Termo de Campanha começa a ser desmembrado é preciso exaltar que já não era mais o ouro a exclusiva riqueza, a agricultura e a pecuária começavam a se desenvolver com o excelente solo. Além disso, havia um progresso material no comércio, como já mencionamos.

O desmembramento que mais nos interessa nesta pesquisa é o de Jacuí, pois em seu termo se situam as fazendas que iremos estudar no próximo capítulo. Nelas, podemos notar a força agropastoril que a Capitania de Minas possuía.

Em resumo aos assuntos citados anteriormente, a Comarca do Rio das Mortes era detentora do antigo arraial de Santo Antônio Do Vale da Piedade da Campanha do Rio Verde, freguesia desde o ano de 1752. Pela distância da sede da comarca, São João del Rei conseguiu, em junho de 1785, um juiz ordinário com autoridade civil e criminal. Em 24 de setembro de 1795, os moradores de Campanha pleitearam a ereção da freguesia em Vila, sendo seu limite entendido como: correndo o Rio Grande, abaixo no Rio Sapucaí e por este até onde se faz divisão com a comarca de São Paulo.

A petição então foi atendida por ordem regia em 25 de abril de 1799 e deu-se a nomeação de um Juiz de Fora, com incumbência de instalar a Vila e demarcar os limites do termo. A este termo da Campanha passaram a pertencer as seguintes freguesias: Pouso Alto, Baependi, Campanha, Santana do Sapucaí (Silvanópolis), Itajubá, Ouro fino, Camanducaia, Cabo Verde, Jacuí e Lavras do Funil. Em 10 de maio de 1800, o governador Bernardo José de Lorena aprovou, com restrições, as divisas acordadas entre Campanha e São João del Rei, como também citamos anteriormente.

Em 1802, a câmara de Campanha, com o intuito de manter seus extensos domínios, mostrava ao governo mineiro qual era o caminho certo em questão de limites entre as capitânicas de São Paulo e Minas Gerais. E para o controle nomeou os registros de passagens, que seriam barreiras situadas próximas às zonas limítrofes, que estavam sob a jurisdição da Vila de Campanha e que tinham, para todas, as mesmas ordens para o registro de passagem de gêneros alimentícios, gado, fumo, suínos, cavalos e ouro.

Nos registros ficavam os cobradores da Real Fazenda. Eles eram os seguintes:

- 1- Registro do Jacuí, a 35 léguas de Campanha.
- 2- Registro das Caldas, a 34 léguas de Campanha.
- 3- Registro de Toledo, a 30 léguas de Campanha.
- 4- Registro de Jaguarí (Camanducaia), a 30 léguas de Campanha.
- 5- Registro de Itajubá, a 20 léguas de Campanha.
- 6- Registro da Mantiqueira, a 20 léguas de Campanha.
- 7- Registro do Rio Pardo, a 34 léguas de Campanha.

Este último registro situava-se entre Caconde e Cabo Verde à Barra do São Matheus.

Os primeiros povoados a se desmembrarem de Campanha foram: Santa Maria do Baependi e São Carlos do Jacuí, no ano de 1814. A freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Cabo Verde passou, do termo da Campanha, para a jurisdição do Termo da Vila de Jacuí. Depois dessa data, outras vilas se desmembraram de Campanha, como é o caso de: Pouso Alegre, Lavras, São Gonçalo do Sapucaí e Três Corações.

O termo da Vila de São Carlos do Jacuí compreendia a freguesia de Cabo Verde desde sua elevação, em 1814. Porém, em 1839, com a elevação da Vila de Caldas, Cabo Verde passa a pertencer ao seu termo. Em 1840 a Comarca do Sapucaí, com sede em Campanha, possuía os termos das vilas de Jacuí, Pouso Alegre, Caldas e Jaguarí (Camanducaia).

Em 1846 Cabo Verde é elevada a Vila, o que transfere a sede da Vila de Caldas para a povoação de Cabo Verde. No entanto, em 1849, a Vila de Caldas é restaurada, compreendendo as freguesias de Caldas, Campestre e Alfenas. Mas em 1850 cria-se a comarca de Três Pontas, que compunha os termos de Três Pontas, Jacuí, Cabo Verde e Passos. Em 1853 Caldas volta a ser parte da comarca do Sapucaí, que ficou constituída dos Termos de Pouso Alegre, Itajubá, Jaguarí e Caldas. A Vila de Caldas então é elevada à categoria de Cidade em 1859, e Cabo Verde passa a pertencente ao seu termo novamente.

Cabo Verde só volta à condição de Vila em 1866, a qual era formada por Cabo Verde, São José da Boa Vista (Muzambinho), pelas antigas divisas das capelas de São José dos Botelhos e Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista (Divisa Nova). A instalação da Vila se deu em abril de 1867 e, em outubro de 1870, é criada a comarca de Cabo Verde. No período de 1870, a Província de Minas Gerais fica composta de vinte e cinco comarcas. Outra transformação se deu em 1874, quando Caldas é denominada Comarca e passa a compreender o termo de Cabo Verde novamente. A restauração da comarca de Cabo Verde só acontece em 1891.

Toda a povoação que ficava ao Norte de Ouro Fino e Santana do Sapucaí era oficialmente desconhecida. Um sertão ainda não desbravado. Só em 1755 Pedro Franco Quaresma descobre ouro na região de São Carlos do Jacuí, cuja posse é tomada pela Câmara de Jundiáí. Em 1761 houve também a descoberta de ouro em novas minas vulgarmente chamadas de Desemboque. A fundação do povoado de Cabo Verde é do ano seguinte 1762, conforme afirmação de José de Araújo Ferras, Alferes das Ordenanças de Mogi Mirim e juiz da demarcação de terras. Essa confirmação oficial só vem à luz em 1820, quando o Sargento Mor Dias Pacheco escreve: (CARVALHO, 1998, p. 30)

“Lembro-me do arraial de Jacuí, hoje Vila, em 1756 foi descoberto pelo capitão Pedro Franco Quaresma, vindo do arraial do Ressayacatú, e deu manifesto da sua obediência a esta capital. Em 1762, foi descoberta a freguesia do Cabo Verde, pelo capitão Verissimo João de Carvalho, indo da freguesia do Ouro Fino, e deu obediência a esta mesma Capitania: e assim se começou aquelas duas Freguesias, bem como a do Ouro Fino e Santana do Sapucaí, quando em 1764, veio Exmo. Sr. Dom Luis Diogo Lobo da Silva, Governador, Capitão General de Minas Gerais; e em pessoa tomou posse, de todas estas Freguesias; assim no foro secular como no eclesiástico; por vir com o Vigário Geral; porém no foro eclesiástico persistiu poucos anos, porque logo ficou divisado pelo Rio Sapucaí, a antiquíssima divisa, por onde o governou o Ilmo. e Exmo. Sr. Dom Luiz de Mascarenhas ou Gomes Freire de Andrade por parte de Minas Gerais...(20 de julho de 1820)” (CARVALHO, 1998, p. 30)

Como foi estudado nos capítulos anteriores, em todo “descoberto” que tivesse uma esperança de uma longa duração de ocupação, era construída uma capela. O Bispo de São Paulo, D. Frei Antônio de Madre de Seus Galvão, ordena o vigário de Ouro Fino, Padre Agostinho Machado, a fundar tal capela, no ano de 1762.

A ocupação inicialmente se deu desordenadamente, mas com grande importância, devido ao ouro. A imigração intensa vinha principalmente da população de Ouro Fino, Santana do Sapucaí e Jacuí, através de picadas abertas em mata fechada. Logo surgiam pessoas vindas de outras várias localidades, como Aiuruoca, Baependi, Taubaté, Pindamonhangaba, São

Paulo, São João do Atibaia, São João del Rei, Sabará e até os negros vindos de Cabo Verde. É desconhecido, segundo Carvalho (1998), o ano do auto da criação da paróquia, mas, em outubro de 1764, o vigário de Ouro Fino, Joaquim Pedroso de Almeida, já estava em Cabo Verde.

Dois anos depois da descoberta e fundação do povoado, a região era governada, no civil, por Minas Gerais e, no eclesiástico, pela diocese de São Paulo. Por Longos anos permaneceria intacta a grande freguesia de Nossa Senhora as Assunção de Cabo Verde. O crescimento da população rural iria exigir, mais tarde, a criação de novas capelas, que se transformariam em paróquias. A grande região a oeste do Rio Sapucaí ficaria sobre governo eclesial da diocese de São Paulo até o ano de 1900, quando foi criada a primeira diocese sul-mineira, em Pouso Alegre. (CARVALHO, 1998, p. 44)

Finalizando a descrição dessas fazes de desmembramentos, passaremos para o próximo capítulo estudando as atividades agropastoris na microrregião de Cabo Verde e Botelhos. Nosso estudo de caso é voltado para a fazenda do Barreiro, onde estudaremos melhor sua história e a contribuição dessas pequenas povoações, no contexto geral do sul da capitania de Minas Gerais.

## **Capítulo 3: O rural das Minas Gerais - meados XVIII até começo do século XX**

“Minas, são muitas. Porém, poucos são aqueles que conhecem as mil faces das Gerais.”

Guimarães Rosa

### **3.1 Introdução à ruralidade no sul da capitania de Minas Gerais**

A história da cultura de Minas Gerais, como vimos nos capítulos anteriores, apareceu de repente. De uma hora para outra, milhares de portugueses se arriscaram a adentrar e criar laços com essas terras. Ao mesmo tempo, muitos outros milhares de negros escravos chegaram da costa africana, todos descobridores de ouro. Surgiu então uma nova sociedade, formada por brancos, mulatos e negros, regidos, sobretudo, por decisões governamentais e posturas religiosas. Esse novo grupo social, composto por brancos, negros e pardos, convivia e se relacionava frente a frente, por entre as montanhas que choram com seus córregos, ribeirões e rios, repletos de areias de ouro e um rico solo. Mesmo a cultura branca prevalecendo sobre as outras por muitos anos, nasceu nesta miscelânea de trocas uma cultura particular e peculiar, a mineira.

Neste capítulo, nosso olhar se volta para o extremo sul da capitania mineira. Vimos que esse território era parte da comarca do Rio das Mortes, que, no final do século XVIII, já estava bem estabelecida e desenhada. Observando os mapas do final do século XVIII e início do XIX, notamos um entrelaçamento de caminhos. Por esses caminhos, citados por Helena Martins, passavam numerosos viajantes.

“Todos esses caminhos eram desertos, áridos, perigosos e variantes, sujeitos a assaltos e piratarías. Os meios de transporte eram tropas de burro, carros de bois, comboios e liteiras conduzidas por escravos ou por animais, sendo comuns os percursos a pé. Foram instalados ranchos de tropeiros ou pousadas, que além de dar abrigo a viajantes, tornaram-se também postos de abastecimento, de negócios e de produção de algum

alimento, podendo ser considerados como precursores das fazendas.” (MARTINS, Helena Teixeira: Sedes de fazendas mineiras. Campos das Vertentes. Séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998. p.34. *apud* CRUZ, 2010, p. 31)

Segundo Cruz (2010), a distância percorrida em um dia não passava de seis léguas, sendo comuns percursos menores em regiões montanhosas, que é o caso do sul de Minas. Este fator geográfico pode ser a explicação para a densidade da ocupação na região e o surgimento de pequenos núcleos. A distância de seis léguas, que os viajantes conseguiam percorrer em um dia, obrigava que parassem em pousos, fazendas, vendas, registros ou Vilas. Podemos ver, na figura 1, este entrelaçamento de caminhos e as povoações que eles conectam.

“Pelo ou menos a cada quatro léguas se encontrava uma venda, um rancho, assinalam os viajantes (...). Observa-se, não raro, um caráter de complementaridade entre fazenda, rancho, venda, pastagens, postos em serviços de modo integrado.”(LENHARO, Alcir. As tropas da moderação. O abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808 – 1842. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura, 1993. P. 62-63 *apud* CRUZ, 2010, p. 33)

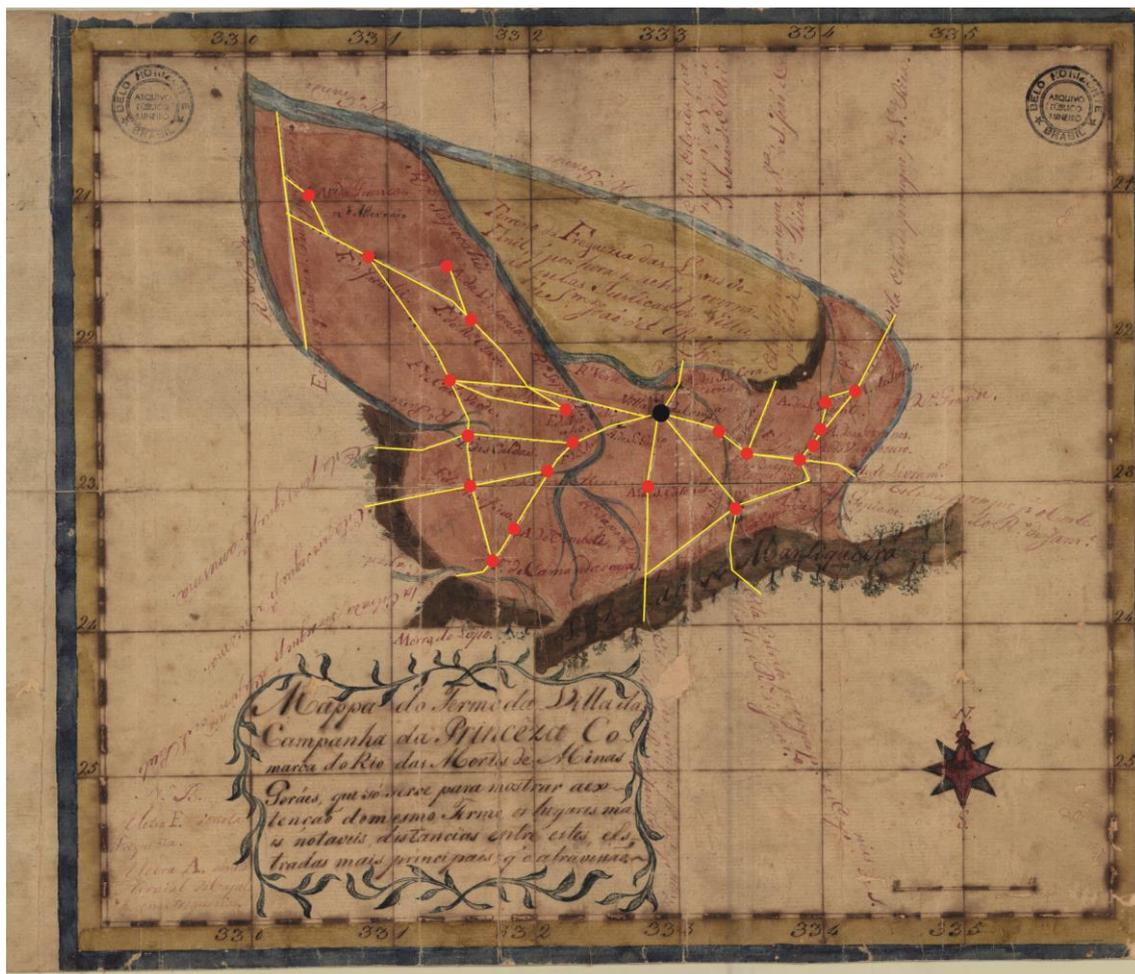


Figura26: Mapa do termo da Vila de Campanha da Princesa, em destaque os caminhos que em suas terras continham e os núcleos que esses conectavam. Em preto se vê a cede da Vila.

Fonte: Arquivo Público Mineiro, título “Mapa do termo da Vila da Campanha da Princêza, comarca do Rio das Mortes” ( SC – 003) data provável 1800.

É comum, segundo Cruz (2010), o fato de antigos mineradores terem se tornado agricultores, ou de a relação entre mineração e atividade agropastoril ser sobreposta. Porém, neste capítulo, analisamos a história de algumas fazendas das quais o proprietário seria um português vindo diretamente de Portugal, ou das Ilhas, para a região do Sul de Minas, sem que tivesse a necessidade de passar ou agir na região mineradora. Geralmente, esses imigrantes portugueses, recém-chegados, do fim do século XVIII ou meados do

século XIX, casavam-se com uma mulher branca da terra, também de origem portuguesa, segundo afirma Lemos (citado por CICERO, 2010), que diz:

“Alias, quando falamos de mineiros, é certo que nos referimos também a portugueses, porque na verdade todo mineiro era necessariamente um reinol de formação, pois por essa época havia no máximo uma terceira geração de desentende imigrados de Portugal.” (LEMOS, Carlos A. C. Casa Paulista. São Paulo: Edusp, 1999. p. 76 *apud* CRUZ, 2010, p.333)

A corrente migratória talvez tenha contribuído para a diferenciação das fazendas do Sul de Minas das fazendas de outras partes da capitania, especialmente pelo fato de que os mestres construtores eram, em sua maioria, também portugueses. A produção destas fazendas, conforme sustentado durante muito tempo pela historiografia, era voltada em sua maioria para a exportação e usava mão de obra escrava, estando ligada à monocultura. Analisando os casos estudados neste capítulo, percebemos que estas grandes propriedades possuíam sim mão de obra escrava, mas produziam uma vasta gama de gêneros, destinados ao consumo e também à exportação. As fazendas do Sul de Minas foram uma exceção no cenário nacional, como observou Cruz (2010).

As Fazendas e os fazendeiros que vamos estudar produziam todo tipo de gêneros alimentícios e de abastecimento, que atendiam tanto o mercado regional quanto o mercado de exportação, primeiramente através do porto do Rio de Janeiro e, depois, com a vinda da estrada férrea, através de Santos. Seus proprietários constituíam uma camada que não poderia ser classificada de agricultores, cafeeiros, senhores de engenho, usineiros, nem mesmo de fazendeiros. A melhor meio para defini-los seria de negociadores, proprietários de grandes terras. O termo “proprietário” também envolve a propriedade de escravos, gados, mulas e principalmente de negócios.

Segundo Cruz (2010), as fazendas do Sul de Minas e seus proprietários se orgulhavam de depender somente do sal e do querosene. As fazendas constituíam assim uma forma de ocupação do sertão que transformava-o em território, como citamos anteriormente. E elas eram meios de produção de artigos específicos e não monoculturais. Os produtos eram vários e variavam conforme a necessidade de cada período histórico e a demanda. À medida que as famílias iam crescendo, aumentava a necessidade de procurar mais e mais terras.

No primeiro momento desta ocupação agropastoril, a principal atividade era a agropecuária, já que era uma maneira rápida de penetração e ocupação do território, selecionando preferencialmente áreas de topografia suave nos campos de altitude. Nos recenseamentos do segundo império, estudados por Cruz (2010), há registros de criação de gado vacum, que são os animais ruminantes, cavalos, suínos e ovinos, em larga escala. Dos gados, eram exportados principalmente a carne, o toucinho, o queijo e a sola. Estes eram levados ao Rio de Janeiro em forma de “gado em pé”, e lá eram abatidos.

Quando os proprietários se fixavam nas terras, eles produziam todo tipo de alimento, tanto para as necessidades domésticas quanto para exportação. Os principais gêneros eram a cana de açúcar, destinada à produção de rapadura, pinga e açúcar para os doces. Era produzido também o milho para se fazer a farinha e o fubá nos moinhos e monjolos. As sobras alimentavam os animais. O café era para o consumo e exportação, arroz e feijão para o consumo, fumo também para consumo e exportação. Além desta gama de produtos, eram também produzidas hortaliças e frutas, que não se comercializavam em grande escala, mas apenas nas vendas onde os viajantes se instalavam.

O fumo, segundo Cruz (2010) teve grande importância no Sul de Minas, sendo famoso por sua qualidade. O leite e os queijos também tiveram grande significância por sua excelência, como ocorre até os dias de hoje.

Já o famoso café, que hoje muito caracteriza a produção do Sul de Minas, chega a partir de meados do século XIX, caracterizando a segunda fase da cafeicultura no Brasil. A primeira ocorrera no início do século XIX, no Vale do Paraíba, que teve caráter local, não somente de subsistência, mas que abastecia um mercado de comércio intraprovincial. Apenas algumas fazendas na Zona da Mata tiveram uma produção em grande escala neste período, como as propriedades da zona de Vassouras. (ABIC)

Esta segunda fase vem com a chegada do trem de ferro, que muda o caráter de produção, criando um cultivo em larga escala, voltado para a exportação. Algumas fazendas que vamos estudar tiveram que se adaptar à produção de café. Além de adaptação de infraestrutura, a forma de se fazer negócio também sofre mutação. A arquitetura das novas fazendas ganha formas construtivas trazidas pelos imigrantes italianos, que inovam com a produção de alvenaria de tijolo ou adobe.

Conforme já dissemos no capítulo anterior, a passagem do século XVIII para o século XIX estabelece um novo centro econômico da província, que também desloca o eixo econômico da região mineradora para a comarca do Rio das Mortes.

Na Europa, como explica Araújo (2008), a propriedade da terra era altamente concentrada e o agricultor típico era o arrendatário, cujo empreendimento comercial era médio e operado por mão-de-obra contratada. Pouco a pouco surgia, entre 1760-1830, uma classe de empresários agrícolas europeus, junto a um imenso proletariado rural. No Brasil, este caso muitas vezes se repetia, como no caso do português Bernardino Soares de Almeida Penso, que iremos analisar no próximo item, abordando sua história e seus negócios, principalmente a fazenda Barreiro, sede de seu vasto patrimônio.

A diversificação econômica cada vez mais visível e o desenvolvimento das atividades agropastoris no sul da Capitania de Minas Gerais continuariam para a formação de uma sociedade urbana pulverizada em pequenos núcleos. A sociedade mineira não era constituída somente por senhores e escravos, o povoamento urbano se dava através dos núcleos e suas plantações nas montanhas, e, embora os proprietários mais ricos mantivessem interesses tanto na mineração quanto na agricultura, as casas na cidade eram o porto para suas negociações com os comerciantes e viajantes que ali passavam.

No intervalo de um século, a configuração da Capitania se transformaria com grande rapidez, reestruturando sua economia e sua demografia, e promovendo, a partir das descobertas auríferas, a primeira articulação macro-regional do território brasileiro. Observamos assim uma dinâmica em que, ao longo do século XVIII, o urbano precederia o rural, que se conformaria a partir da força e dos desdobramentos da economia mineira. Por outro lado, nas primeiras décadas do século XIX, haveria uma progressiva organização do espaço rural, orientando o movimento de recomposição de áreas produtivas, a expansão de fronteiras agrícolas e mesmo a expansão urbana, que nesse momento, se processava em função das necessidades de articulação com o espaço rural. (ARAÚJO, 2008, p. 97)

Essas duas fases também podem ser definidas pela distinção que se fazia no entendimento espacial do território. Na primeira fase o território compreendia os espaços onde se localizava o ouro e se fixavam as primeiras Vilas. Já os locais onde ficavam as paragens ou os de difícil acesso, como já dissemos anteriormente, eram denominados de sertão. Na segunda fase, a partir da segunda metade do século XVIII, a produção agrícola da região sul possibilita o desenho de duas outras categorias, os “campos” e os “matos”. Estas duas categorias devem ser compreendidas em relação à formação dos caminhos que levavam para as minas. (ARAÚJO, 2008, p. 98)

Os “campos” representariam a região mais ao sul e a sudeste do território, inicialmente no caminho feito pelos paulistas, área dedicada à agricultura e à pecuária, e a região ao norte, ao longo dos rios São Francisco e das Velhas, onde constituem-se as principais áreas de criação de gado. Delimita-se a divisão pela própria paisagem natural entre os “campos” férteis e abertos ao sul do Rio Grande e as áreas fechadas dos “matos” a leste, na extensão da Serra da Mantiqueira até o pé da Serra do Mar, na capitania do

Rio de Janeiro. Esta era a paisagem que avistavam muitos dos viajantes que seguiam do Rio de Janeiro para Minas Gerais, através do Caminho Novo.

A escolha de um sítio para abertura de implantação de uma fazenda tinha como principal critério as condições que apresentava para moradia e cultivo. Os fatores que envolvem esta escolha são água, terra de qualidade, topografia, insolação e a presença de caminhos para o escoamento da produção. A disponibilidade de água é determinante para a implantação de uma fazenda. A água, na fazenda Barreiro, que iremos estudar, é utilizada como força motriz de engenhos e moinhos, além de garantir a sobrevivência de pessoas e animais, a irrigação de pomares, e, mais tarde, para tocar máquinas de beneficiar café.

“Os mineiros foram os primeiros a utilizar a água corrente nas moradias. Na frente da porta da casinha havia sempre uma bica d’água, trazida de longe em rego e que servia para uso doméstico; abaixo da bica continuava a correr o rego e, na parte mais baixa do terreno, sobre ele, construíam-se as comuas (latrinas)”. (VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura colonial mineira*, Revista Barroco. Belo Horizonte: UFMG, 1979. v. 10, p. 133 *apud* CRUZ, 2010, p.55)

A terra de boa qualidade é elemento básico para a criação de uma fazenda voltada para a produção de alimento e não apenas para extração de ouro. Por isso, a grande expansão em direção aos “campos do sul”. No primeiro momento, como mencionamos, a atividade pecuária preferiu a topografia suave e a vegetação natural dos campos. A expansão pecuária percorreu grandes extensões de terra, como os arredores de São João del-Rei, Aiuruoca e Baependi, até o triângulo mineiro e o nordeste paulista, ocupando as margens do rio Grande.

Já para a agricultura, as terras mais férteis eram as preferidas, mesmo que para isso fosse necessário a derrubada de matas. Os lugares montanhosos também foram sendo ocupados, como as serras do complexo da Mantiqueira e outras cadeias montanhosas, como as serras de Varginha, Carrancas e até Poços de Caldas.

Para entender melhor a serra da Mantiqueira, cabe salientar que ela nasce no extremo sul de Minas Gerais, na divisa com o estado de São Paulo, e segue em sentido leste-nordeste, servindo como divisa natural entre os dois estados, até a tríplice fronteira entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A serra também é o divisor das bacias do rio Paraíba do Sul e as bacias do Rio Sapucaí, Verde e Grande. A serra sempre serviu como forma de divisa das duas Capitanias. Do lado paulista, a serra cai abruptamente; do lado mineiro, a serra penetra no interior do território, e o relevo se desfaz mais lentamente em cadeias montanhosas menores. Ao longo dos rios, na parte

mineira, foram se estabelecendo povoados, vilas e fazendas, mas sempre em platôs intermediários, tanto que a maioria das sedes dos municípios do Sul de Minas está em cotas entre 800 a 1.000 metros de altitude.



Figura 27: Foto da serra da Mantiqueira extraída, mostrando grande acidente geográfico que divide os dois estados.

Fonte: Google Imagens



Figura 28: Imagem de uma paisagem acidentada típica do Sul de Minas Gerais.

### **3.2 O esgotamento das lavras e a inversão agrícola**

A ocupação econômica do espaço deu-se na arrancada aurífera, como já discutimos anteriormente. O grande contingente populacional que invadiu as Minas Gerais ocupou-se em fundar fazendas cujo objetivo primeiro era a extração do ouro. A produção de alimentos ocupava menor número de pessoas, o que significava menos produção, bastando apenas para o consumo da fazenda, vendendo o pouco que sobrava nas vilas e povoados. E por ser pequena a produção de alimentos, eles se tornaram extremamente caros na região das minas. Não raro um ciclo de fome se instalava nas vilas e arraiais. Foi aos poucos que a atividade agropecuária conquistou seu espaço, ampliou as propriedades e firmou-se como uma segunda fase da economia mineira, depois de 1773, quando a atividade mineradora, decadente, perdeu relevância.

A baixa produção do metal era um desestímulo à continuidade das minerações. Os fazendeiros mineradores passaram então a usar os escravos para erigir roças e lavouras. Ao lado das minerações escassas nasciam os engenhos de cana para a produção do açúcar, aguardente, melado e rapadura. Minas conseguia, na segunda metade do século XVIII, um certo grau de autossuficiência. O que se tornou mais expressivo na escassez do ouro foi a corrida para a alternativa agrária. Era o novo momento da economia de Minas. Segundo Carvalho (1998, p. 119), teve lugar o que se chamou de “inversão agrícola”. Muitos abandonaram as minas para continuar tentando encontrar a riqueza no fundo dos córregos e outros para fundar fazendas nos sertões de outras províncias. Ocorreu aí a corrida inversa. Segundo ele, da região sul mineira, famílias ou grupos partiam para novas experiências.

Ao ingressar o século XIX a mineração passa ao segundo plano e a agricultura sobrepõe-se às demais atividades. Minas, então, se torna uma província agrícola. Com grande potencial humano e terras férteis, o sul de Minas conquista uma grande vocação para a agricultura e a pecuária trazida de Portugal, Açores e Ilha da Madeira.

Esta inversão, ainda segundo Carvalho (1998), tem como consequência a passagem de Minas de um centro carente de produtos de primeira necessidade para um celeiro, do qual partiam bestas carregadas em direção aos mercados litorâneos, sobretudo para a Corte, no Rio de Janeiro. Da região de Cabo Verde partiam tropas de mulas carregadas de toucinho salgado em direção à Corte do Rio.

A principal característica dessas fazendas, neste período, era a diversificação da produção e a autossuficiência. Os produtos das fazendas eram trocados com comerciantes que traziam animais de São Paulo, e voltavam com algodão, tecidos e açúcar. O comércio doméstico consistia em cachaça, doces, queijos, milho, fubá, rapadura, entre outros. As mercadorias eram trocadas por outras, em dias de feira, em virtude da escassez de dinheiro.

A fabricação do queijo em Minas foi uma prática trazida pelos açorianos, que habitaram toda a região do Sul de Minas. Eles trouxeram também outros costumes alimentares, além dos derivados do leite, como a carne de porco em várias formas e os doces em compotas, que se tornaram característicos da cozinha sul mineira.

A manufatura têxtil também teve sua importância na região. Era permitida a confecção de tecidos rústicos de algodão e lã. A plantação de algodão e a criação de carneiros era um traço comum da paisagem da região estudada. Fornecia matéria prima para os teares domésticos, que existiam em praticamente todas as fazendas. Segundo Carvalho (1998, p. 120), em todas as casas, mesmo humildes, havia rocas para a produção do fio. Algumas possuíam teares, que produziam panos grosseiros para camisas, calças, toalhas, cobertas e mantas.

No inventário dos teares existentes na capitania de Minas Gerais, no ano de 1786, consta a lista dos teares de Cabo Verde:

**“Destrictos de Nossa Senhora da Conceição da Barra, e do Cabo Verde”**

<b>Nome</b>	<b>Tece por ano</b>
<b>Ignacio Moreira de Alvarenda</b>	<b>28 varas</b>
<b>Manoel de Oliveira Estoforte</b>	<b>32 varas</b>
<b>José Ferreira da Cunha</b>	<b>20 varas</b>
<b>Francisco Rodrigues de Oliveira</b>	<b>50 varas</b>
<b>João Pires da Cunha</b>	<b>52 varas</b>
<b>Manoel Ferreira de Melo</b>	<b>60 varas</b>
<b>José Joachim</b>	<b>24 varas</b>
<b>Domingos Ferreira</b>	<b>25 varas</b>
<b>Vicente Coelho da Costa</b>	<b>15 varas</b>
<b>Antônio da Cunha Leal</b>	<b>20 varas</b>
<b>Miguel Rodrigues do Cruzeiro</b>	<b>26 varas</b>
<b>D. Gertrudes de Moraes Freire</b>	<b>40 varas</b>
<b>D. Anna Maria de Araújo</b>	<b>40 varas</b>
<b>D. Maria Lemes</b>	<b>100 varas</b>
<b>Antônia Francisca</b>	<b>80 varas</b>
<b>Maria Madalena</b>	<b>70 varas</b>
<b>José da Mota</b>	<b>40 varas</b>

<b>Joachim Rodrigues Penteado</b>	<b>35 varas</b>
<b>Manoel da Costa Rios</b>	<b>60 varas</b>
<b>Maria Dantas</b>	<b>60 varas</b>
<b>Doutor Joachim da Silva Tavares</b>	<b>50 varas</b>
<b>Francisco da Costa Miranda</b>	<b>60 varas</b>
<b>Francisco José Teixeira</b>	<b>50 varas</b>
<b>Antônio Barboza Nunes</b>	<b>20 varas</b>
<b>Luiza da Silva</b>	<b>60 varas</b>
<b>Matheus Martins</b>	<b>30 varas</b>
<b>José de Moraes</b>	<b>25 varas</b>
<b>Francisco Moreira</b>	<b>N.C</b>
<b>João Alvares</b>	<b>40 varas</b>
<b>João Vieira da Fonseca</b>	<b>50 varas</b>
<b>André Vieira (da Fonseca)</b>	<b>40 varas</b>
<b>Maria da Cruz</b>	<b>N.C</b>
<b>Cosme Daniel</b>	<b>49 varas</b>

Tabela 6: Inventário dos teares existentes em Minas Gerais – 1786 (CARVALHO, 1998, p. 120)

A vara era a antiga forma de medida de comprimento, equivalente a cinco palmos craveiros ou três e meio pés portugueses, a vara equivalia a 1,10 m, ou, mais precisamente, 1.096 milímetros. A produção de tecidos, em 1786, na Freguesia de Cabo Verde, foi de 1.351 varas, ou seja, 1.486 metros. A produção têxtil no sul de Minas perdura até os dias de hoje.

Ao lado da produção têxtil, cresciam pequenos engenhos de cana, que, na maioria das fazendas, eram uma engenhoca movimentada por um animal atrelado ao varão, semelhante aos usados nas olarias. Apenas as fazendas de maior produção eram tocadas por roda d'água.



Figura 29: Foto da roda d'água na Fazenda Barreiro, comprada na Inglaterra em meados do século XIX. A roda funciona até hoje para a produção de cachaça no antigo engenho.

Fonte: Foto tirada pela Autora.

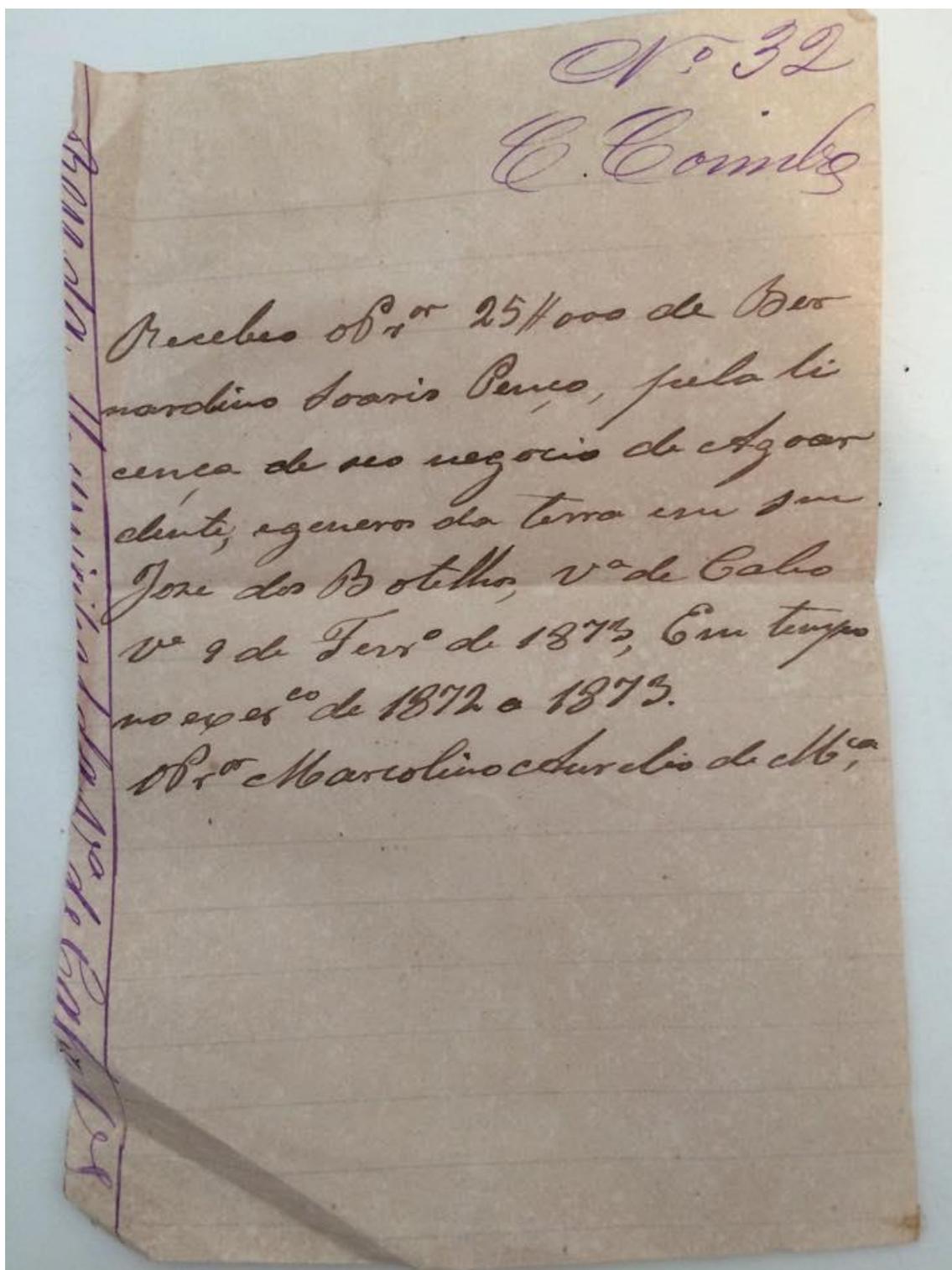


Figura 30: Foto da licença para a produção de água ardente no engenho da fazenda Barreiro, emitida em 1872.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O que permitiu a autossuficiência das fazendas foi a diversificação da produção. A fazenda foi o núcleo vital da economia da região. Nela, além da produção agropastoril, adaptavam-se oficinas e seus artesãos. Elas dispunham de ferrarias para fazer ferraduras e consertos em instrumentos agrícolas; serrarias, que adaptavam as madeiras para as construções e confecções de tabuas e moirões para cercas e pontes.

Fabricava-se também carros de boi e carroças. Havia os serviços de carpinteiro, sapateiro, costureira, pedreiro, marceneiro, celeiro, alfaiate, quitandeira, carreiro, tecelão, paneleiro ou folheiro (que faziam utensílios domésticos de ferro, de lata ou de cobre), tropeiro, fiadeira, violeiro e oleiro (que faziam telhas e tijolos). Essa diversificação tornava as fazendas autossuficientes também em serviços.

“O certo é que a fazenda em Minas tornou-se, no correr do tempo, um entidade econômica quase independente. Produzia tudo que era necessário para a alimentação e, não raro, para o vestuário. Como bem acentua Waldemar de Almeida Barbosa, esta origem agrícola, no povoamento de varias regiões mineiras, deixou sua marca, e bem visível, no espirito do mineiro, no seu amor a terra, no prazer de plantar e de colher, mesmo quando no exercício de profissões muito distantes das relacionadas com atividade agrícola. De modo geral, o mineiro, seja qual for a função que exerça, é um fazendeiro em potencial. Não é sem razão que o meio rural, a fazenda, o pranto do carro de boi, o aboio dos vaqueiros, a ondulação dos pastos, o mugir do gado, continuaram sendo inspiração para escritores e poetas.”

(D' ANGELO André. *Folheto do Memorial Minas Gerais - Vale do Rio Doce*, Belo Horizonte – MG)

Para a implantação da casa e do núcleo da fazenda, dava-se preferencia às cotas mais baixas, sempre mais próximas aos caminhos, o que facilitava o escoamento. As casas eram construídas em meia encosta, nunca nas vargens dos rios, que poderiam inundar, ou nos topos dos morros desprotegidos. O modo de implantação visava um cuidado para a escolha dos sítios, a construção em meia encosta não requer grandes cortes, nem aterros nos terrenos. Segundo Cruz (2010, p. 57), as casas pousam no chão. Os alicerces de pedra fazem o ajuste entre o terreno natural e o plano de implantação da estrutura de madeira.

A casa da fazenda não é uma construção isolada, mas parte de um conjunto de edifícios dispostos de forma pensada e planejada, seguindo critérios funcionais. Nas cotas mais elevadas do conjunto estava sempre a moradia principal, evidentemente, no plano médio ficavam as instalações produtivas e as senzalas, ao fundo, a vargem. A casa era, na maioria das vezes, ao centro, para que dela se tivesse o controle. Ao redor da casa se vê as outras construções, currais, senzala, tulhas, paióis, engenho, casa do tacho, casa de máquina.

Muros de pedra são uma constante nas fazendas mineiras, usados tanto no alicerce das casas quanto para cercar pátios e terreiros. Além dos edifícios, a vegetação e os espaços vazios também configuram o conjunto do núcleo da fazenda. Os pomares e hortas são localizados nas partes de trás das casas. Os vazios entre os espaços edificados normalmente são terreiros ou currais.



Figura 31: Foto dos alicerces da antiga casa do administrador da fazenda Barreiro. Vemos em detalhe o uso misto de materiais para sua estrutura.

Fonte: Foto tirada pela autora.

Os materiais que compõem a arquitetura mineira no período do século XVIII e XIX são a pedra, a madeira e o barro, que eram, em sua maioria, obtidos no próprio local. Na maioria das casas é empregada a mesma técnica construtiva, com algumas variações, de acordo com o local e a época. A técnica, segundo Cruz (2010, p. 70), é chamada de “gaiola de madeira”. O sistema estrutural, porém, é composto não só pela gaiola, mas por três partes

independentes: base de pedras, gaiola e cobertura, apoiadas umas sobre as outras.

Ainda segundo Cruz (2010, p. 72), a técnica da construção de pedras é milenar em todo norte de Portugal e nas ilhas atlânticas, sendo trazida para diversas regiões do Brasil. Nela, as pedras são colocadas direto sobre uma cava rasa no terreno, sem o uso de fundações profundas. Sobre a base de pedras assenta-se uma estrutura independente de madeira, a chamada gaiola, e, sobre esta, apoia-se o telhado.



Figura 32: Foto dos alicerces da antiga casa do administrador da fazenda Barreiro. Mostrando os esteios de madeira que compunham a chamada “gaiola de madeira”.

Fonte: foto tirada pela autora

Todas as peças da gaiola seguem um padrão hierárquico de medidas. Elas se encaixam por esses cortes que vemos na figura 29, formando uma sofisticada estrutura de madeira, independente de fechamentos ou de travas.



Figura 33: Foto do interior do casarão da Fazenda Barreiro, revelando a estrutura de madeira onde se fixavam as espigas nos frechais.

Fonte: Foto tirada pela autora

Os frechais ficam na parte superior, em posição horizontal, arrematando as paredes. São peças de dimensões aproximadas às dos esteios, que correm sobre todas as paredes, formando o plano de teto, uma malha que amarra toda a gaiola. Os frechais se entrecruzam perpendicularmente, através de cortes em meia madeira, impedindo que a gaiola se abra e as paredes caiam. As demais peças horizontais da gaiola são os peitoris e as vergas das portas e janelas. Elas não cumprem função estrutural no conjunto.

Sobre as gaiolas, um grande telhado de telhas de barro cobre a casa. A estrutura deste é independente da estrutura da casa. O telhado apenas se apoia na estrutura da mesma. Os beirais tinham como função proteger as paredes da casa das águas da chuva.

Muitos autores já discutiram a arquitetura da fazenda mineira, como Cícero Ferraz Cruz, Helena Teixeira Martins e, principalmente, Sylvio de Vasconcelos. Este trabalho, no entanto, não busca entender em detalhes as técnicas construtivas da arquitetura da fazenda mineira, e, sim, através de pesquisa de campo, provar que existem exemplares ainda deste período na microrregião estudada.

No próximo item da pesquisa, veremos algumas das primeiras fazendas que compunham esse cenário de formação de território e, posteriormente,

entender melhor a história da fazenda Barreiro, que serviu de exemplar para ilustrar essas técnicas construtivas da arquitetura rural brasileira.

### **3.3 O Caminho do Ouro Fino e a Fazenda de Lucas Borges**

O caminho que ligava Ouro Fino a Cabo Verde, aberto por Veríssimo João de Carvalho, entre 1759 e 1762, era margeado por uma região coberta de mata fechada, terras férteis e uma extensa malha de córregos e vários importantes rios, como o Rio Machado, o Rio Pardo, o Rio do Peixe, o Rio Capivary e o Cabo Verde. Nesses rios havia vários locais de mineração. Este sertão era propício para a formação de fazendas de plantio e criação. O povoamento crescente, a partir do início do século XIX, após o declínio do ouro, e as longas distâncias que separava as freguesias de Cabo Verde e Ouro Fino obrigavam os habitantes das regiões, ao longo do caminho, a criarem capelas e povoados, que mais tarde se tornaram parte da rede de núcleos urbanos que compõem essa região. Assim nasceram Caldas, Ipuiuna, Santa Rita de Caldas e Campestre.

Entre os antigos moradores que se instalaram com fazendas de criação, ao longo do “Caminho do Ouro Fino”, na atual região entre Campestre e Ipuiuna, merece destaque o fazendeiro Lucas Borges de Carvalho. A cartografia histórica que estudamos registra a existência da fazenda de Lucas Borges. Essa fazenda fazia parte da encruzilhada dos caminhos que iam de Santana do Sapucaí a Cabo Verde.

Na figura 19 podemos observar as fazendas do Padre João Caetano, Lucas Borges e Palmital. Esta última fica próxima ao hoje distrito de Cabo Verde, Serra dos Lemes. São poucas as informações que conseguimos sobre a fazenda, apenas a historiografia de Lucas Borges, que Adilson Carvalho (1998, p. 73) relata em seu livro.



Figura 34: Parte do Mapa da Capitania de Minas Gerais feito por José Joaquim da Rocha em 1778. A reprodução original se conserva na 3ª seção do Estado Maior do Exército. Destacamos o caminho que ligava Cabo Verde a Ouro Fino e a Santana do Sapucaí e, na encruzilhada, a fazenda de Lucas Borges.

FONTE: – Arquivo Público Mineiro, APM -085 (01), manipulado pela Autora.

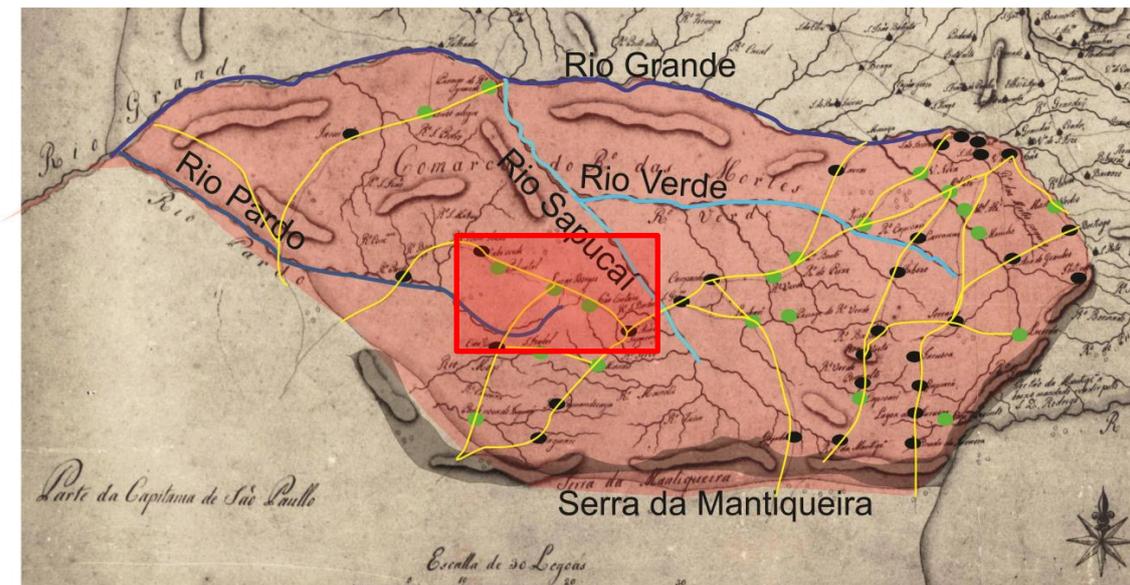


Figura 19: Parte do mapa da Capitania de Minas Gerais, de data provável de 1800, mostrando em azul os principais rios, representado em pontos pretos, os arraiais e vilas e, em pontos verdes, as fazendas, e em amarelo, os caminhos. No quadrado, em destaque, as três primeiras fazendas da região.

Mapa base - Fonte: Arquivo Público Mineiro, APM – 020, TÍTULO ORIGINAL "MAPPA TOPOGRAFICO E HIDROGRAFICO DA CAPITANIA DE MINAS GERAES." Manipulado pela autora.

Lucas Borges de Carvalho teve seu primeiro casamento com Rita Correa da Luz. Lucas nasceu na Ilha da Madeira, na cidade de Funchal, onde foi batizado na Freguesia de Nossa Senhora do Calhau. Veio com o tio, Manoel Jacintho, para o Rio de Janeiro com, mais ou menos, 10 anos de idade. De lá seguiu imediatamente para o “Caminho Novo” das Minas Gerais, onde andara com cavalos e ficou mais ou menos 8 anos morando, entre as viagens, num prazo máximo de 2 meses, na casa de Duarte da Silva. Daí seguiu para o caminho dos Goyases, continuando como tropeiro, e daí para a Freguesia de João José do Mogi Mirim (Atual Mogi Guaçu). Foi preso com a noiva, Rita, por tê-la raptado, como consta em seu processo de casamento, em 1750.

Sua esposa Rita Correa Luz foi batizada em São Paulo, em 24 de junho de 1726. A sua certidão diz ser filha de José Correa de Lemos e Maria Machado de Azevedo. Quando casou com Lucas Borges, ela tinha 24 anos e ele 25. Tiveram cinco filhos, José Borges de Carvalho, que se casou com Francisca Antônia Moraes, ele batizado em São Paulo, na sé, em 1755, e ela, em Ouro Fino, em 1770. Casaram-se em Ouro Fino, em 1788. Rosa Maria de Jesus (1757) foi casada com o açoriano Francisco José Botelho. Deram origem à família “Botelho de Carvalho”, fundadores e doadores do patrimônio da capela de São José dos Botelhos, futura Botelhos.

A terceira filha, Maria Correa da Luz, nascida em São Paulo, em 1759, foi casada com Lourenço Martins, ele de Atibaia, eram moradores no Tripuy. A quarta filha, Ana Maria Neves, nascida também em São Paulo, em 1760, foi casada com Pedro José Muniz, natural dos Açores. Deram origem à família Muniz e moravam na “Vangloria”. O quinto filho deste casamento foi Lucas Borges de Carvalho Filho, que se casou com Inácia Vieira de Abreu, de Santana do Sapucaí.

Em 1765, no recenseamento de São Paulo, Lucas Borges de Carvalho consta como “viúvo, nascido mais ou menos em 1725, pai de Rosa, José, Maria e Ana”.

O segundo casamento de Lucas foi com Anna Nunes Cardoso, natural da Vila de Jundiá. Na década de 1770 vieram para o sul de Minas. Em 1773 constam como moradores “no Campo”, região de Campestre e Ipuina, onde se localiza a fazenda. Seus filhos do segundo casamento são: Ana Maria da Assunção, casada com Antônio José de Siqueira, que moravam no Taquaral; Antônio Nunes Cardoso, casado com Luzia Maria da Conceição e depois com Francisca Rodrigues de Jesus; Lucrecia, casada com Joaquim Correa; Joaquim Borges de Carvalho; Pursina Nunes e Francisca Nunes Cardoso, casada com Francisco Xavier Rodrigues.

Pela localização das residências de seus filhos, segundo Carvalho (1998, p. 74), pode-se avaliar a extensão das terras pertencentes a Lucas Borges. Estas iam da região de Botelhos até a fazenda de Pouso Alegre, entre Campestre e Ipuina; da serra do Tripuy e da Vangloria ao Taquaral. Dos casamentos de seus filhos deu-se origem a importantes famílias da região: Martins, Correa, Franco, Muniz e os Botelhos de Carvalho, fundadores ou povoadores de futuras cidades como: Campestre, Caldas, Cabo Verde e Botelhos.

### **3.4 O Recenseamento de Cabo Verde em 1831**

Em 25 de agosto de 1831, o presidente da Província de Minas Gerais, Manoel Ignácio de Mello e Souza, determinou a realização da contagem da população e fábrica do Distrito da Freguesia de Cabo Verde, termo da Vila de São Carlos do Jacuí. Da freguesia de Cabo Verde, faziam parte os arraiais de São José da Boa Vista (Muzambinho), São José dos Botelhos (Botelhos), Conceição da Boa Vista (Divisa Nova), Nossa Senhora do Carmo da Serra dos Lemes e Santo Antônio da Barra (esses dois últimos são bairros rurais, um ainda pertence a Cabo Verde e o outro, em disputa com o território paulista, ficou para Caconde, no Estado de São Paulo).

No recenseamento constam o número de casas, também chamadas de Fogos, os nomes dos chefes de família, esposas, filhos, profissões, trabalhadores livres (alforriados), escravos, idade. O recenseamento teve início em Cabo Verde, depois Campestre, seguindo pelo caminho do Ouro Fino, margeando o Rio do Peixe, continuou em Muzambinho, depois Nova Rezende, Monte Belo, Botelhos e Divisa Nova. Carvalho traz os números encontrados. (CARVALHO, 1998, p. 78)

### **Habitantes:**

Livres: 3.536

Escravos: 996

Total de: 4.532

### **Fabricas:**

Mariana Luiza do Carmo - Engenho – 37 escravos

Antônio José Botelho – Engenho – 15 escravos

Ana Hipólita da Luz – Engenho – 36 escravos

Francisco Vieira da Fonseca – Mineração – 12 escravos

### **Numero de Fogos (casas) :**

822

(Em média daria 5 a 6 pessoas por casa)

As grandes extensões de terras, cobertas de matas virgens, atraíam novas famílias de outras regiões, menos férteis, onde o ouro já havia se esgotado. A atividade rural se intensificava cada vez mais e a população crescia paulatinamente. Alguns agrupamentos de casas postados às margens dos ribeirões, antes destinados à moradia de mineradores, agora transformavam-se em sítios e fazendas. Os caminhos intransitáveis dificultavam a comunicação. O isolamento forçava os moradores das fazendas

a serem polivalentes em suas funções. Ainda no recenseamento, aparece o levantamento das Profissões:

### **Profissões:**

As propriedades rurais, em número de 648, ocupavam-se da criação e lavoura, plantava-se de tudo. Eram 29 casas de negócio e, ainda, celeiros, ouvires, costureiras profissionais, caixeiros viajantes, capatazes, carpinteiros, pedreiros, alfaiates, quitandeiras, rebocadores, mineiros, tecelãs profissionais, paneiros, tropeiros, fiadeiras, violeiros, ferreiros, engenhos (açúcar e aguardente), tecedeiras, telheiros, padres. Tratava-se de profissionais estabelecidos. Nas fazendas, os proprietários e seus filhos e os escravos treinavam-se para a prática dos mais variados ofícios. Por isso, raras vezes o trabalho externo era contratado. Muitas famílias que foram para a região, na época da fundação, eram compostas por nômades e, assim que o metal escasseava, alguns procuravam outras regiões e outros aqui permaneciam e dedicavam-se à lavoura. O recenseamento de 1831 revela apenas um que tinha como principal atividade a mineração, Sr. Francisco Vieira Fonseca.

### **Raças:**

A maioria da população era composta de brancos portugueses e de seus descendentes, vindos em sua maioria das Ilhas dos Açores e da Madeira, negros e mulatos. Em 1831 o recenseamento mostra a composição da Freguesia como:

Branco: 2.223

Negros: 2.309 sendo:

Pretos: 37

Nação: 360

Crioulos: 513

Cabras: 14

Pardos (mulatos): 1.385

Eram chamados de negros-nação os vindos de Inhambassa, Angola ou Cobú, originários da África. Os pardos, mestiços ou mulatos, de cruzamento entre negros e brancos. Cabra, o filho de pai mulato e mãe negra, ou vice

versa, que também eram chamados de fula. Os Crioulos eram filhos de pai e mãe africanos. Nessa época, 22% dos negros já havia adquirido sua carta de alforria. Os escravos libertos passavam a trabalhar como assalariados ou eram administradores de suas propriedades. Entre os livres havia 236 pardos, 10 pretos, 71 crioulos, 12 nação e 7 cabras. Os escravos trabalhavam na mineração, na lavoura, nos engenhos e na criação de animais. Trabalhavam também nas fazendas em diversas funções, como carpintaria, olaria, como capineiros, carregadores, pastores, lenheiros, pedreiros e, nas horas vagas, tentavam as últimas esperanças de encontrar ouro nos córregos das fazendas. As mulheres escravas aprendiam os serviços gerais da casa, e trabalhavam também como pagem e ama de leite.

### **3.5 São José dos Botelhos**

Por volta de 1845, Antônio Carvalho, fazendeiro residente nos arredores de onde o povoado foi formado, fez uma promessa a São Gonçalo, e ergueu uma capelinha no cruzamento de estradas que levavam a Cabo Verde, Caldas e Campestre. Joaquim Lucas de Carvalho, citado anteriormente, logo depois, aumentou o patrimônio do santo e, ao redor da capelinha, estabeleceu um comércio.

Em 30 de outubro de 1866, São José de Botelhos se tornou Distrito de Paz. Algum tempo depois, os antigos moradores Antônio Ribeiro do Prado e Joaquim Lucas de Carvalho trouxeram de São Paulo um cônego de nome Dom Antônio, que incentivou os fiéis a construir um templo maior.

No ano de 1873, em 1º de dezembro, o Distrito de Paz se eleva à categoria de Freguesia, ficando pertencente a Cabo Verde, passa, em 24 de dezembro de 1874, a pertencer a Caldas e volta a pertencer a Cabo Verde em 1878 (Prefeitura de Botelhos).

Joaquim Botelho de Souza doou a São José, por escritura pública, o terreno onde seria a Vila e, na praça principal, ergueu, posteriormente, a matriz dedicada a São José. Para a construção, o Sr. Antônio de Souza Gonçalves, fazendeiro, residente na região, ajudou com outros habitantes a levantar um grande cruzeiro em frente ao terreno onde estava sendo construída a Matriz, em 13 e maio de 1.888. No dia 14 de setembro de 1891, a Freguesia passou a ser Distrito, com a denominação de São José de Botelhos.

Os limites do Distrito de São José dos Botelhos, que pertenciam a Cabo Verde, ficaram fixados pela provisão do Exmo. Bispo de São Paulo, D.

Sebastião do Rego, com a data de 13 de janeiro de 1865, que, citada a lei, manda observar esses limites traçados da seguinte forma:

“Começando na barra do Rio Alambary – seguindo pelo Rio Pardo acima até o serrote do Bandeira; deste em rumo direto ao espigão da morada de Alexandre Soares, d’ahi, a rumo direito do alto da serra do esmeril e pelo cimo desta a rumo direito á Serra do Bicho, e desta ao Rio Cabo Verde; por este abaixo até a barra do Ribeirão do Pasto Bom; deste, pelo espigão do Bom Jesus e por este abaixo até o ribeirão do mesmo nome; deste, cortando o chapadão da fazenda de D. Felisbina até o ribeirão de S. Miguel; por este abaixo até a barra do ribeirão das Corujas, deste ao alta da serra das Corujas, seguindo por estas até as divisas com o Estado de São Paulo e por estas até a barra do Rio Alambary, onde teve começo e termina esta divisa.” (Album de Botelhos de 1922)

O povoado então limitava-se ao norte com Cabo Verde, ao sul com Caldas, a leste com Conceição da Boa Vista e Vila de Campestre. A oeste com Poços de Caldas e Caconde (Estado de São Paulo).

Em 30 de agosto de 1911 é criado o Município de São José dos Botelhos, que é instalado em 1º de junho de 1912, compondo-se de um só distrito, que é sua sede, e fazendo parte da Comarca de Muzambinho. Em 18 de Setembro de 1915, é criado o Termo Botelhos, desmembrado de Muzambinho e anexado à Comarca de Poços de Caldas.

O solo do município é mais ou menos montanhoso, ondulado, apresentando morros e colinas, vales e baixadas. O terreno é chamado de massapé, argilosa que quando se anda gruda no pé. É considerada uma terra de alta qualidade pra o plantio. No termo de Botelhos, que tem extensão de Norte a Sul de 24 km e de Leste a Oeste de 33 km, predominam as matas e os cafezais. O clima é ameno e suave.

A população, quando o Álbum de Botelhos de 7 de setembro de 1922 foi elaborado, era de 10.793. Hoje, de acordo com os dados do IBGE, a população é de 15.323.

Ainda de acordo com os dados do Álbum de Botelhos, o café rendia uma média anual de 400.000 arrobas ou 100 mil sacos (hoje em dia a produção gira em torno de 180 mil). Além disso, cereais, algodão, cana de açúcar, féculas, frutas, trigo, milho, arroz, tudo se colhia em grande escala. A produção escoava principalmente para Poços de Caldas e, de lá, para o porto de Santos.

Ainda em 1922, na sede e em todo território contavam-se vinte e oito casas comerciais, sendo que vinte e três vendiam bebidas. Farmácias eram 4, 2 hotéis, 6 olarias, 3 açougues, 4 sapatarias, 5 serralherias, 3 lotéricas, 12

máquinas de beneficiar café, 4 alfaiatarias, 4 barbearias, 5 padarias, 3 fabricas de manteiga, 1 bar com bilhar, 6 ferrarias, 1 cinema, 4 engenhos de serra, 2 empresas de iluminação elétrica, 10 engenhos de cilindros, 1 centro telefônico, 1 agência dos correios, 3 cartórios, 2 agências de coletas de impostos.

Havia também pequenas indústrias nos domicílios, como fábricas de fumo, queijo, tecidos de lã, de algodão, doces, conservas, óleos, farinha, polvilho, açúcar, rapadura etc.

Faziam parte do município os seguintes povoados e fazendas:

Fazenda / Povoado	Distância da sede
Barreio	6 km
Bela Vista	3 km
Barra do Ribeirão	7 km
Barra	9 km
Bom Jesus	9 km
Córrego Raso	15 km
Campinho	12 km
Cabôclos	9 km
Córrego da Minhoca	12 km
Conceição	9 km
Capetinga	8 km
Corújas	9 km
Conquista	3 km
Cachoeirinha	4 km
Cachoeira	6 km
Córrego Bonito	15km
Lage	6 km
Jaboticabal	6 km
Pasto Bom	10 km
Pombal	6 km
Pirapetinga	6 km
Paineiras	5 km
Pitangueiras	2 km
Ponte	12 km
Pinhalzinho	12 km
Piloto	14 km
Ribeirão de Santo Antônio	7 km
Santa Rita das Palmeiras	16 km
São Gonçalo	15 km
Sertãozinho da Pedra	8 km
Sertãozinho	6 km
Santa Babara	18 km
Três barras	6 km

Tabela 7: Fazendas e povoados pertencentes ao município de Botelhos

Para melhor ilustrar as fazendas e povoados do município, montamos um portfólio com imagens destas localidades. Conferir o portfólio no anexo 2.

### **3.6 Fazenda Barreiro**

Bernardino Soares de Almeida Penso nasceu em 1814, ao norte de Portugal, na região de Trasmontes, o povoado chamado ainda de Pensalvos. Seu pai, Capitão de Navio Comercial, fazia a rota até Macau, onde se casou com uma macaense e teve 3 filhos. Bernardino foi o único dos filhos que por volta de seus 12 anos de idade veio para o Brasil, portando apenas um relógio de ouro e uma arca com seus pertences. A única coisa que o garoto tinha de informação era a ordem de procurar um padeiro no Rio de Janeiro, que era conhecido de seus pais. Assim o fez, e, na padaria, morou e trabalhou até sair e ir trabalhar para um tropeiro. Quando juntou uma quantia suficiente de dinheiro, comprou a mesma tropa da viúva, eram entorno de 40 muares. Ainda jovem, com sua tropa de muares, veio para a região do Sul de Minas, onde adquiriu do seu sogro um pequeno pedaço de terra. Neste pedaço de terra, antes de se casar e de comprá-lo, Bernardino alugava o espaço para o descanso de sua tropa. Casou-se então, em 1865, com Francisca Figueiredo, nascida em Divisa Nova, distrito pertencente a Cabo Verde, e com ela teve 4 filhos. Bernardino construiu em suas terras um pequeno engenho, que serviu como sua morada até a construção da casa principal, em 1884.

Bernardino continuou tropeiro mesmo tendo a pequena propriedade. Sua tropa levava produtos da região e trazia bacalhau, sal, ferramentas, armas do porto e do Rio de Janeiro. Logo, o português começou a comprar mais terras e a plantar café, que o imperador doava no período do império. Porém, não era de fato ele quem gerenciava o plantio. Ele comprava as terras e contratava os chamados meeiros. Nessa época, estes meeiros eram agricultores que cultivavam em terras de propriedade de outras pessoas. Neste tipo de acordo, 50% da produção ficava com o meeiro e a outra parte servia como pagamento da meia, que ficava para o proprietário. E foi assim, comprando, vendendo e “meiando” terras que Bernardino, mais que um tropeiro ou fazendeiro, se tornou um negociador, o que rendeu a ele e sua família um vasto patrimônio.

Bernardino ficou viúvo de sua primeira esposa em 1895, e casou-se novamente com Ana Cândida Carvalho, nascida em Divinolândia, no estado de São Paulo. O casamento ocorreu em 1897. Com ela, Bernardino teve 2 filhos, Alfredo Luis de Almeida e Cassilda de Almeida. Suas terras foram divididas para os genros e filhos do primeiro e segundo casamento. A Fazenda Barreiro

ficou para Alfredo Luis, filho do segundo casamento. A fazenda ainda pertence à mesma família até hoje. Porém, a casa está completamente abandonada e a mercê do tempo, que a corrói.

Interessante notar que, no conjunto da sede, as características de uma fazenda mineira são extremamente presentes. O conjunto é composto pelo engenho, onde é produzida até hoje a cachaça, o paiol, a casa do tacho, o pomar, o celeiro, o curral, os terreirões, a tulha, que pegou fogo há pouco tempo, as casas de colônia, duas casas próximas à casa grande e, no nível mais baixo da fazenda, se encontra a vargem. A casa é construída a meia encosta, e tem em sua arquitetura elementos típicos da técnica portuguesa de se fazer edificações.

A estrutura é mista, composta de pedra, tijolo e barro, em algumas paredes ainda podemos encontrar a taipa ou o pau a pique (como é chamado na região), a estrutura de gaiola de madeira, que já citamos anteriormente. O telhado foi substituído recentemente, mas antes era feito de barro da própria olaria da fazenda. Os tijolos que substituíram algumas paredes de taipa nas varias reformas por que a fazenda passou foram produzidos também na própria olaria da fazenda.

A produção, segundo a família, era diversificada, mas, no começo do século XX, o café era a cultura mais importante, sendo a produção média de 20 mil sacas anuais. No fim do século XIX encontramos alguns documentos que evidenciam a posse de escravos na fazenda. Porém, a maioria desses escravos não era para a produção na lavoura e, sim, para os trabalhos domésticos ou do engenho, olaria, e outros no próprio conjunto da sede.



Figura 35: Foto da Casa da Fazenda Barreiro.

Fonte: Foto tirada pela autora



Figura 36: Foto interna da Casa da Fazenda Barreiro, revelando a técnica da taipa ou pau a pique.

Fonte: Foto tirada pela autora

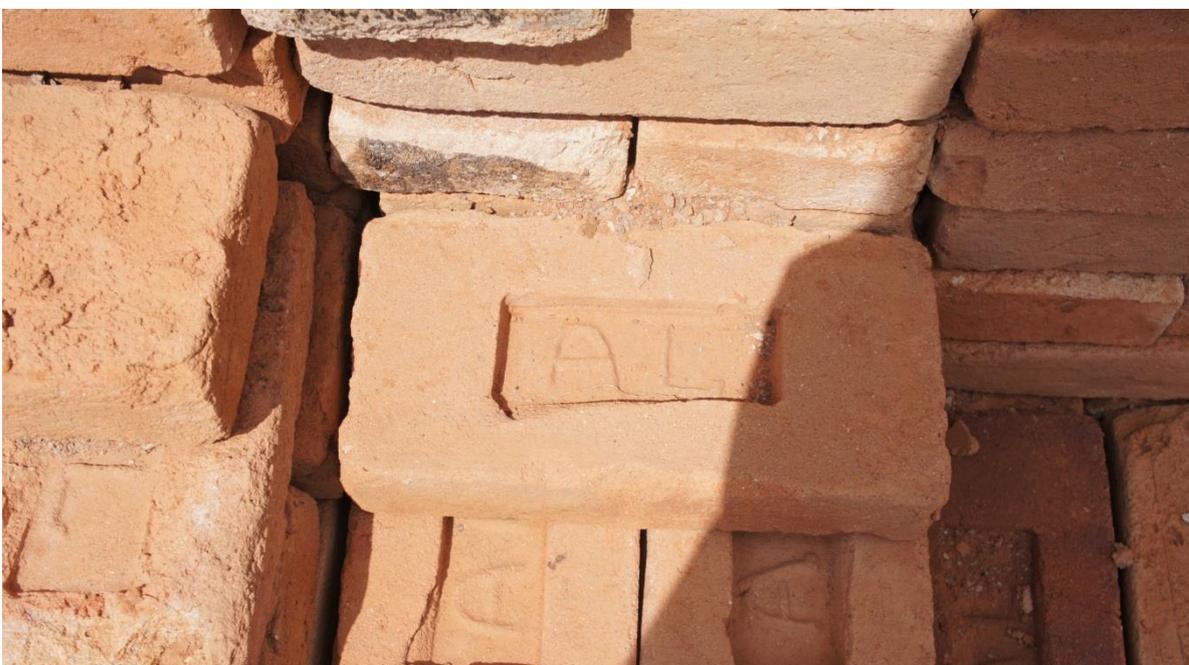


Figura 37: Foto dos tijolos produzidos na olaria da Fazenda Barreiro, as letras A e L querem dizer Alfredo Luis, filho de Bernardino S. Almeida Penso.

Fonte: foto tirada pela autora

## Considerações Finais

Nestas considerações finais, gostaria de deixar claro que talvez esse não seja o real final do trabalho, e sim o primeiro passo para ele. Muitas lacunas ficaram sem preenchimento, não por falta de curiosidade ou de interesse, mas por falta de um tempo hábil e de material primário suficiente. Coloco-me ainda a disposição para futuras pesquisas neste campo da história do urbanismo, que muito me agrada, porém deixo aqui minha contribuição para a pesquisa e para o grupo de estudos no campo da urbanização do Brasil

Podemos entender com esse trabalho, a complexidade que é estudar a rede urbana e sua formação na região do sul de Minas Gerais. Essa constelação de pequenos povoados e núcleos que se formaram entremeados na geografia acidentada não é uma massa uniforme com processos lineares, a história revela que cada ponto desta constelação é um ponto diferente com uma luminosidade peculiar, carregando uma história única, mas que se amarra com as outras pelos caminhos, pelas trocas, formando essa teia que Fonseca (2010) tanto comenta em seu último capítulo.

Muitas dúvidas surgiram na pesquisa, como as divisões jurídicas e mesmo eclesiásticas, varias ainda são as perguntas que estão para ser respondidas. O estudo é infinito na proporção do ponto de vista, e como este tema de formação territorial apresenta vários pontos de vista, a pesquisa se torna insaciável, quanto mais pesquisamos, mais queremos pesquisar.

Na parte da arquitetura rural, muito ainda gostaria de contribuir. Existem diversas arquiteturas ainda a serem estudadas, remanescentes e até mesmo rastros que ficaram deste período, o que pode ser o ponto de partida para um futuro estudo.

Procuramos, no primeiro capítulo, entender o início dos processos de ocupação no Brasil Colonial, estudar a grande Capitania de São Paulo e Minas de Ouro e seus posteriores desmembramentos. Analisamos a formação dos seus núcleos urbanos na então Capitania de Minas Gerais e a ocupação deste sertão, que posteriormente passa para a condição de território, os caminhos

que levavam ao desbravamento, o que acarretou a formação desta complexa rede urbana no Sul da Capitania de Minas Gerais.

No segundo capítulo voltamos nosso olhar para o sul da Capitania de Minas Gerais e procuramos entender de forma geral a divisão da Comarca do Rio das Mortes. Estudamos o histórico, os limites geográficos e os aspectos físicos. Entendendo onde e como é esta comarca. Em seguida, analisamos seus conflitos internos, em sua maior parte, decorrentes das disputas pela demarcação de fronteiras. Procuramos também entender as redes de estruturação da comarca, até chegar ao estudo da Vila de Campanha da Princesa e seus desmembramentos, entre os quais se encontra nosso estudo de caso, do terceiro capítulo.

Enfim, no terceiro capítulo é onde nossa pesquisa traz a confirmação do objetivo deste trabalho, que é mostrar que Minas Gerais vai além das minas de extração de minério e ouro, sendo formada por uma grande diversidade de atividades. E é para o estudo de caso da região de Cabo Verde no extremo sul da Capitania que voltamos nosso olhar, tentando entender as particularidades da região. Elencamos a Fazenda do Barreiro como exemplo de como eram as produções das fazendas da época entre meados do século XIX e começo do século XX.

A partir deste estudo de caso, pudemos observar que, de fato, as fazendas do sul de Minas Gerais, a exemplo da Fazenda do Barreiro, contavam com uma enorme variedade de atividades agropastoris, que faziam delas entidades praticamente autônomas. Além disso, diferentemente do que ocorria em outras capitanias, não havia nestas fazendas a prática da monocultura, mesmo quando a produção de um determinado item, como o café, se destacava, ele jamais deixava de ser acompanhado pela produção de diversos outros itens, tanto para a venda local e exportação, quanto para o consumo interno da própria fazenda.

Todos estes fatores contribuíram para a formação da cultura das fazendas e povoados da região sul do estado de Minas Gerais, que até os dias de hoje se perpetua tanto nas zonas rurais quanto urbanas da região.

A pesquisa então contribuiu para sair do lugar comum, de determinações estáticas, como se não houvesse um passado. No caso do sul de Minas, a ideia de uma monocultura cafeeira, e no caso de Minas um desenvolvimento apenas pela mineração.

Procuramos estudar a história anterior como uma forma de arqueologia do território, através da cartografia, dos documentos, e até de vestígios arquitetônicos. Tentamos colocar a luz a interdependência do urbano e do rural, mostrando que a rede da urbanidade é mais ampla do que os conceitos tradicionais de ocupação do território.

Concluindo que o sertão nem sempre é um grande vazio. Lançando uma intensão de investigação do chamado “sertão”.

## Referências Bibliográficas

**ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes.** "VILA DE CAMPANHA DA PRINCESA" Urbanidade e Civilidade em Minas Gerais no século XIX 1798-1840. Campinas, 2008.

**BARBOSA, Waldemar de Almeida.** *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995.

**BITTENCOURT, Luiz Cláudio.** Regularidades do Visível. São Paulo, FAU-USP, 1999.

**BORSOI, Diogo Fonseca.** Nos traços do Cotidiano: Cunha entre Vilas de Serra Acima e os Portos da Marinha (1776 – 1817). Dissertação de Mestrado em Urbanismo de Faculdade de Urbanismo de São Paulo – FAU USP. São Paulo, 2013.

**BLUTEAU, Raphael.** *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728.

**BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira.** Decifrando Mapas: Sobre o Conceito de "Território" e suas Relações com a Cartografia. Publicação de Artigo Anais do Museu Paulista vol. 12 n. 1, 2009.

\_\_\_\_\_- Dilatação e Confins: Caminhos, Vilas e Cidades na Formação da capitania de São Paulo (1532 – 1822) Publicação de Artigo Anais do Museu Paulista vol. 17 n. 2, 2009.

\_\_\_\_\_- *Sistema de Produção da Arquitetura na Cidade Colonial Brasileira – Mestres de Ofício, "Riscos" e "Traços"*. Publicação de Artigo Anais do Museu Paulista vol. 20 n° 1, 2012.

\_\_\_\_\_- Desenho e Desígnios: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500 – 1822) Ed. USP, 2010.

**CAMPANHOLE, Adriano.** *Memorias da cidade de Caconde* . Editora: Ver Curiosidades, 1979

**CARVALHO, Adilson.** A freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Cabo Verde e Sua História. Cabo Verde: 1998.

**COSTA, Ane Caroline de Rezene.** Fugas de escravos na Comarca do Rio das Mortes, primeira metade do século XIX. São João del Rei: UFSJ, 2013.

**COSTA FILHO, Miguel.** A Cana de Açúcar em Minas Gerais. Rio de Janeiro Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.

**CRUZ, Cícero F.** Fazendas do sul de Minas(2010). Brasília, DF: IPHAN, Programa Monumenta.

**CHOAY, Françoise.** *O urbanismo — Utopias e realidades, Uma Antologia.* São Paulo: Perspectiva, 2002.

**DERNTL, Maria Fernanda.** Método e Arte: *Criação Urbana e Organização Territorial na Capitania de São Paulo, 1765-1811.* Tese de Doutorado da FAU-USP, São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_ - Uma Oficina de Novidades: A Implantação de Núcleos Urbanos na Capitania de São Paulo, 1765 – 1851. Publicação de Artigo Anais do Museu Paulista vol. 20 nº 1. 2012.

**DELSON, Roberta Marx.** Novas vilas para o Brasil – Colônia. Planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Ed. Alva- Ciord, 1997.

**D' ANGELO, André.** *Folheto do Memorial Minas Gerais - Vale do Rio Doce,* Belo Horizonte, 2015.

**FONSECA, Claudia Damasceno,** Arraiais e Villas d'el Rei. Espaço e poder nas Minas setentistas. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2011.

**HOLANDA, Sérgio Buarque**Monções. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1945

## **IBGE**

**IARA, FioravantiSampaio.** Formação de Rede Urbana e Fundação de Cidades na Região de Itu (1796 a 1830). Dissertação de mestrado em Urbanismo da

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, FAU – PUCAMP, Campinas, 2015.

**JUCÁ Neto, Clovis Ramiro.** Primórdios da Urbanização no Ceará. Fortaleza, Ed. UFC, 2013.

**LEFEBVRE, Henri.** *O Direito à Cidade*. São Paulo: Ed. Documentos, 1968.

**LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira.** Região bragantina: estudo econômico social (1653-1836). 1974. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 1974.

**LEPETIT, Bernard.** Por uma nova história urbana. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro; tradução Cely Arena. São Paulo: Edusp, 200.

**MORAES, Fernanda Borges.** (2005) *A rede urbana das Minas Coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. São Paulo.

**MARX, Murillo** (1991). *Cidade no Brasil Terra de Quem?* Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

**MOREIRA, Ruy.** *Formação Espacial Brasileira: uma contribuição crítica a geografia do Brasil*. São Paulo: Ed. Consequência, 2012.

**OTTONI, Homero Benedicto.** Poços de Caldas. São Paulo: Editora Anhambi, 1960.

**PEREIRA, Renata B.; SALGADO, Ivone.** A formação da rede urbana como estratégia de definição da fronteira entre as Capitânicas de Minas Gerais e de São Paulo na segunda metade do século XVIII. Anais do primeiro congresso Iberoamericano de história urbana. Santiago do Chile, 2016.

**PICCINATO, Dirceu Junior.** **Terra Urbana, patrimônio fundiário: uma análise histórica da apropriação do solo na configuração do urbano no nordeste paulista (1800 a 1930).** Dissertação de mestrado em Urbanismo da

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, FAU – PUCAMP, Campinas, 2012.

**REIS FILHO, Nestor Goulart.** *Evolução Urbana no Brasil.* São Paulo: Ed. Pioneira, 1968.

\_\_\_\_\_ - As principais cidades e vilas do Brasil / Importância da Vida Urbana Colonial.. Revista Oceanos, Portugal, n. 45, p. 60-67, 2000.

\_\_\_\_\_ - *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.* São Paulo: Ed. Edusp, 2001.

\_\_\_\_\_ - *Quadro da Arquitetura no Brasil.* São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_ - *As Minas de Ouro e a formação das capitâneas do Sul,* São Paulo: Ed. Via das artes, 2013.

**ROSADA, Mateus.** *Sob o Signo da Cruz: Igreja, Estado e Secularização (Campinas e Limeira 1774-1939).* São Carlos, USP - EESC, 2010.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.

**SOARES, Josarlete M.; MORAES, Fernanda B.** “*Contribuições teóricas para o estudo do fenômeno urbano nos momentos iniciais de sua formação*”. Revista RISCO. São Carlos:IAU-USP, n.13, 2011, pp.49-57.

**SODRÉ, Elaine Leonara de.** *O papel da administração judiciária na construção do Estado Nacional (Minas Gerais, 1833-1843),* Florianópolis, 2015.

**TOPALOV, Chistian; BRESCIANI, Stella; LILLE, Laurent Coundroy; D’ARC, Helene Riviere.** *A aventura das Palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e da sociedade.* Ed. Romano Guerra, São Paulo, 2014.

**VON WEICH. J. Friedrich.** *Agricultura e o Comércio no sistema Colonial.* São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1992.

**VALLADÃO, Alfredo.** *Campanha da Princesa*, vol. 1 (1737-1821). Rio de Janeiro: Editora Leuzinger, 1937

**VASCONCELOS, Diogo de.** *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1999. **CRUZ, Cícero F.** *Fazendas do sul de Minas* (2010). Brasília, DF: IPHAN, Programa Monumenta.

### **Fontes de Mapas**

Arquivo Público Mineiro

### **Fonte de Fotos**

Álbum de Botelhos, 7 de setembro de 1822 à 7 de setembro de 1922. Virgílio Silva, 1922.

## Anexos

### Anexo 1

	NOME	PRIMORDIOS CAPELA / REGISTRO	FREGUESIA	VILA	CIDADE	Nome Atual	Desmembrada de:
1	Campanha	1737 São Cipriano	1739 Campanha do Rio Verde	1798 Vila de Campanha da Princesa	1840 Campanha	Campanha	São João del Rei
2	Alfenas	1805 Capela de Nossa Senhora das Dores e São José	1832 São José de Alfenas ou São José e dores dos Alfenas	1860 Vila Formosa de Alfenas	1869 Formosa de Alfenas	1871 Alfenas	Caldas

3	Andradas	1790 (paragem para boiada)	1860 São Sebastião do Jaguari	1888 Caracol	1928 Andradas	Andradas	Caldas
4	Andrelândia	1752 Turvo Grande	1832 Turvo Grande Pequeno	1864 Vila Bela do Turvo	1930 Andrelândia	Andrelândia	Aiuruoca
5	Itamogi	1872 (fazendeiros) Capela São João Batista	1882 São João Batista das Posses		1924 Arari	1943 Itamogi	Monte Santo
6	Arceburgo	1893	São João da Fortaleza 1901	1912 Arceburgo		Arceburgo	Monte Santo
7	Areado	1823 São Sebastião do arado	1871 São Sebastião do Areado	1911 Vila Gomes		1919 Areado	Alfenas
8	Aiuruoca	1705 Descoberto de Aiuruoca	1718 Aiuruoca	1834	1868	Aiuruoca	Campanha

				Aiuruoca	Aiuruoca		
9	Baependi	1692 Descoberto	1723 Nossa senhora do Monte Serrate, da vila de  Baependi	1814  Vila de Baependi	1856  Baependi	Baependi	Campanha
10	Borda da Mata	1939	1858		1923 Carmo da Borda da Mata	Borda da Mata	Pouso Alegre
11	Brasópolis	1846 São Caetano da Vargem Grande	1848 São Caetano da Vargem Grande	1901 São Caetano da Vargem Grande	1923 Brasópolis	Brasópolis	Pouso Alegre

12	Cabo Verde	1766 Nossa Senhora do Rosario do Cabo Verde	1839	1846	1877	Cabo Verde	Jacuí
13	Cachoeira de Minas	Capela de Baixo	1882 São João Batista das Cachoeiras		1923 Cachoeiras	1948 Cachoeiras de Minas	Paraisópolis
14	Caldas	1789 Guarda	1813	1839 Parreiras	1859	1948 Caldas	Campanha
15	Botelhos	São José dos Botelhos 1859	1873		1923	1923 Botelhos	Caldas / Cabo Verde
16	Cambuí		1850		1889	1892 Cambuí	Camanducaia
17	Cambuquira	1872	1882		1911	1925	1923 Campanha

			São Sebastião de Cambuquira			Cambuquira	Cambuquira			
18	Camanducaia				1840		1868	1930 Camanducaia	Pouso Alegre	
19	Campestre	1839	1840		1912		1923	Campestre	Jacuí / Cabo Verde / Caldas	
20	Campos Gerais	1786-1825 Nossa Senhora do Carmo de Campo Grande	1870 – Carmo do Campo Grande				1915	1901 Campos Gerais	Três Pontas	
21	Carmo do Rio Claro			1850		1875		1877	Carmo do Rio Claro	Passos
22	Cassia	1855	1866				1892	1892	1919	Passos
		Santa Rita	Santa Rita de Cassia		1890	Santa Rita de Cassia		Cassia		

23	Caxambu	1747	1875	1911	1915	Caxambu	Baependi
24	Cristina	1820	1841 Espirito Santo dos Cambuquis	1850 Cristina	1872	Cristina	Itajubá/Baependi
25	Conceição do Rio Verde	1732 Nossa Senhora da Conceição do Rio Verde	1839 Nossa Senhora da Conceição do Rio Verde	1911 Conceição do Rio Verde	1912	Conceição do Rio Verde	Cambuquira e Lambari
26	Boa esperança	1774	1784 Nossa Senhora das dores do Pântano	1868 Dores de Boa Esperança	1869 Dores da Boa esperança	1938 Boa Esperança	Lavras
27	Eloi Mendes	Mutuca 1792/ Capela 1810	1856 Espirito Santo da Mutuca		1912 Elói Mendes	Elói Mendes	Varginha

28	Extrema	1761 Registro de Mandu e Santa Rita de Extrema	1871 Santa Rita de Extrema		1925 Extrema	Extrema	Pouso Alegre
29	Guapé	1825	1856 São Francisco de Água-pé		1923 Guapé	Guapé	Boa Esperança
30	Guaranésia	1839 Santa Barbara das Canoas	1879 Guaranésia	1901 Guaranésia	1901 Guaranésia	Guaranésia	Jacuí
31	Guaxupé	1853 Nossa Senhora das Dores do Guaxupé	1884 Nossa Senhora das dores de Guaxupé	1911 Vila de Guaxupé	1915 Guaxupé	Guaxupé	Jacuí

32	Poço Fundo	1870 São Francisco de Paula do Machadinho	1871		1923 Gimirim	1953 Poço Fundo	Machado
33	Ibiraci		1850 Dolores do Aterrado		1924 Ibiraci	Ibiraci	Cássia
34	Itajubá	1717	1732 Nossa Senhora da Soledade	1849	1862 Itajubá	Itajubá	Campanha
35	Itanhandu	1870 Barra do Rio Verde		1911 Itanhandu	1923 Itanhandu	Intanhandu	Pouso Alto
36	Jacuí	1745 Lavras do Jacuí	1801 Freguesia de São Carlos do Jacuí	1814 Vila São Carlos do Jacuí	1869 São Carlos do Jacuí	1923 Jacuí	Campanha

37	Jacutinga	1835 Capela Ribeirão de Jacutinga	1871 Santo Antônio do Jacutinga	1901 Santo Antônio do Jacutinga	1915	1923 Jacutinga	Pouso Alegre
38	Lambari	1780/ 1837 Águas Virtuosas	1867 Aguas Virtuosas		1901 Águas Virtuosas	1930 Lambari	Campanha
39	Lavras	1754 Lavras do Funil	1760 Lavras do Funil	1832 Lavras do Funil	1868 Lavras	Lavras	Campanha
40	Machado	1818 Santo Antônio do Machado	1857 Santo Antônio do Machado	1880 Santo Antônio do Machado	1923 Machado	Machado	Alfenas
41	Maria da Fé		1859 Maria da Fé	1912 Maria da Fé	1923 Maria da Fé	Maria da Fé	Cristina
42	Monte Santo de Minas	1820 São Francisco de Paula do Tejuco	1858 São Francisco de Paulo do Tejuco	1890 Monte Santo de Minas	1911 Monte Santo de Minas	Monte Santo de Minas	Jacuí

43	Muzambinho	1762 Quilombo	1860 São José da Boa Vista 1860	1878 Muzambinho	1880 Muzambinho	Muzambinho	Cabo Verde
44	Nepomuceno	1776 São João Nepomuceno	1841 São João Nepomuceno	1911 Nepomuceno	1923 Nepomuceno	Nepomuceno	Lavras
45	Nova Resende	Santa Rita	1855 Santa Rita do Rio Claro	1901 Vila nova de Resende	1923 Nova Resende	Nova Resende	Passos
46	Ouro Fino	1749 São Francisco de Paula do Ouro Fino	1765 São Francisco de Paula do Ouro Fino	1868	1870 Ouro Fino	Ouro Fino	Campanha

47	Paraguaçu	1790 Sesmaria/ 1815 Capela Nossa Senhora do Escaramuça	1840 Nossa Senhora do Carmo do Escaramuça	1911 Carmo do Escaramuça	1923 Paraguaçu	Paraguaçu	Machado
48	Paraisópolis	1850 São José do Paraíso	1867 São José do Paraíso	1968 São José do Paraíso	1920 Paraisópolis	Paraisópolis	Pouso Alegre
49	Passa Quatro	153 Passa Trinta	1868	1888 Passa Quatro		Passa Quatro	Pouso Alegre
50	Passos	1836 Senhor Bom Jesus dos Passos	1840 Senhor Bom Jesus dos Passos	1848 Senhor Bom Jesus dos Passos	1858 Passos	Passos	Jacuí
51	Natércia	1741 Descoberto de Pedra Branca	1820 Santa Catarina		1953 Natércia	Natercia	Santa Rita do Sapucai

52	Poços de Caldas	1765 Descoberto de Manoel Velho	1879 Nossa Senhora da Saúde de Caldas		1915 Poços de Caldas	Poços de Caldas	Caldas
53	Pouso Alegre	Registro 1770 Mandu	1810 Senhor Bom Jesus do Pouso Alegre	1831 Senhor Bom Jesus do Pouso Alegre	1848 Pouso Alegre	Pouso Alegre	Campanha
54	Pouso Alto	1738	1748 Nossa Senhora da Conceição do Pouso Alto	1874 Nossa Senhora da Conceição do Pouso Alto	1878 Pouso Alto	Pouso Alto	Baependi
55	Santa Catarina (ver Natércia)						

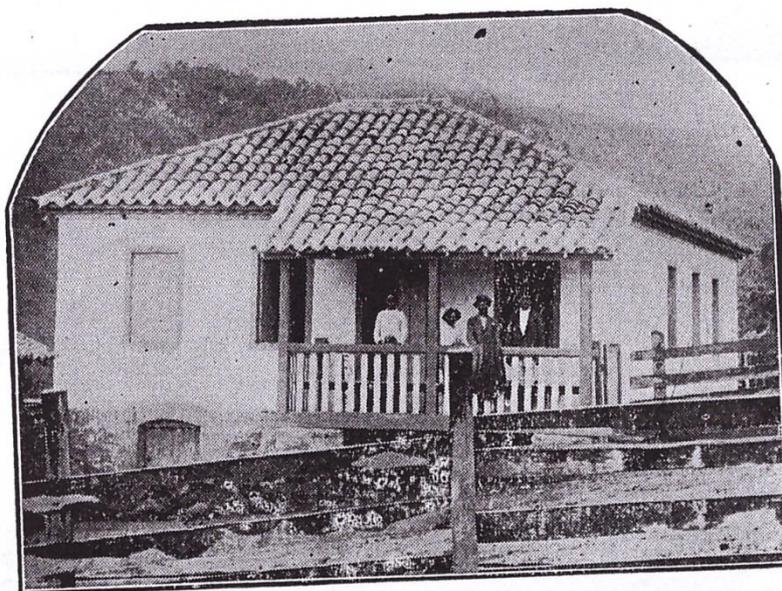
56	Santa Rita do Sapucaí	1825 Boa Vista do Sapucaí	1839 Santa Rita da Boa Vista	1888 Santa Rita do Sapucaí	1892 Santa Rita do Sapucaí	Santa Rita do Sapucaí	Natércia
57	São Gonçalo do Sapucaí	1755 São Gonçalo da Campanha do Rio Verde	1819 São Gonçalo da Campanha	1878 São Gonçalo do Sapucaí	1880 São Gonçalo do Sapucaí	São Gonçalo do Sapucaí	Campanha
58	São Lourenço	1891 São Lourenço		1927 São Lourenço	São Lourenço	São Lourenço	Pouso Alto
59	São Sebastião do Paraíso		1855 São Sebastião do Paraíso	1870 São Sebastião do Paraíso	1873 São Sebastião do Paraíso	São Sebastião do Paraíso	Jacuí
60	São Tomaz de Aquino	1887 Guarda			1923 São Tomaz de Aquino		São Sebastião do Paraíso

61	Carmo de Minas	1809 Nossa do Carmo	1832	1901 Silvestre Ferraz		1953 Carmo de Minas	Pouso Alto
62	Silvanópolis	Santana do Sapucaí 1747			1911 Santana do Sapucaí	1923 Silvanópolis	Campanha
63	Três Corações	1760 Sagrado Corações de Jesus, Maria e José da Real Passagem do Rio Verde	1832 Santíssimo Coração de Jesus	1884 Três corações do Rio Verde	1886 Três corações do Rio Verde	1923 Três Corações	Campanha
64	Três Pontas	1768 Nossa Senhora da Ajuda de Três Pontas	1832 Nossa Senhora da Ajuda de Três Pontas	1842 Nossa Senhora da Ajuda de Três Pontas	1857	Três Pontas	Lavras

65	Varginha	1795 Divino Espírito Santo das Catanduvras			1882 Varginha		Lavras
66	Virgínea	1865 Virgínea de Pouso Alto			1911 Virgínea		Pouso Alto

## Anexo 2

## Anexo 2



FAZENDA SANTO ANTONIO - do Sr. José Pinto da Anunciação.  
Produz com abundancia Café e cereaes, tem ainda mattas.

### **Fazenda Santo Antônio**

Do Sr. José Pinto da Anunciação, produz com abundancia café e cereais, tem ainda matas.

## Fazenda "Texeiras"

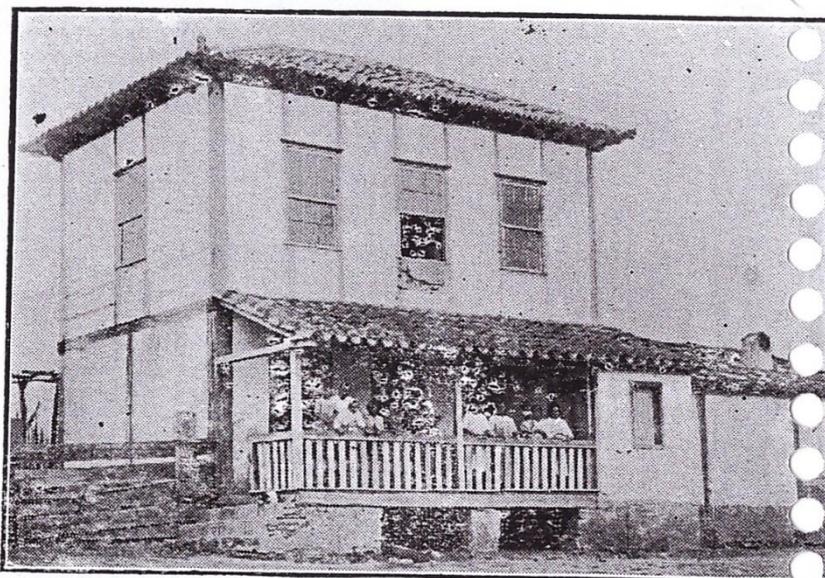


Residencia do esforçado agricultor Snr. Octavio Pinto Ribeiro, na fazenda dos TEIXEIRAS. Esta fazenda, como todas as do Municipio, é quasi exclusivamante caféiera, produzindo tambem, graças á huberdade do seu sólo e capricho do seu proprietario, arroz, canna de assucar, fumo, etc. Dista da Villa 8 kilometros mais ou menos.

### Fazenda "Teixeiras"

Residência do esforçado agricultor Sr. Otavio Pinto Ribeiro, na fazenda dos Teixeira. Esta fazenda como todas do Municipio é quase exclusivamente cafeeira, produzindo também graças uberdade do seu solo e capricho do seu proprietário, arroz, cana de açúcar, fumo, etc. Dista da Vila 8km mais ou menos.

# Fazenda da LAGE

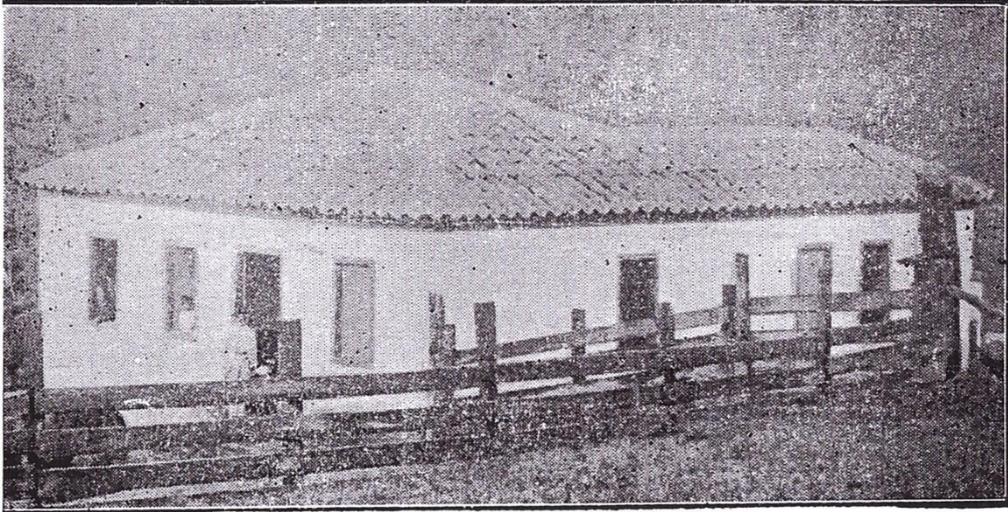


Propriedade e residencia do intelligente agricultor Sr. J. Vieira. Produz grande quantidade de café e canna de açu-  
bem como cereaes. Possue machinas de beneficiar café e  
roz, engenho de canna, olaria, linda capella de N. S. App-  
cida e um bem tratado pomar, onde se encontram a  
saborosas fructas. Está situada a 6 kilometros da Villa.

## Fazenda da Laje

Propriedade e residência do inteligente agricultor senhor Juca Vieira. Produz grande quantidade de café e cana de açúcar bem como cereais. Possui maquinas de beneficiar café e arroz, engenho de cana, olaria, linda capela de Nossa Senhora Aparecida e um bem tratado pomar, onde se encontram as mais saborosas frutas. Esta situada a 6km da Vila.

## FAZENDA SANTO ANTONIO

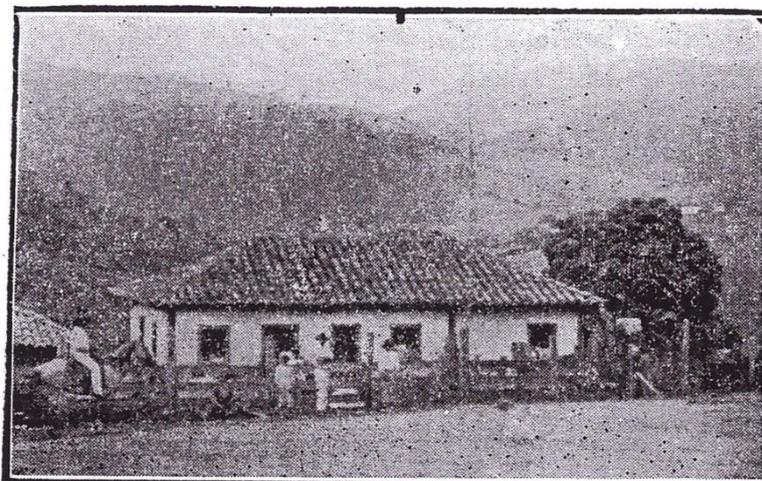


Residência do jovem e esforçado agricultor, Sr. Honório P. da Anunciação. Produz café, cana de açúcar e cereais, distando da Vila a 8 kilometros.

### **Fazenda Santo Antônio**

Residência do jovem e esforçado agricultor, Sr. Honório P. da Anunciação, produz café, cana de açúcar e cereais, distando da Vila a 8km.

## Fazenda SANTA LUZIA DA FIGUEIRA



Séde da importante fazenda de propriedade do Snr. Oscar Pinto da Anunciação, adiantado e laborioso agricultor. Esta fazenda, como todas as do Município de Botelhos, possui um sólo uberrimo, onde florescem com intensidade o café, a canna o fumo e os cereaes, além de luxuriantes pastagens. O Snr. Oscar não é só agricultor esforçado, mas também é um politico de prestigio e patriota verdadeiro, que muito tem concorrido para o desenvolvimento desta localidade, que é o seu berço natal.

### **Fazenda Santa Luzia da Figueira**

Sede da importante fazenda de propriedade do Sr. Oscar Pinto da Anunciação, adiantado e laborioso agricultor. Esta fazenda, como todas as do Município de Botelhos, possui um solo ubérrimo onde florescem com intensidade o café a cana o fumo e os cereais, além de luxuriantes pastagens. O senhor Oscar não é só agricultor esforçado, mas também é um politico de prestigio e patriota verdadeiro que muito tem concorrido para o desenvolvimento desta localidade que é seu berço natal.

## FAZENDA DO BOM JESUS

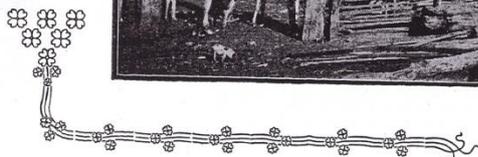
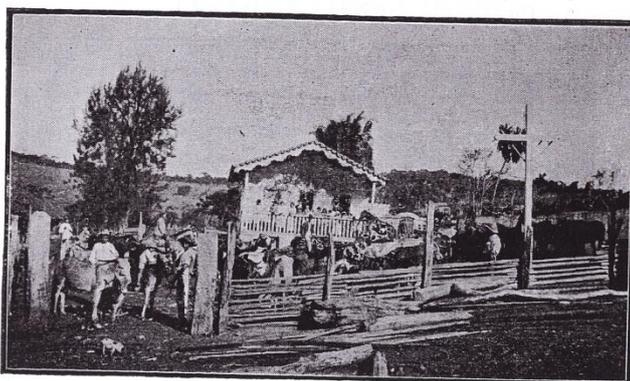
Séde da productiva Fazenda cafeeira de propriedade do acatado politico e esforçado agricultor Capitão CLIMÉRIO DE PAULA VIEIRA.

A Fazenda, devido á uberidade do seu sólo e ao esforço do laborioso e intelligente proprietario, produz, além de grande quantidade de café,—cana de assucar, fumo, algodão e cereaes.

É tambem cuidada com esmero a criação de gado, carneiros, etc.

Existe na Fazenda,—paga pelo seu proprietario,—uma bem frequentada escola primaria, uma capella dedicada á NOSSA SENHORA APPARECIDA,—olaria, engenho de canna, machina para limpar arôz, etc. Brêvemente será illuminada á luz electrica.

Esta Fazenda é uma parte da antiga Fazenda do Bom Jesus da Pedra Branca, de propriedade do saudoso fazendeiro Cap. João Baptista Vieira,—um dos fundadores de Botelhos, e a quem essa localidade deve inumeros beneficios.



### Fazenda do Bom Jesus

Sede de productiva fazenda cafeeira de propriedade do acatado politico e esforçado agricultor Capitão Climério de Paula Vieira. A fazenda, devido a uberidade do seu solo e ao esforço do laborioso e inteligente proprietario produz, além de grandes quantidades de café – cana de açúcar, fumo, algodão e cereais. É também cuidada com esmero a criação de gado, carneiros, etc. Existe na fazenda, - paga pelo seu proprietario – uma bem frequentada escola primaria, uma capela dedicada a Nossa Senhora Aparecida, olaria, engenho de cana, maquina para limpar arros, etc. Brevemente será iluminada à luz elétrica. Esta fazenda é uma parte da antiga fazenda do Bom Jesus da Pedra Branca, de propriedade do saudoso fazendeiro Capitão João Baptista Vieira – um dos fundadores de Botelhos, e a quem esta localidade deve inúmeros beneficios.

## FAZENDA SANTO ANTONIO



Residencia do inteligente e acatado agricultor, Snr. Pompilio P. da Anunciação. A lavoura desta fazenda é mixta, sobressaindo a cultura do café que é abundante, além da canna de assucar e cereaes. Está retirada da Villa 9 kilometros mais ou menos.

### **Fazenda Santo Antônio**

Residência do inteligente e acatado agricultor, Sr. Pompilho P. da Anunciação. A lavoura desta fazenda é mista, sobressaindo a cultura do café que é abundante, além da cana de açúcar e cereais. Está retirada da vila 9km mais ou menos.

## FAZENDA BELLA VISTA



Pittoresca residencia do estimado fazendeiro, Snr. Luiz Bolzan, na fazenda "Bella Vista", de sua propriedade. Produz muito café, — produção principal, — canna de assucar e cereaes. A criação de gados vaccum, suíno e cavallar, é cuidada com desvelo possuindo a fazenda um lindo pomar, onde é muito intensa a cultura de excelente uva. A séde da fazenda está situada ha poucos kilometros da Villa.

### **Fazenda Bela Vista**

Pitoresca residência do estimado fazendeiro Sr. Luiz Bolzan, na fazenda "Bela Vista", de sua propriedade. Produz muito café – produção principal -, cana de açúcar e cereais. Há criação de gado vacum, suíno e cavalari, é cuidado com desvelo, possuindo a fazenda um lindo pomar, onde é muito intensa a cultura de excelente uva. A sede da fazenda está situada a poucos quilômetros da Vila.

## FAZENDA BÒA VISTA

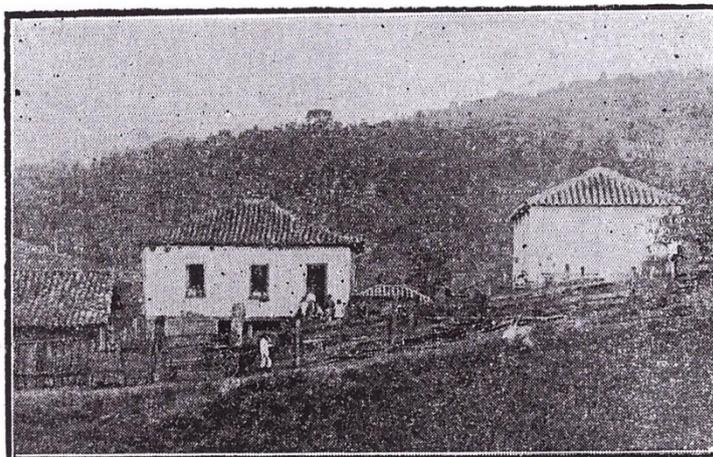


Residencia e propriedade do Snr. Josè Olyntho do Lago. Cultura de café, canna, mandioca, fumo, algodão e cereaes. Possui engenho de canna, machinas para fabricaçãõ de farinlias e polvilhos de mandioca e araruta, olaria, etc. Existe na fazenda um lindo pomar onde se encontram innumeras qualidades de fructas. Foi esta fazenda de propriedade do saudoso politico Snr. Herculano Pereira do Lago, Vice-Presidente da primeira Camara Municipal, membro do Directorio Político local daquelle tempo e grande batalhador pelo progresso de Botelhos. A fazenda è fartamente illuminada a luz electrica, empreza particular.

### **Fazenda Boa Vista**

Residência e propriedade o Sr. José Olyntho do Lago. Cultura de café, cana, mandioca, fumo, algodão e cereais. Possui engenho de cana, maquinas para fabricaçãõ de farinhas e polvilhos de mandioca e araruta, olaria, etc. Existe na fazenda um lindo pomar onde se encontram inúmeras qualidades de frutas. Foi esta fazenda de propriedade do saudoso politico Senhor Herculano Pereira do Lago, Vice- Presidente da primeira Câmara Municipal, membro do diretório politico local daquele tempo e grande batalhador pelo progresso de Botelhos. A fazenda é fartamente iluminada a luz elétrica, empresa particular.

## FAZENDA SANTO ANTONIO



Pittoresca vivenda do Snr. João Baptista da Anunciação, na fazenda «Santo Antonio». Esta fértil fazenda produz grande quantidade de café, além de canna de assucar, algodão, fumo e cereaes. O seu proprietario não descuida da engorda e criação de suínos. Possui a fazenda machinas para beneficiar café, engenho de canna, etc. O Snr. João Baptista, além de agricultor de espirito alevantado e emprehendedor, è um politico influente e um filho patriota de Botelhos. O seu nome já tem sido por diversas vezes amplamente sufragado nas urnas para vereador à Camara Municipal, gosando de real prestigio no seio do eleitorado.

### **Fazenda Santo Antônio**

Pitoresca vivenda do Sr. João Baptista da Anunciação, na fazenda “Santo Antônio”. Esta fértil fazenda produz grande quantidade de café, além de cana de açúcar, algodão, fumo e cereais. O seu proprietário não descuida da engorda e criação de suínos. Possui a fazenda maquinas para beneficiar café, engenho de cana, etc. O senhor João Baptista, além de agricultor de espirito alevantado e emprehendedor, é um politico influente e um filho patriota de Botelhos. O seu nome já tem sido por diversas vezes amplamente sufragado nas urnas para vereador à Câmara Municipal, gozando de real prestigio no seio do eleitorado.

## VISTA ALEGRE



Residencia do estimado cavalheiro Snr. José Eugenio de Lima Junior, na chacara da "Vista Alegre", de sua propriedade, situada em um dos pontos mais pittorescos da Villa.

### **Cachara Vista Alegre**

Residência do estimado cavalheiro Sr. José Eugenio de Lima Junior, na chácara da "Vista Alegre", de sua propriedade, situada em um dos pontos mais pittorescos da vila.

## FAZENDA DO BARREIRO



Séde da importante fazenda cafeeira, de propriedade do estimado fazendeiro, Snr. Alfredo Luiz de Almeida. Produz café, canna e cereaes, graças a urberdade do seu sólo e ao capricho e zelo de seu intelligente proprietario. É cuidada com capricho a criação do gado, possuindo exuberantes pastagens. Esta productiva fazenda dista da Villa poucos kilometros.

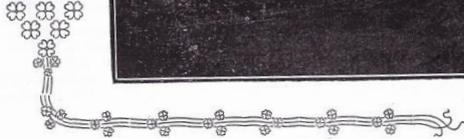
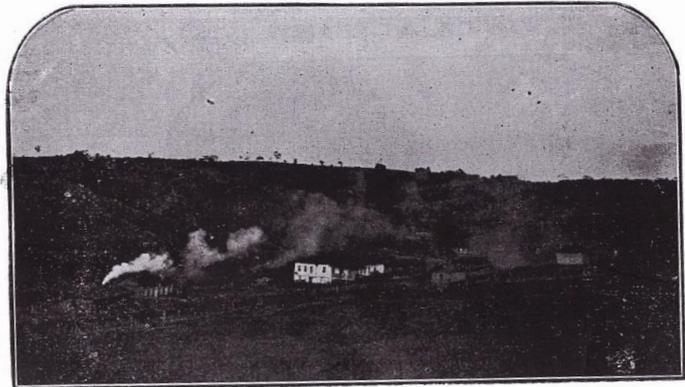
### Fazenda do Barreiro

Sede da importante fazenda cafeeira, de propriedade do estimado fazendeiro, Sr. Alfredo Luiz de Almeida. Produz café, cana e cereais, graças a uberdade do seu solo e ao capricho e zelo de seu inteligente proprietário. É cuidada com capricho a criação do gado, possuindo exuberantes pastagens. Esta produtiva fazenda dista da Vila poucos quilômetros.

## FAZENDA DO PASTO BOM

Pertence esta importante Fazenda ao abastado fazendeiro Sr. Virgílio Antonio Franco. Possui a Fazenda engenhos de canna e de serra, maquinas para limpar café e arroz, etc.—distando da sede da Villa 9 kilometros e do arraial de São Gonçalo 2 kilometros.

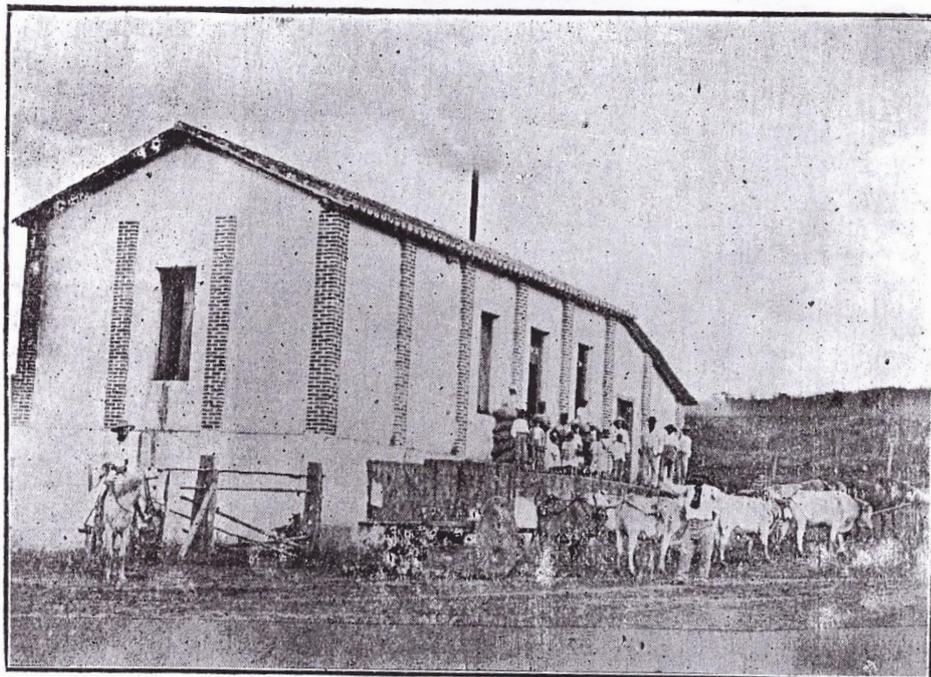
E' ainda fartamente illuminada á luz electrica, installação esta feita pelo proprio fazendeiro.



## Fazenda do Pasto Bom

Pertence esta importante fazenda ao abastado fazendeiro Sr. Virgílio Antônio Franco. Possui a fazenda engenhos de cana e de serra, maquinas para limpar café e arroz, etc. Distando da sede da Vila 9km e do arraial de São Gonçalo 2km. É ainda fartamente iluminada a luz elétrica, instalação esta feita pelo próprio fazendeiro.

## FAZENDA BELLA VISTA



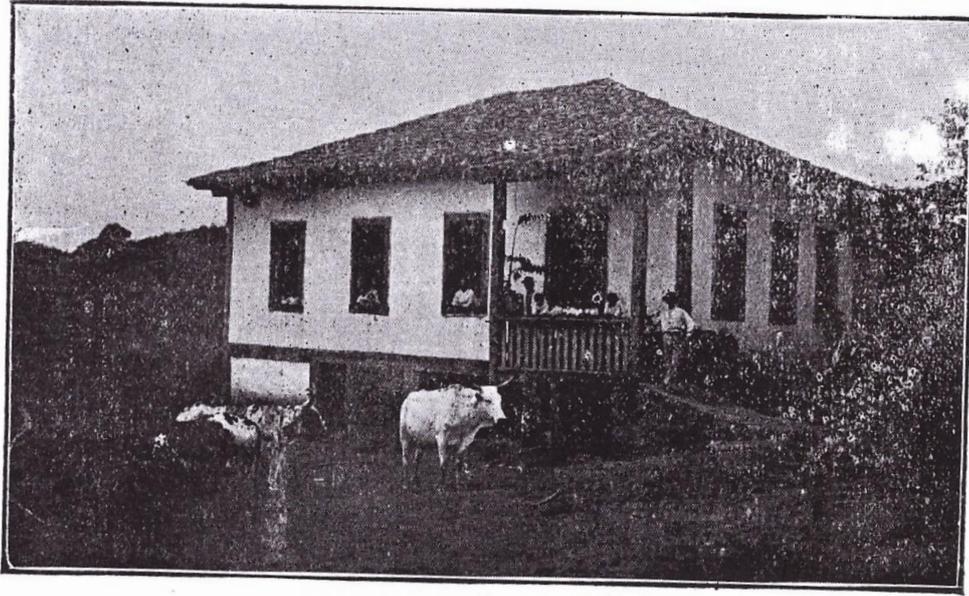
Machina de beneficiar café, da importante fazenda cafeeira BELLA-VISTA, de propriedade do estimado Snr. Vicente Cardillo, um dos lutadores pelo progresso de Botelhos, sua terra natal. Esta machina, que é uma das melhores do municipio, dista da Villa um kilometro aproximadamente.

### Fazenda Bela Vista

Maquina de beneficiar café, da importante fazenda cafeeira Bela Vista, de propriedade do estimado Vicente Cardillo, um dos lutadores pelo progresso de Botelho, sua terra natal. Esta maquina que é uma das melhores do Município dista da Vila, 1km aproximadamente.

34

## FAZENDA SANTO ANTONIO



Residencia do Snr. Horacio P. da Annuniação, estimado fazendeiro e influente politico do Municipio. Produz grande quantidade de café, canna e cereaes. A criação de gado vacum e cavalari é cuidada com esmero. Possui machinas de beneficiar ca-

### **Fazenda Santo Antônio.**

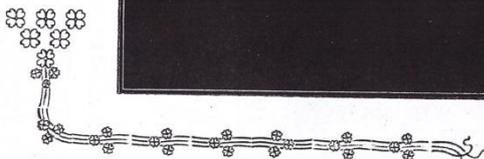
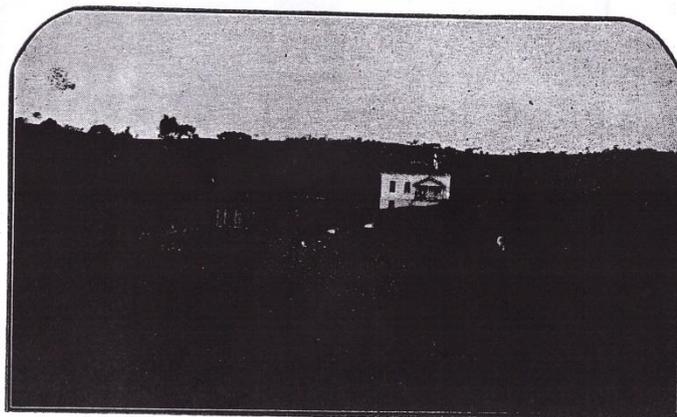
Residência do Sr. Oracio P. da Annuniação, estimado fazendeiro e influente politico do Município. Produz grande quantidade de café, cana e cereais. A criação de gado vacum e cavalari é cuidada com esmero. Possui maquinas de beneficiar café e arroz, dista da Vila 6 km.

: : : FAZENDA BELLA VISTA  
DO PASTO BOM : : : : :

Aprazível e pittoresca vivenda do joven e intelligente agricultor Snr. José Franco Netto, proprietario da Fazenda BELLA VISTA DO PASTO BOM.

É esta uma das ricas e productivas Fazendas do municipio de Botelhos.

Produce, graças á exuberancia do seu sólo e ao capricho e zêlo do seu proprietario,— não só café, como tambem canna de assucar, fumo, cerezes, etc.,— além da criação de gado. Dista do arraial de São Gonçalo 2 kilometros e da Villa de Botelhos 12 kilometros aproximadamente.



## Fazenda Bela Vista do Pasto Bom

Aprazível e pittoresca vivenda do jovem e inteligente agricultor Sr. José Franco Netto, proprietário da fazenda Bela Vista do Pasto Bom. É esta uma das ricas e produtivas do município de Botelhos. Produz, graças a exuberância do seu solo e ao capricho e zelo do seu proprietário, - não só café-, como também cana de açúcar, fumo, cereais, etc., - além da criação de gado-. Dista do arraial de São Gonçalo 2km e da Vila de Botelhos 2km aproximadamente.

# Fazenda Santo Antonio

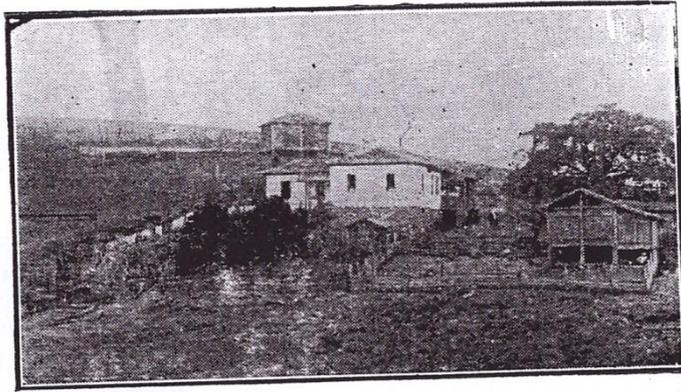


Residencia do Sr. Domingos Pinto da Anunciação. Esta residencia foi de propriedade do falecido Cap. João Pedro da Anunciação, chefe da numerosa e acatada familia Anunciação. O Cap. João Pedro, que era politico de real prestígio, foi Presidente do Directorio e Vereador quando Presidente da Camara Municipal e Agente Executivo o Cel. Virgílio Silva. Caridoso, honesto, trabalhador, leal e patriota, foi um dos grandes propugnadores pelo progresso de Botelhos, deixando a seus filhos um nome impolluto e immaculado, que elles tão bem tem sabido respeitar e honrar.

## Fazenda Santo Antônio

Residência do Sr. Domingos Pinto da Anunciação. Esta residência foi de propriedade do falecido Capitão João Pedro da Anunciação, chefe da numerosa e acatada família Anunciação. O capitão João Pedro que era politico de real prestígio, foi Presidente do Diretório e Vereador quando Presidente da Câmara Municipal e Agente Executivo o Coronel Virgilio Silva. Caridoso honesto trabalhador, leal e patriota, foi um dos grandes pugnadores pelo progresso de Botelhos, deixando a seus filhos um nome impoluto e immaculado que eles tão bem têm sabido respeitar e honrar.

## FAZENDA "TEIXEIRAS"

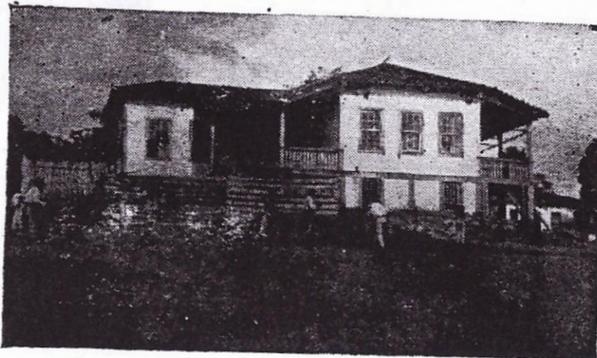


Séde da fazenda cafeeira de propriedade do estimado Snr. Olímpio P. Ribeiro. Produz com abundancia café, fumo, canna de assucar, e cereaes. Possui exuberantes pastagens. Dista da Villa oito kilometros.

### **Fazenda Teixeira**

Sede da fazenda cafeeira de propriedade do estimado Sr. Olímpio P. Ribeiro. Produz com abundancia café, fumo, cana de açúcar, e cereais. Possui exuberantes pastagens. Dista da Vila 8km.

## FAZENDA DAS PAINEIRAS

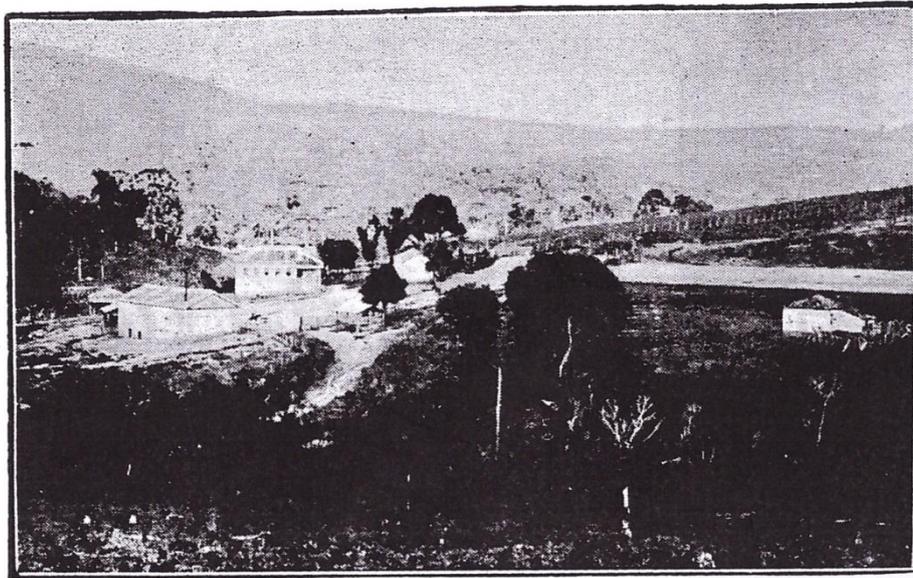


Aprazível residencia do Phco. Antonio Manoel da Silva Junior, na fazenda das Paineiras. Produz grande quantidade de café, bem como cereaes, possuindo machinas de beneficiar café e arroz, etc. Dista da Villa 5 kilometros. O seu propretaro cuida com carinho, de um lindo pomar, onde se encontram as mais variadas e saborosas fructas.

### **Fazenda das Paineiras**

Aprazível residência do Phco. Antônio Manoel da Silva Junior, na fazenda das Paineiras. Produz grande quantidade de café, bem como cereais, possuindo maquinas de beneficiar café e arroz, etc. Dista da Vila 5km. O seu proprietário cuida com carinho de um lindo pomar, onde se encontram as mais variadas e saborosas frutas.

## FAZENDA DAS PITANGUEIRAS



Vista panorâmica da importante fazenda cafeeira de propriedade do estimado Cel. Pedro da Silva Lopes. Produz grande quantidade de café, canna de assucar e cereaes; possui machinas para limpar café e arroz, engenho de canna, olaria, etc. E' uma das mais productivas e pittorescas do Municipio. O Cel. Pedro Lopes, além de agricultor esforçado é um dos mais influentes politicos da localidade. Tem occupado honrosos cargos como Delegado de Policia, membro e Presidente do Directorio local, Vereador e Vice-Presidente da Camara Municipal, etc. E' um dos filhos de Botelhos que muito tem concorrido para o seu desenvolvimento.

### Fazenda das Pitangueiras

Vista panorâmica da importante fazenda cafeeira de propriedade do estimado Coronel Pedro da Silva Lopes. Produz grande quantidade de café, cana de açúcar e cereais, possui maquinas para limpar café e arroz, engenho de cana, olaria, e etc. É uma das mais produtivas e pittorescas do Município. O Coronel Pedro Lopes, além de agricultor esforçado é um dos mais influentes políticos da localidade. Tem ocupado honrosos cargos como Delegado de Policia, Membro e Presidente do Directório local, Vereador e Vice Presidente da Câmara Municipal, etc. É um dos filhos de Botelhos que muito tem concorrido para o seu desenvolvimento.

# Fazenda do Sertãozinho



Séde de uma das mais importantes fazendas caféira de propriedade do Cel. Damião Santiago da Silva. Esta fazenda, que está sob a direcção do joven agricultor Saul Silva, produz grande quantidade de café, canna de assucar e cereaes; possui machinas de beneficiar café e arroz, engenho de canna e fabrica de manteiga e queijos. Espirito progressista, o Cel. Damião tem trabalhado com afinco pelo progresso de Botelhos, occupando constantemente cargos de eleição e da confiança dos governos do Estado e da União. Foi recentemente nomeado pelo Minstro da Agricultura, Dr. Simões Lopes, Presidente da Comissão de Agricultura neste Municipio.

## Fazenda do Sertãozinho

Sede de uma das mais importantes fazendas cafeeira de propriedade do Coronel Damião Santiago da Silva. Esta fazenda que está sob a direção do Jovem agricultor Saul Silva produz grande quantidade de café, cana de açúcar e cereais; possui maquinas de beneficiar café e arroz, engenho de cana e fabrica de manteiga e queijos. Espirito progressista o Coronel Damião tem trabalhado com afinco pelo progresso de Botelhos, ocupando constantemente cargos de eleição e da confiança dos Governos do Estado e da União. Foi recentemente nomeado pelo Ministro da Agricultura, Dr. Simões Lopes, presidente da Comissão de Agricultura neste município.